



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG



ESTEVÃO NEUMANN

**A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR
EM TURVO-PR**

GUARAPUAVA
2016

ESTEVÃO NEUMANN

A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR EM TURVO-PR

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Geografia (Área de Concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos).

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Fajardo

Coorientador: Prof. Dr. Mario Zasso Marin

**GUARAPUAVA
2016**

Catálogo na Publicação
Biblioteca Central da Unicentro, Campus Cedeteg

N492p Neumann, Estevão
A pluriatividade na agricultura familiar em Turvo-PR / Estevão
Neumann. – – Guarapuava, 2016
xv, 155 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em
Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, 2015

Orientador: Sérgio Fajardo
Coorientador: Mario Zasso Marin
Banca examinadora: Cecília Hauresko, Nicolas Floriani

Bibliografia

1. Geografia. 2. Pluriatividade. 3. Agricultura familiar. 4. Atividades
agrícolas. 5. Atividades não agrícolas. I. Título. II. Programa de Pós-
Graduação em Geografia.

CDD 306.349



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG



TERMO DE APROVAÇÃO

ESTEVÃO NEUMANN

A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR EM TURVO-PR

Dissertação APROVADA em 10/03/2016 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de concentração Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Sergio Fajardo- presidente
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dr. Mario Zasso Marin
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dr. Cecília Hauresko
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)

Prof. Dr. Nicolas Floriani
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Estevão Neumann

Guarapuava (PR), 10 de março de 2016.

*Com muito orgulho dedico este trabalho aos
meus amados pais, Francisco e Maria,
minha irmã Rita e minha namorada
Andressa. Que nunca deixaram de acreditar
em meu potencial, sempre me incentivando e
apoiando. A vocês, toda minha conquista,
para vocês meu imenso amor. Muito
OBRIGADO!*

AGRADECIMENTOS

Sou grato primeiramente a Deus, que conduziu-me da melhor forma possível no alcance de mais este objetivo. Tudo posso naquele que me fortalece (Fp 4, 13).

Agradeço aos meus familiares, que sempre apoiaram-me, em especial meu pai e minha mãe, que em seus 74 e 79 anos não pouparam esforços nem tempo, saindo comigo em trabalhos de campo, e mais que isso, são antes de tudo minha inspiração. Exemplos de superação e honestidade, sempre trabalhando arduamente como agricultores familiares, e posteriormente agricultores familiares pluriativos. Tenho muito orgulho da família que tenho, e mais orgulho ainda de poder estar retribuindo todo o amor, carinho e criação que me deram. Desta forma, esta dissertação é também uma forma de expressar meu agradecimento. A vocês meus mais sinceros sentimentos de gratidão.

À minha amada namorada, Andressa Grando, que antes de tudo é minha fiel companheira. Ajudou-me desde o início, sacrificando suas férias, sendo compreensiva com minha ausência, em noites em claro que passamos juntos, em várias madrugadas que deixou de lado suas atividades para me ouvir, que acompanhou-me do primeiro ao último trabalho de campo, da primeira a última entrevista, até a tabulação. Inúmeras vezes contabilizamos e conferimos juntos e exaustivamente os dados, verificando possíveis erros. Obrigado pelo apoio e companheirismo, fundamental para a conclusão desta pesquisa.

À professora Alessandra Luther, que auxiliou-me em meus primeiros passos no estudo da pluriatividade, orientando-me em meu Trabalho de Conclusão de Curso. As professoras Doutoras Marquiana F. V. B. Gomes e Cecília Hauresko, as quais orientaram-me no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), e que teve relevante importância à pesquisa, principalmente em relação a construção metodológica e estrutural do trabalho de campo.

À meu orientador professor doutor Sérgio Fajardo, o qual aceitou orientar-me durante estes dois anos de mestrado, dando-me liberdade na escolha e seguimento do tema. Obrigado pelas orientações e por acreditar em meu potencial.

Ao professor doutor Mario Zasso Marin, o qual também aceitou o desafio de ser meu orientador no mestrado, contribuindo imensamente, com direcionamentos, ideias, corrigindo e revisando cada linha escrita. Agradeço sua imensa contribuição, incansável paciência, dedicação e a sua amizade. Exemplo de professor, orientador, pesquisador e principalmente, de pessoa.

Aos professores doutores membros da banca de qualificação Jorge Favaro e Cecília Hauresko, que contribuíram com sugestões de grande relevância para o andamento da dissertação.

Aos colegas de mestrado (Andressa, Anderson e Reginaldo), pelas discussões metodológicas, pelos conselhos e principalmente pela amizade.

Agradeço também aos amigos de minha cidade que de alguma forma contribuíram, tanto de forma direta quanto indireta. Em especial ao Gilmar Moreira do Amaral, que foi quem despertou o interesse no estudo da pluriatividade, incentivando-me, e até mesmo auxiliando em trabalhos de campo. Ao Alisson Moreira que acompanhou-me em trabalho de campo. À Sibeles, que ajudou no trabalho de campo, fornecendo vários nomes de famílias pluriativas, inclusive da própria. Ao Jerônimo Gadens do Rosário, que em muito auxiliou-me nas discussões da agricultura familiar de Turvo, fornecendo várias informações e dados de quando era Secretário da agricultura e meio ambiente em Turvo, suas contribuições enriqueceram este trabalho.

Agradeço também aos meus tios Paulo e Dejanira, aos meus irmãos Paulo Roberto e Jean Carlos que com muito carinho acolheram-me durante meu mestrado (2014-2016), dando-me um segundo lar. Em especial meu irmão Jean Carlos, que por mais que tenhamos crescido em famílias diferentes e nos conhecido apenas em 2008, essa pouca convivência que tivemos desde então e principalmente nos dois últimos anos foi o suficiente para comprovar o quanto é importante o vínculo familiar.

Aos meus professores de ensino básico, principalmente ao professor Gilson Caetano, o qual ajudou em meu desenvolvimento cognitivo e pessoal.

Agradeço também ao professor Edvaldo Padilha Carneiro (*in memoriam*), que com excelência e rigidez ministrava suas aulas de Geografia no Ensino Básico. E a Fabia Sowa Koziel (*in memoriam*), dedicada às causas agroecológicas na agricultura familiar. Infelizmente partiram cedo, mas com certeza serão lembrados para sempre.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundação Araucária pelas bolsas a mim concedidas no período de março de 2015 a março de 2016. Elas me proporcionaram uma maior dedicação à pesquisa.

Meu agradecimento também a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com o desenvolvimento desta dissertação, em especial os agricultores familiares pluriativos.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE GRÁFICOS	X
LISTA DE QUADROS	XII
RESUMO	XIV
ABSTRACT	XV
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I	25
AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: ANÁLISE DAS DÉCADAS DE 1970 A 1990	25
1.1. AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL	29
1.1.1. O modelo agrícola tecnológico (Revolução Verde)	29
1.1.2. Intervenção do Estado e noções de desenvolvimento rural, políticas agrárias e agrícolas	31
1.1.3. Uma nova década. Novos desafios	35
1.2. A REESTRUTURAÇÃO AGROPECUÁRIA E A QUESTÃO AGRÁRIA	38
1.2.1. A desarticulação dos Complexos Rurais e criação dos Complexos Agroindustriais - CAIs	38
1.2.2. Movimentos sociais x agronegócio	40
1.2.3. Impactos socioambientais decorrentes da modernização da agricultura brasileira.....	42
1.3. (RE) VALORIZAÇÃO E NOVAS FUNÇÕES DO RURAL NA CONTEMPORANEIDADE	45
1.3.1. (Re) valorização e (re) conceituação do espaço rural	45
1.3.2. Ruralidades e urbanidades.....	49
1.3.3. Novas Funções, as atividades não agrícolas e para-agrícolas no espaço rural.....	50
CAPÍTULO II	54
AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO BRASIL	54
2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO ATUAL CONTEXTO AGRÁRIO BRASILEIRO.....	56
2.1.1. Promulgação da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e sua interpretação.....	57
2.1.2. Disputas territoriais: as velhas dicotomias dão lugar a novas (agronegócio x agricultura familiar).....	59
2.2. A PLURIATIVIDADE COMO FENÔMENO DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA	64

2.2.1.	Da <i>part-time farming</i> e a <i>pluriactivité</i> à emergência da expressão pluriatividade.....	65
2.2.2.	Diversidades de pensamentos na conceituação de pluriatividade	69
2.3.	UMA ANÁLISE DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIA SOCIAL E BALIZADORA DA PLURIATIVIDADE.....	71
2.3.1.	Atividades não agrícolas: uma alternativa/estratégia de renda complementar.....	71
2.3.2.	A concepção de famílias pluriativas, monoativas e rurais não agrícolas.....	74
CAPÍTULO III.....		77
A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE TURVO-PR: FORMAÇÃO, ESPECIFICIDADES E CARACTERÍSTICAS GERAIS		77
3.1.	ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE TURVO-PR	78
3.2.	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA	82
3.3.	ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A DIVERSIDADE CULTURAL E TERRITORIAL	85
3.4.	UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A DIVERSIDADE TERRITORIAL DAS COMUNIDADES RURAIS PESQUISADAS	88
CAPÍTULO IV		94
A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DA DINÂMICA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE TURVO-PR.....		94
4.1.	ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS EM CAMPO	95
4.1.1.	Linha Colônia Velha Ivaí.....	95
4.1.2.	Linha Saudade.....	103
4.1.3.	Linha IBEMA.....	109
4.1.4.	Linha Arroio Fundo.....	115
4.2.	ANÁLISE DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA NO ESPAÇO RURAL.....	122
4.2.1.	Pluriatividade como estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar	127
4.2.2.	Perspectivas futuras da agricultura familiar em meio às novas dinâmicas do espaço rural de Turvo.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS		134
REFERÊNCIAS.....		138
ANEXOS.....		153

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica do município de Turvo, no Paraná, Brasil.	82
Figura 2: Mapa de Macrozoneamento do Município de Turvo – Paraná – 2009.....	89
Figura 3: Localização geográfica das comunidades/Linhas rurais do município de Turvo-PR.	92
Figura 4: Comunidade de Cambucica, em meio à extensa área de cultivo de soja. Linha Colônia Velha Ivaí.....	96
Figura 5: Relevo forte ondulado em direção à comunidade Colônia Velha Ivaí, Linha Colônia Velha Ivaí.....	97
Figura 6: Processo de lavagem e corte da mandioca na comunidade Colônia Velha Ivaí, Linha Colônia Velha Ivaí.	99
Figura 7: Cultivo de milho, Erva-Mate e Mandioca, na comunidade Rio Bonito, Linha Colônia Velha Ivaí.....	99
Figura 8: Borracharia e cultivo de hortaliças em estabelecimento familiar pluriativo. Comunidade Cambucica, Linha Colônia Velha Ivaí.....	101
Figura 9: Tração animal no transporte das “bolas de erva” e depósito de ração. Faxinal Saudade Santa Anita.	104
Figura 10: Residência em meio a Floresta Ombrófila Mista, Comunidade Saudade, Linha Saudade.....	105
Figura 11: Extensa área de soja, Comunidade Cachoeirinha, Linha Saudade.	105
Figura 12: Agricultor não familiar “tentando” arrumar a estrada secundária que dá acesso à sua propriedade, na Comunidade Saudade Santa Anita, na Linha Saudade.	107
Figura 13: Localização da Indústria de Papel Ibema (esquerda) e Comunidade Faxinal da Boa Vista (direita). Na Linha Ibema.	109
Figura 14: Área de cultivo de soja. Comunidade São Jerônimo, Linha Ibema.	110
Figura 15: Local de ordenha. Comunidade Arroio Fundo dos Neumann, Linha do Arroio Fundo.....	116
Figura 16: Chiqueiro. Comunidade Campina das Palmeiras, Linha Arroio Fundo.	117
Figura 17: Lavoura de Milho. Comunidade Arroio Fundo dos Neumann, Linha Arroio Fundo.....	117
Figura 18: Cultivos de soja e pinus em meio a remanescentes da Floresta Ombrófila Mista. Comunidade Campina das Palmeiras, Linha Arroio Fundo.....	121
Figura 19: Remanescentes da Floresta Ombrófila Mista. Comunidade Pachecos, Linha Arroio Fundo.	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagem dos investimentos recebidos pela Agricultura Familiar e Agronegócio em relação ao Plano Safra de 2013/2014.....	62
Gráfico 2: Porcentagem dos investimentos recebidos pela Agricultura Familiar e Agronegócio em relação ao Plano Safra de 2015/16.....	62
Gráfico 3: Porcentagem dos investimentos destinados ao Pronaf e ao agronegócio em relação aos Planos Safra (2010/11-2015/16).....	63
Gráfico 4: Número e Área (hectares) dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar em Turvo-PR.	83
Gráfico 5: Número e porcentagem dos estabelecimentos familiares em relação aos grupos de área de até 20 hectares – Turvo-PR (2006).....	85
Gráfico 6: Percentual de estabelecimentos familiares por grupos de área na Linha Colônia Velha Ivaí.	97
Gráfico 7: Membro da família que desenvolve a atividade não agrícola na Linha Colônia Velha Ivaí.	102
Gráfico 8: Possibilidade de permanecer no espaço rural apenas com atividades agrícolas.	102
Gráfico 9: Possibilidade de permanecer no espaço rural apenas com atividades não agrícolas.....	103
Gráfico 10: Número de famílias por grupos de área da Linha Saudade.....	106
Gráfico 11: Setor em que desenvolve atividade não agrícola. Linha Saudade.....	107
Gráfico 12: Membro da família que desenvolve a atividade não agrícola. Linha Saudade.	108
Gráfico 13: Número de famílias por grupos de área na Linha Ibema.	111
Gráfico 14: Setor em que desenvolve atividade não agrícola. Linha Ibema.	113
Gráfico 15: Membro da família que desenvolve a atividade não agrícola. Linha Ibema...114	
Gráfico 16: Possibilidade de permanecer no espaço rural apenas com atividades não agrícolas. Linha Ibema.	115
Gráfico 17: Possibilidade de permanecer no espaço rural apenas com atividades agrícolas. Linha Ibema.....	115
Gráfico 18: Setor em que desenvolve atividade não agrícola. Linha do Arroio Fundo... 118	

Gráfico 19: Membro da família que desenvolve atividade não agrícola. Linha do Arroio Fundo.....	118
Gráfico 20: Local em que desenvolve a atividade não agrícola. Linha do Arroio Fundo.	119
Gráfico 21: Numero de membros das famílias com ocupação na atividade não agrícola (por linhas).....	120
Gráfico 22: Número de membros ocupados por setores da atividade não agrícola (por linhas).....	120
Gráfico 23: Atividades agropecuárias predominantes em cada Linha.....	121
Gráfico 24: Percentual de membros das famílias analisadas que residem no estabelecimento.....	124
Gráfico 25: Número de membros das famílias analisadas, por Linha, com algum tipo de ocupação.....	124
Gráfico 26: Percentual de membros que já saíram dos estabelecimentos.....	125
Gráfico 27: Membros dos estabelecimentos que destinam o tempo a uma ou mais atividades (agrícola e não agrícola).....	125
Gráfico 28: Tempo destinado pelos membros da família à atividade agrícola.....	126
Gráfico 29: Percentual de membros ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas...	126
Gráfico 30: Porcentagem dos estabelecimentos da agricultura familiar em relação aos grupos de área.....	127
Gráfico 31: Década em que a família começou a desenvolver atividade não agrícola.. ...	131
Gráfico 32: Membros das famílias entrevistadas que declararam ser ou não possível permanecer no espaço rural apenas desenvolvendo atividades agrícolas.....	131
Gráfico 33: Membros das famílias entrevistadas que declararam ser ou não possível permanecer no espaço rural apenas desenvolvendo atividades não agrícolas.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número e Área (hectares) dos estabelecimentos agropecuários em relação a grupos de área total – Brasil e Paraná – 2006.....	33
Quadro 2: Valor e porcentagem dos investimentos recebidos pela Agricultura Familiar e agronegócio em relação aos últimos Planos Safra.....	62
Quadro 3: Quantidade produzida (kg) pela agricultura familiar e não familiar e tipo de produção vegetal – Brasil/2006.....	64
Quadro 4: População censitária em Turvo-PR segundo tipo de domicílio e sexo.....	82
Quadro 5: Número de estabelecimentos com agricultura familiar e não familiar (Sul do Brasil, Paraná e Turvo).....	83
Quadro 6: Número e área dos estabelecimentos agropecuários em relação aos grupos de área total – Turvo-PR.....	84
Quadro 7: Composição da família, local de residência e tempo destinado às atividades agrícolas e não agrícolas. Linha Ibema.....	112
Quadro 8: Atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas antes e após a década de 1990.....	112
Quadro 9: Membros das famílias entrevistadas e frequência destinada às atividades agrícolas e não agrícolas.....	123
Quadro 10: Área total dos estabelecimentos de cada Linha analisada.....	128
Quadro 11: Famílias pluriativas analisadas em Turvo-PR que permaneceram, acrescentaram ou substituíram atividades agrícolas após 1990.....	129

LISTA DE SIGLAS

- ABAG** – Associação Brasileira do Agronegócio
- AGAECO** - Associação dos Grupos de Agricultura Ecológica de Turvo
- APP** – Área de Preservação Permanente
- ARESUR**- Áreas Especiais de Uso Regulamentado
- CAIs** – Complexos Agroindustriais
- CEE** – Comunidade Econômica Europeia
- CMDR** – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
- COOPAFLORA** - Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo.
- CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- FAO** - Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação
- FOM** – Floresta Ombrófila Mista
- IAF** – Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort
- IAP** – Instituto Ambiental do Paraná
- IBEMA** – Companhia Brasileira de Papel
- IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS** - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IPARDES** - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
- MAPA** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário
- MINEROPAR** - Serviço Geológico do Paraná
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONG** – Organização não Governamental
- PAA** - Programa de Aquisição de Alimentos
- PEA** – População Economicamente Ativa
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PNAE** - Programa Nacional de Alimentação Escolar
- PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- PLANAF** – Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RURECO** - Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Oeste
- SEAB** - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
- STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo

RESUMO

A pluriatividade e a agricultura familiar são conceitos recentes. No Brasil começaram a ser utilizados com maior frequência a partir da década de 1990. A pluriatividade é a diversificação das atividades no âmbito das unidades de produção familiares, através da combinação das atividades agrícolas com não agrícolas. Buscamos analisar as contribuições e os impactos da pluriatividade na agricultura familiar de Turvo-PR, dentre elas, verificar algumas implicações sociais e econômicas trazidas pela pluriatividade na agricultura familiar de Turvo; analisar a estrutura fundiária do município; identificar as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas famílias pluriativas, e compreender as razões/motivações pelas quais as famílias tornam-se pluriativas. A escolha por este objeto e área de estudo justifica-se em razão da representatividade e importância que a agricultura familiar tem para o município, para a mesorregião Centro-Sul paranaense, sobretudo, e ao estado do Paraná. Os procedimentos metodológicos da pesquisa tiveram como base: referencial teórico e conceitual e levantamento de dados primários, obtidos em trabalhos de campo. Constatamos que a pluriatividade na agricultura familiar de Turvo é caracterizada por estratégias de reprodução socioeconômica e de manutenção no espaço rural.

Palavras-Chave: Pluriatividade, Agricultura Familiar, Atividades Agrícolas, Atividades não agrícolas.

ABSTRACT

The pluriactivity and family agriculture are recent concepts. In Brazil began to be used more frequently from the 1990s The pluriactivity is the diversification of activities in the context of family production units, through a combination of agricultural activities with non-agricultural. We analyze the contributions and impacts pluriactivity in family agriculture of Turvo-PR, among them, check some social and economic implications brought by pluriactivity in family agriculture of Turvo; analyze the land structure of the municipality; identify agricultural and non-agricultural activities by pluriactive families, and understand the reasons / motivations for which families become pluriactive. The choice of this subject and study area justified by reason of the representativity and importance of family agriculture has for the city, for the meso-South Center of Paraná, especially, and the state of Parana. The methodological procedures of the study were based on: theoretical and conceptual framework and collection of primary data obtained in fieldwork. Found that pluriactivity in Turvo's family Agriculture is characterized by socioeconomic reproductive strategies and maintenance in rural areas.

Keywords: Pluriactivity, Family Agriculture, Agricultural Activities, non-agricultural activities

INTRODUÇÃO

O espaço rural passou por profundas transformações, principalmente nas últimas décadas, que acarretaram o surgimento de problemas de ordem econômica, ambiental e social, tanto em escala global e nacional, quanto local. Esses problemas afetaram principalmente às famílias agricultoras que residem no espaço rural, que se veem induzidas a buscar alternativas/estratégias de permanência. Nesta pesquisa abordamos alguns fenômenos que emergiram com as transformações do espaço rural, destacando-se a pluriatividade, conceito definido como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, podendo ser desenvolvidas tanto dentro quanto fora do estabelecimento (SCHNEIDER, 2009). A pluriatividade está intimamente ligada à agricultura familiar e a reprodução socioeconômica, oportunizando geração de novas fontes de renda às famílias residentes no espaço rural.

A partir disto, esta pesquisa buscou analisar as características e implicações da pluriatividade na agricultura familiar de Turvo-PR, através da análise da estrutura fundiária do município; identificação das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas famílias pluriativas, bem como as razões/motivações pelas quais elas tornam-se pluriativas; e verificação de alguns impactos sociais e econômicos trazidos pela pluriatividade na agricultura familiar de Turvo-PR.

A dinâmica produtiva local revela-se na diversidade de atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no município. Além da agricultura e pecuária intensiva e extensiva, produção agroecológica e agroindustrial, há atividades de extrativismo vegetal bem como atividades de prestação de serviços na sede e nas comunidades rurais, ligadas tanto ao setor público como privado.

A relevância da pesquisa em Turvo-PR baseia-se no fato de que o município constitui-se em um exemplo significativo da presença da pluriatividade na mesorregião Centro-Sul paranaense e que ainda é pouco estudada. Há uma grande diversidade de atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Inclui práticas tradicionais e modernas, extrativismo de erva-mate e pinhão, produção de leite, milho, soja, feijão, mandioca e hortaliças em geral, plantas medicinais e aromáticas, produção agroecologia e agroindústrias onde os agricultores comercializam os produtos em feiras e escolas do município. Há também atividades desenvolvidas, pelos membros das famílias, fora dos estabelecimentos, dentre elas podemos citar: prestação de serviços não agrícolas na sede do município e nas comunidades rurais, como exemplo, em escolas públicas municipais e

estaduais, unidades básicas de saúde, indústria do setor de papel e embalagens, localizadas no espaço rural do município. A problemática da pesquisa é: a pluriatividade está contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar de Turvo-PR? Quais são as causas e consequências da pluriatividade na agricultura familiar de Turvo-PR?

Por um lado a pluriatividade é considerada como necessária para a permanência do agricultor no espaço rural, pois permite a reprodução social e econômica das famílias. De outro, existe a ideia de que a pluriatividade seja consequência da fragilidade das atividades agrícolas. Estas distintas interpretações foram abordadas com o desenvolvimento da pesquisa.

Para atingir os objetivos propostos buscamos fazer uma análise sistematizada das condições de reprodução da agricultura familiar no Município de Turvo-PR. Tomamos por base a pluriatividade na agricultura familiar.

Consideramos que a metodologia qualitativa tenha sido a mais adequada para esta pesquisa em razão da natureza dos objetivos propostos. Esta metodologia nos proporcionou uma análise mais aprofundada da realidade que estudamos.

A pesquisa qualitativa tem como foco de estudo os processos vivenciados pelos sujeitos (QUEIROZ et al, 2007). Ou seja, este tipo de pesquisa deve buscar apresentar as ações dos sujeitos a partir da interpretação e não da descrição dos comportamentos. Desse modo, na pesquisa qualitativa é importante a imersão do pesquisador no contexto da interpretação e interação com o objeto estudado e a adoção de postura teórico-metodológica para decifrar os fenômenos (PESSÔA, 2012). Ainda, segundo esse autor, a partir dos resultados alcançados é possível a compreensão da realidade, permitindo-nos posicionar criticamente frente a ela. Por ser uma abordagem mais interpretativa que se propõe traduzir e expressar o fenômeno estudado, também constitui-se em um trabalho laborioso, visto que é necessário registrar as informações, coletar dados, organizá-los e fazer as análises (MATOS; PESSÔA, 2009).

Diante disso, a metodologia foi organizada em três momentos. O primeiro baseou-se em pesquisas e leituras principalmente em obras de Maria José Carneiro (1997, 1998), José Graziano da Silva (1984, 1996, 1999, 2002), Sergio Schneider (1999, 2001, 2009), Maria Nazareth Wanderley (2000), Flávio Sacco dos Anjos (1995 e 2003), entre outros. Em um segundo momento houve levantamento, pesquisa e análise de dados secundários, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outras instituições e órgãos oficiais. Por fim, o último momento foi elaborado com base na pesquisa de campo, onde seguimos os seguintes procedimentos: aplicação de entrevistas semi-estruturadas, registros fotográficos, tabulação, sistematização e análise.

Para Fonseca (2002), *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Sendo assim, descreveremos aqui a metodologia utilizada no trabalho empírico, ou seja, os caminhos percorridos até os resultados finais, que são os dados sistematizados e analisados, bem como uma descrição do panorama geral das comunidades investigadas.

Apesar da extensão territorial de Turvo, 926,767 km², tive o privilégio de, desde pequeno, “viajar” com meu pai pelos quatro cantos do município, a fim de comprar gado de corte ou de leite, bem como de milho. Desta forma conheci e explorei as diversas formas na qual a agricultura familiar se manifesta. Meu avô, Manoel Neumann (*in memoriam*), foi um dos pioneiros do município. Vindo de Guarapuava-PR, juntamente com seus pais (meus bisavós) José Neumann (este vindo da Alemanha por volta de 1900) e Rosa Neumann, chegaram em Turvo em 1910. Fixaram-se (desbravando) onde hoje é a comunidade Arroio Fundo dos Neumann. Casou-se com Ana Maria Martins Neumann. Da união nasceram 15 filhos. Meu pai, antes de fixar residência na sede do município (1980), viveu por 20 anos na comunidade do Arvoredo. Posteriormente mudou-se para sede onde ficou conhecido como Sr “frança”, famoso pela criação de cavalos de raça e eventuais torneios e disputas que venceu. Fez parte do processo de emancipação do município, sendo também um dos membros fundadores da Associação de Hortifrutigranjeiros (1986), participando ativamente de associações que foram surgindo nos anos posteriores bem como dos movimentos políticos da época (TURVO, 1987). Estas circunstâncias facilitaram a aplicação das entrevistas pelas comunidades. Cresci e vivi toda a minha vida em Turvo, e ausentei-me apenas por dois anos para estudar a agricultura familiar pluriativa (na Unicentro). Mesmo tendo essa identidade com o local, é importante esclarecer e garantir a imparcialidade na análise dos dados. Em trabalho similar, Correa (2015) destacou que desde a proposta inicial de um trabalho deve-se levar em conta o pesquisador como parte

do local estudado.

Para obtenção das informações qualitativas foram realizadas 60 entrevistas semi-estruturadas, com membros presentes nos estabelecimentos no momento da visita de campo. Neste método de análise, é desenvolvida a interpretação do autor sobre uma determinada realidade social, considerando que esta interpretação é formulada pelo cientista e não pelos sujeitos pesquisados (MARTINS, 2004). Gil (1999) destaca a entrevista como bastante adequada para obtenção de informações a respeito do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como a respeito de suas explicações ou razões das coisas precedentes.

Outra importante técnica utilizada no momento das entrevistas foi a observação, onde procuramos conhecer um pouco mais do ambiente em que as famílias entrevistadas estão inseridas. Paralelamente, foram realizados registros fotográficos em alguns estabelecimentos a fim de apresentar a realidade e contexto de cada família, o que proporcionou-nos perceber um pouco dos motivos que levam as famílias a pluriatividade.

Foram entrevistados agricultores de 20 comunidades, no entanto, ao todo foram visitadas 40 comunidades. Como também foram entrevistados agricultores das comunidades mais isoladas do município, a fim de verificar as formas de manifestação da pluriatividade destas, acabamos, conseqüentemente, por nos adentrar em outras comunidades (até mesmo para pedir informações). As comunidades, em sua maioria, ficam próximas à estrada principal, ou Linha¹, que leva a essas comunidades localizadas em cada extremo do município (Colônia Velha Ivaí, Porterinha e Banhado Vermelho).

Selecionamos para serem entrevistadas apenas famílias pluriativas, isto é, que combinavam atividades agrícolas e não agrícolas e que se enquadravam na Lei nº 11.326/2006². Assim, não entrevistamos famílias que desenvolviam apenas atividades agrícolas (monoativas) ou apenas atividades não agrícolas (rurais não agrícolas). Devemos lembrar que há 1.408 estabelecimentos familiares em Turvo.

A técnica para a análise da pluriatividade nas unidades familiares entrevistadas foram as entrevistas a campo. Corroboraram alguns dados³ obtidos no *site* do IBGE.

¹Utilizamos essa expressão devido aos transportes coletivos e estudantis turvenses em geral usarem esse termo para definir o caminho até as comunidades, às margens das estradas principais que ligam à Colônia Velha Ivaí, Saudade Santa Anita, Ibema e Arroio Fundo dos Neumann, que são comunidades que apresentam grande referência para população. Portanto, não há conotação de colonização, como em outras áreas do Sul do Brasil.

² Lei da agricultura familiar.

³ O IBGE (2006) dispõe de dados referentes ao número de estabelecimentos agropecuários em que o produtor declarou desenvolver atividade fora do estabelecimento. O número obtido foi de 518 estabelecimentos da

Num primeiro momento buscamos informações de famílias pluriativas com os presidentes de entidades sociais e sindicais do município. Outra forma de indicação foi durante as entrevistas, onde ao final os entrevistados forneciam nomes e endereços de famílias pluriativas.

Alguns entrevistados foram “chaves” para esta pesquisa. Dentre eles destacamos a primeira família da Linha do Arroio Fundo, onde o chefe do estabelecimento faz parte da diretoria da Associação dos Hortifrutigranjeiros, como presidente. Outros informantes-referência que indicaram vários nomes foram os agentes de saúde, que conhecem, em sua maioria, os agricultores das comunidades em que trabalham.

Nas famílias selecionadas, a entrevista era aplicada de forma que todos os membros presentes no momento da visita pudessem participar⁴. Desta forma, toda a família participava, tanto o(s) membro(s) que desenvolvia(m) apenas atividade(s) agrícola(s) no estabelecimento, quanto membro(s) da família que desenvolvia(m) atividade(s) não agrícola(s). Para Graziano da Silva (2010), as decisões da unidade familiar partem do próprio núcleo da família, ou seja, a família como unidade de análise permite considerar o conjunto das estratégias individuais de cada um de seus membros. Desta forma, nos embasamos também no trabalho de Hauresko (2009), onde destacou que as entrevistas contém um roteiro previamente definido, mas a aplicação se dá como uma “conversa”, onde os entrevistados livremente expõem suas ideias, embora sendo conduzidos conforme o roteiro pré-estabelecido. Sendo assim, foi possível acrescentar, durante a entrevista, novas questões e dúvidas que surgiam.

A entrevista semi-estruturada (em anexo) buscou analisar os impactos da pluriatividade na agricultura familiar de Turvo. Dentre nossas indagações básicas estava a de identificar as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelos membros da família.

Aplicávamos de início uma pré-entrevista, a fim de sabermos o tamanho do estabelecimento; se era próprio ou não; se desenvolviam atividades agrícolas e o número

agricultura familiar em Turvo-PR, disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1115&z=p&o=2&i=P>>. No entanto, devemos destacar que há atividades não agrícolas ou ocupações não agrícolas (borracharias, agroindústrias, costureiras entre outras atividades que não envolvam o cultivo) desenvolvidas no interior da unidade de produção familiar.

⁴ Destacamos que os trabalhos de campo foram feitos entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016. Realizamos as entrevistas, sobretudo à tarde, entre as 14 e 20 horas, sendo aplicadas, em média, quatro entrevistas por dia de campo. Na Linha Saudade, entretanto, foram aplicadas 10 entrevistas ao dia. Iniciávamos pela manhã e finalizávamos à noite. Foram realizadas mais duas visitas à Linha para completar as 15 amostras. No restante das Linhas eram realizadas até cinco visitas, a fim de alcançar o número de amostras definidas.

de pessoas que trabalhavam no estabelecimento. Estas questões permitia-nos comprovar se a família estava enquadrada na Lei nº 11.326/2006. Para comprovarmos a pluriatividade da família perguntávamos se algum membro da família desenvolvia alguma atividade não agrícola fora ou dentro do estabelecimento.

Com estas perguntas foi possível identificar e comprovar a pluriatividade na agricultura familiar do município. Também foram direcionadas perguntas a fim de analisar o impacto da pluriatividade na agricultura familiar do município. Desta forma, perguntamos sobre os motivos que levaram a desenvolver outras atividades além da agrícola no estabelecimento ou fora dele; bem como se seria possível permanecer no meio rural apenas com atividades agrícolas ou apenas com atividades não agrícolas; e, principalmente, o tempo (parcial, predominante ou exclusivamente) destinado pelos membros das famílias entrevistadas em cada atividade desempenhada.

Cada família respondeu, além da entrevista semi-estruturada, um quadro (anexo) com objetivo de analisar as características e composição do núcleo familiar. Buscamos identificar a atividade predominante dos membros das famílias analisadas (agrícolas ou não agrícolas), e o impacto das atividades não agrícolas sobre as atividades agrícolas.

Identificamos três tipos de atuação na atividade não agrícola entre os membros dos estabelecimentos analisados: um deles é os que nunca desenvolveram a atividade agrícola, ou seja, nunca tiveram ligação produtiva com a terra e vivem de seu salário; outros são aqueles que em dado momento da vida passaram a desenvolver de forma parcial (com carteira assinada) a atividade não agrícola (predominantemente ou parcialmente). Mesmo sendo assalariados nunca deixaram de lado a atividade agrícola em seu estabelecimento; por fim há aqueles que não têm vínculo empregatício formal, entretanto desenvolvem atividades não agrícolas fora de seu estabelecimento (pedreiros, pintores, empregados agrícolas, entre outras), na maioria das vezes sem carteira assinada, bem como em atividades não agrícolas no interior dos estabelecimentos (borracharias, padarias, confeitarias, costureiras, entre outras). Estes últimos, em alguns casos especiais (uma minoria), tiveram receio em dar informações, pois o maior interesse destes é ainda a aposentadoria rural a partir do bloco de produtor, e a partir do momento que eles passam a ter carteira de trabalho e contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), deixam de serem considerados agricultores, perdendo a qualificação de segurado especial.

Do total de 60 (sessenta) entrevistas, foram feitas (quinze) para cada uma das 4 (quatro) Linhas, as quais atravessam todo município. Foram percorridos cerca de 700 km

para que pudéssemos abranger todo município. Buscamos também coletar amostras de comunidades próximas à área urbana do município (Rio Bonito, Rio do Salto, Pachecos, Dodge) bem como das comunidades mais distantes como a exemplo da Colônia Velha Ivaí, Banhado Vermelho e Porteirinha. Estas comunidades encontram-se a uma distância de aproximadamente 50 km da sede e foram pesquisadas a fim de analisarmos como a pluriatividade se manifesta nas unidades familiares mais distantes da área urbana.

A pesquisa de campo foi tanto qualitativa quanto quantitativa. Buscamos obter amostras representativas (qualitativamente) em cada uma das quatro Linhas, a fim de perceber as mais diferentes formas de manifestação da pluriatividade na agricultura familiar.

Percebemos famílias pluriativas em cada uma das Linhas⁵, dentre elas, na Linha Ibema devido à indústria papeleira, na Linha Ivaí devido à indústria de embalagens (Rio Bonito Embalagens) e servidores públicos na área rural, na Linha do Arroio Fundo com servidores públicos na área urbana bem como empregados no setor privado e autônomos, e por último, na Linha Saudade com servidores públicos na área rural da Linha.

A análise dos dados obtidos em campo foi realizada seguindo diversos momentos: primeiro, as entrevistas foram organizadas e numeradas em um quadro por ordem de aplicação; segundo, as Linhas foram definidas como categorias de análise, onde cada comunidade foi distribuída conforme a Linha que pertencia. É conveniente após a definição de categorias, eleger a unidade de análise, conforme Ghiglione e Matalon (1997); num terceiro momento tabulamos os dados com a utilização do Microsoft Office Excel (2007) e suas ferramentas; já em um quarto momento, foram elaborados gráficos das questões mais pertinentes à pesquisa, para análise do material e descrição das informações.

No quinto momento foram organizados os registros fotográficos a serem utilizados na pesquisa, a fim de caracterizar a diversidade das comunidades pesquisadas. Por fim, foram utilizadas as anotações e observações realizadas durante os trabalhos de campo, que foram utilizadas como técnica complementar. Elas permitiram o detalhamento das informações obtidas durante as entrevistas.

As entrevistas seguiram um roteiro pré-definido com questões referentes a: (1) identificação pessoal; (2) caracterização da família; (3) caracterização do estabelecimento;

⁵ Analisamos apenas uma agroindústria nos trabalhos de campo, a qual será retratada no capítulo IV, item: análise e sistematização dos dados obtidos a campo. Segundo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo (2016), existem apenas seis agroindústrias familiares no município de Turvo-PR.

(4) condições produtivas e socioeconômicas e; (5) perspectivas em relação a continuidade nas atividades do estabelecimento.

Os aspectos referentes à caracterização da família tiveram por objetivo identificar participação em instituições sindicais ou associações e registrar o número total de membros. As questões referentes à caracterização do estabelecimento tiveram por finalidade analisar a estrutura fundiária das comunidades pesquisadas.

Já os dados referentes às condições produtivas e socioeconômicas, buscaram entender a composição e características das atividades agrícolas e não agrícolas, e dos membros das famílias pesquisadas que as desenvolvem.

Quanto às perspectivas em relação à continuidade nas atividades do estabelecimento, ou fora dele, buscamos entender, de modo geral, as perspectivas dos agricultores familiares a respeito da permanência ou não no espaço rural, independente das atividades que desenvolvam. A partir das respostas a esta questão, bem como das demais, buscamos compreender os impactos que a pluriatividade e demais características socioeconômicas dos estabelecimentos produzem sobre as famílias, influenciando-os na permanência ou não no espaço rural.

A pesquisa foi dividida em quatro capítulos, sendo que cada capítulo está dividido em seções, desta forma: o primeiro capítulo foi intitulado: “**as transformações recentes no espaço rural brasileiro: análise das décadas de 1970 a 1990**”. Este capítulo teve por objetivo apresentar uma abordagem histórico crítica do espaço rural brasileiro do pós-Segunda Guerra Mundial, verificando momentos históricos cruciais para a configuração atual do espaço rural. A partir da análise da década de 1970, que culminou com a modernização da agricultura, foi possível verificar a expropriação capitalista que os agricultores familiares sofreram. A forte inclusão do modo capitalista de produção no espaço rural, principalmente a partir da inserção do pacote tecnológico da Revolução Verde, forçou os agricultores a migrarem, sobretudo para as cidades. Aqueles que optaram por permanecerem no campo enfrentaram/enfrentam diversos problemas e dificuldades em reproduzirem-se socioeconomicamente.

Já na década de 1990, os agricultores que permaneceram no campo, mesmo que de forma marginalizada, ganham força e oportunidades à participação nas políticas públicas. A partir da constituição de 1988, mas, sobretudo na década de 1990, houve a consolidação dos movimentos e organizações sociais, a descentralização do Estado, e

desregulamentação dos mercados. Assim damos ênfase às políticas públicas, à agricultura familiar e ao agronegócio, comparando-as entre as duas décadas.

O segundo capítulo foi intitulado: “**agricultura familiar e pluriatividade no Brasil**”. Este capítulo teve por objetivo abordar o rural brasileiro na atualidade, discutindo conceitos que se consolidaram nos anos finais do século XX e dão base para a discussão do objeto da pesquisa. Teve como objetivo principal, após a contextualização histórico crítica do primeiro capítulo, abordar as duas principais temáticas da pesquisa, que são: a agricultura familiar e a pluriatividade. Esse capítulo teve por objetivo concluir as discussões teóricas, que buscaram compreender a reorganização do espaço rural brasileiro, marcado hoje por uma diversidade de elementos que vão das estratégias da agricultura familiar para manter-se no espaço rural, a pluriatividade como estratégia de reprodução socioeconômica, até a hegemonia do agronegócio (devido a concentração de subsídios destinados pelo Estado e pela concentração de terras).

No terceiro capítulo, “**a dinâmica socioespacial do município de Turvo-PR: formação, especificidades e características gerais**”, abordamos um pouco da história do município, da sua formação e aspectos gerais. Foi construído com base em dados secundários, suficientes para caracterizar/contextualizar e analisar os processos agrário-agrícolas do espaço rural do município de Turvo-PR. Notamos que a estrutura fundiária de Turvo, a exemplo do que ocorre no Brasil, também é desigual, onde a grande produção, mesmo com o menor número de estabelecimentos, concentra a maior parte das terras.

Por fim, o quarto capítulo: “**a pluriatividade na agricultura familiar a partir da dinâmica territorial do município de Turvo-PR**”. Fechamos a pesquisa com discussões da dinâmica do espaço rural do município. Partimos da análise e sistematização dos dados primários obtidos por meio das entrevistas semi-estruturadas, registros fotográficos, diário de campo e observações. Foi possível verificar que, em muitos casos, a atividade não agrícola desenvolvida fora do estabelecimento torna-se a renda necessária para a manutenção da família no espaço rural, acrescido do seguro social (aposentadoria). Observamos em campo a diversidade agrícola e não agrícola, as similaridades e particularidades entre as quatro Linhas estudadas. Percebemos também a importância das associações comunitárias que auxiliam os agricultores familiares principalmente com a patrulha agrícola.

CAPÍTULO I



AS TRANSFORMAÇÕES RECENTES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO: ANÁLISE DAS DÉCADAS DE 1970 A 1990

O espaço rural brasileiro tem passado, nas últimas décadas, por transformações de cunho social, político, econômico e ambiental. São visíveis as mudanças em sua infraestrutura por meio da inserção de novas tecnologias na agricultura, principalmente a partir da década de 1970 com a Revolução Verde. No entanto, a totalidade das mudanças pelas quais o espaço rural passa não deve-se apenas aos pacotes tecnológicos⁶. É evidente que a penetração do capital estrangeiro no espaço rural tenha sido um dos principais responsáveis pelas transformações do mesmo, mas é imprescindível a análise do papel do Estado⁷ como mediador da entrada do capital e, conseqüentemente, das transformações do espaço rural.

A partir da década de 1990, entretanto, as políticas de desenvolvimento rural ganham importantes mudanças na sua orientação. Deste modo, deixam de ter cunho totalmente produtivista que beneficiava, sobretudo, os grandes estabelecimentos agropecuários passando a explorar a multifuncionalidade⁸ da agricultura, dando ênfase e reconhecendo o papel dos atores sociais. A reforma agrária, no entanto, ficou em segundo plano, compensada por meio de políticas públicas que tentaram amenizar a problemática.

Os avanços técnicos e científicos proporcionaram a reestruturação nos processos produtivos da agropecuária brasileira. Com a integração da agricultura com a indústria surgiu um novo ordenamento no campo, onde a lógica produtiva do conjunto das atividades agropecuárias passa a ser orientada pelo mercado global, por meio das grandes corporações agroindustriais (FAJARDO, 2008). Essa reestruturação traz consigo a desarticulação da forma tradicional de uso da terra, passando a ser substituída,

⁶ De acordo com o paradigma da modernização produtivista, promovida pelo regime militar, o Brasil adotou um pacote tecnológico de agricultura que intensificou o uso de máquinas, adubos e defensivos químicos, passando a ter um aumento significativo na produção agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1981).

⁷ As intervenções públicas foram e ainda são bastante comuns na gestão das sociedades com a finalidade de criar facilidades para reorientação de investimentos do capital público e privado. Buscando amenizar as diferenças entre regiões e lugares, atua mediando interesses do capital, das classes capitalistas e em menor relevância das classes trabalhadoras (ALENCAR; MENEZES, 2009, p. 125). O Estado brasileiro se mostra, assim, forte para financiar o agronegócio e isentar os agrotóxicos de impostos, e, ao mesmo tempo, mínimo quando se trata de proteger a saúde da população e do ambiente dos impactos do atual modelo de produção dominante na agricultura brasileira (ABRASCO, 2015).

⁸ O conceito de multifuncionalidade contraria a ideia de que a agricultura tem, apenas, a função de produzir alimentos, mas atribui-se à mesma um papel determinante na manutenção das populações locais; na preservação do ambiente e das paisagens; acolhimento das populações urbanas, entre outros aspectos (SILVA; ALMEIDA, 2002). A abordagem da multifuncionalidade incorpora a noção de pluriatividade (discutiremos a pluriatividade na agricultura familiar ao final deste capítulo), considerando-se que as múltiplas funções da agricultura, para a sociedade, podem se traduzir em atividades exercidas por diferentes membros das famílias de agricultores, que não estão diretamente associadas à produção de alimentos para o mercado. A primeira vez em que o termo 'multifuncionalidade da agricultura e do território' apareceu foi durante a ECO-92. À época, já se discutia um rural não exclusivamente agrícola (CARNEIRO, 2005).

gradualmente, pelos insumos agrícolas⁹. Os impactos sociais trazidos com as transformações foram intensos. A expropriação capitalista se fez e ainda se faz presente.

A década de 1970 foi marcada também pelo êxodo rural¹⁰. A partir daquela década, milhões de agricultores migraram para as cidades, acarretando o inchaço¹¹ delas. Dessa forma, a população urbana supera a rural em meados da década de 1970 (MELO, 2011).

Muitos agricultores que migraram às áreas urbanas não conseguiram emprego, pois não possuíam qualificação, passando a concentrar-se nas áreas menos desenvolvidas das cidades. Se antes esses agricultores proprietários de terras eram explorados e expropriados pelo capitalismo, agora, nas cidades, são explorados pelo capital industrial, trabalhando muitas vezes, sem especialização, no “chão” das fábricas, com excessivas horas de trabalho e recebendo baixos salários. Diante do capitalismo global [...] submetendo-se à exploração capitalista; ampliou-se, portanto, o contingente de trabalhadores serviçais, formais ou informais, externos à produção do capital, que sobrevivem à custa da massa de mais-valia social (JORDÃO; STAMPA, 2015).

Aqueles que não migravam para as cidades continuavam a enfrentar a pobreza também existente no espaço rural. Viam-se em meio a um processo de modernização da agricultura, onde eram induzidos a inserir-se no Modo Capitalista de Produção ou, optar pela venda de suas propriedades e migrar. Então aqueles menos afortunados, que já possuíam pouco, mas que tinham seu estabelecimento para produzir seu alimento sentiam-se obrigados a enfrentar as dificuldades independente de sua escolha de permanecer ou não no meio rural.

A preocupação com as questões ambientais também passa a fazer-se presente nas discussões sobre o meio rural. A multifuncionalidade do espaço rural foi, por muito tempo, negligenciada. O espaço rural era percebido apenas pelas atividades agropecuárias e pelo caráter agroexportador, que tinha por objetivo a produção, ficando de lado tanto questões sociais, quanto ambientais. Nos anos mais recentes, sobretudo a partir dos anos de 1990, o espaço deixa de ser analisado como exclusivamente agrícola.

⁹ Fertilizantes, agrotóxicos, máquinas etc. (SAUER, 2008).

¹⁰ Como consequência do processo de industrialização e realização de grandes obras, principalmente a partir da década de 1950 e da modernização da agricultura no Brasil a partir da década de 1960, a população brasileira deixou de ser predominantemente rural em meados da década de 1970 (ABRASCO, 2015).

¹¹ Em 2010, 15,65% da população brasileira vivia na área rural e 84,35% na área urbana. Dessa forma, constata-se que o intenso êxodo rural contribuiu com um expressivo aumento da população urbana (SILVA; MACIEL; MOREIRA, 2013).

Novas funções passam a ser desempenhadas pelo meio rural. A visão de atraso e de oposição ao urbano passa a ser lentamente superada. O rural passa a ser compreendido como lugar de oportunidades, de moradia e lazer. Atividades “antigas” ou tradicionais, até então tidas como sem importância, agora tornam-se alternativas de renda e emprego, ganhando em importância econômica e cultural. As consequências desses avanços resultam em transformações mais pontuais, como a integração rural/urbana.

Conforme Candiotto e Corrêa (2008), o espaço rural passa a incorporar características urbanas, e a “industrializar-se”. O espaço urbano também passa a assumir características rurais conduzidas por aqueles que o deixaram, através de seus costumes e tradições.

A expansão de atividades não agrícolas¹² no espaço rural também remete a esse processo de “industrialização”. Os atores sociais passam a adotar estratégias de reprodução, buscando inserir atividades não agrícolas em seus estabelecimentos ou até mesmo usando a força de trabalho fora do estabelecimento familiar para aumentar a renda.

Em sua totalidade, o espaço rural é complexo e diversificado. Em função disso, este capítulo tem por objetivo abordar as transformações históricas pelas quais o espaço rural passou nas últimas décadas, dando destaque às décadas de 1970 e 1990, que são marcadas por transformações socioeconômicas e ambientais e que trouxeram mudanças significativas a ele.

Abordaremos ainda neste capítulo o papel do Estado brasileiro enquanto mediador dessas transformações, discutindo as estratégias de desenvolvimento rural adotadas nas décadas de 1970 e a partir de 1990. Discutiremos também os impactos sociais que a população rural sofreu devido à entrada do capital, o surgimento de movimentos sociais na luta pela reforma agrária e a (re) valorização e as novas funções do/no rural, procurando discutir a diversidade de pensamentos na tentativa de conceituação de espaço rural.

Desta forma, este capítulo está dividido em três seções, sendo a primeira intitulada “as estratégias de desenvolvimento rural”; a segunda “a reestruturação agropecuária e a questão agrária” e a terceira “(re) valorização e novas funções do rural na contemporaneidade”. As duas primeiras seções apresentam um resgate histórico crítico das transformações do espaço rural, e a terceira contextualiza a questão rural na atualidade.

¹² Por atividades não agrícolas deve-se levar em conta àquelas tarefas (dentro e fora da propriedade) que não implicam o envolvimento direto nos processos de produção vegetal e/ou animal (SCHNEIDER, 2003).

1.1. AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

A década de 1990 é marcada por ser um momento histórico para a agricultura familiar, que até então era colocada em segundo plano pelo Estado. As estratégias de desenvolvimento rural visavam, sobretudo, a agricultura não familiar. É na década de 1990 que a agricultura familiar passa a receber investimentos por meio de políticas públicas, a exemplo de 1996, quando houve a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf¹³). No entanto, para se discutir essa década torna-se necessário contextualizar as mudanças que ocorreram principalmente na década de 1970 que, historicamente, trouxeram novos rumos, e uma nova dinâmica ao espaço rural.

Desta forma, a proposta desta seção foi realizar, através de três subseções, um levantamento das transformações no meio rural conduzidas ao longo das décadas de 1970 e 1990 com objetivo de compará-las. Abordamos inicialmente a Revolução Verde, considerada o “motor” das transformações no campo que iniciou-se no Pós-Guerra e consolidou-se na década de 1970. Discutimos ainda as políticas de desenvolvimento rural promovidas pelo Estado como forma de intervenção direta no campo e finalizamos a seção discutindo as relações entre a década de 1970 e de 1990.

1.1.1. O modelo agrícola tecnológico (Revolução Verde)

O final da Segunda Guerra Mundial culmina com a dispersão do Modo de Produção Capitalista e a consolidação dos Estados Unidos da América como novos líderes mundiais. A partir de então uma nova lógica é inserida no espaço rural. A terra passa a ter valor econômico e a modernização da agricultura se faz “necessária” para aumentar a produção. Esse processo substituiria a agricultura tradicional, baseada no uso dos recursos naturais de forma que conciliava a necessidade do agricultor com o tempo de reposição daqueles recursos, por uma agricultura moderna, baseada no uso de técnicas mais avançadas que alteraria a estrutura de produção, com o uso de implementos, insumos agrícolas e motomecanização.

¹³ Em 1995 foi lançado o Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PLANAF) que, em 1996 transformou-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado pelo Decreto nº. 1.946/96 (CANDIOTTO e CORRÊA, 2004).

A “substituição” e modificação se efetiva nos países em desenvolvimento na década de 1970 e com a Revolução Verde. Navarro (2001) definiu-a como uma extraordinária revolução tecnológica.

A chamada Revolução Verde foi um programa que tinha por objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. Deu seus primeiros passos por volta de 1943, ainda durante a 2ª Grande Guerra Mundial, quando a vitória para os aliados, sob a liderança dos EUA, já se delineava no horizonte (BRUM, 1983, p. 55).

Na teoria, a Revolução Verde foi um discurso modernizante e promissor. No entanto, além da retórica, podemos perceber que as modificações que ela efetivou no espaço rural foram muito além das promessas de aumento da produção e da produtividade.

Em decorrência da chamada ‘Revolução Verde’, a agricultura tradicional, que vigorou até a década de 1970, foi sendo subordinada a um modelo econômico baseado em: tecnologia químico-dependente; ampliação da monocultura; mecanização e intensificação da espoliação de recursos naturais; utilização de bens públicos e de incentivos fiscais; apropriação privada dos lucros e socialização do ônus. Hoje, o Brasil tem sua economia sustentada principalmente pela exportação de *commodities* agrícolas e minerais (ABRASCO, 2015, p. 591).

O aumento da produção e da produtividade prometido pela Revolução Verde, com o objetivo de combater a fome nos países pobres, era e ainda é usado como discurso, de que a solução para a falta de comida à mesa seria a modernização técnica da agricultura. Tal discurso é um tanto quanto contraditório, pois a modernização deixou os agricultores familiares à margem desse processo, o que levou, entre outros efeitos, ao crescimento do êxodo rural.

Os anos de 1970, no Brasil, passaram a ter uma população urbana maior que a população rural. Muitos agricultores familiares que não conseguiam inserir-se na lógica capitalista vendiam suas propriedades e migravam para as periferias¹⁴ das cidades e aqueles que conseguiam muitas vezes acabavam endividando-se, e como consequência, também vendiam¹⁵ suas propriedades.

¹⁴ O êxodo rural acentuou nas periferias os chamados “cinturões de miséria”, já que o crescimento urbano industrial esteve/está muito longe de assegurar empregos suficientes para absorver esses contingentes, cada vez mais numerosos, de força de trabalho com pouca ou nenhuma qualificação (BRUM, 1983; RUCKERT, 2003).

¹⁵ A retirada dos subsídios sobre o Crédito oficial e a sujeição da renda da terra ao Capital, promovendo o empobrecimento e a exacerbação das condições de expropriação, fizeram emergir enormes obstáculos ao agricultor, especialmente familiar. Em muitos casos, a solução encontrada foi colocar à venda a terra para saldar dívidas (MARIN, 2010, p. 63).

1.1.2. Intervenção do Estado e noções de desenvolvimento rural, políticas agrárias e agrícolas

O Estado trata de dar garantias para as empresas privadas instalarem-se no país, principalmente às multinacionais, para dessa forma, reproduzir a lógica do Modo de Produção Capitalista. Sabe-se que o Estado é um dos agentes da produção do espaço, seja ele rural ou urbano, e tem por objetivo amenizar as diferenças das e entre as regiões.

O Estado é um dos principais agentes na produção do espaço (urbano e rural) como uma totalidade, seja na forma de intervenção direta ou indireta sempre viabilizando os interesses de ampliação e reprodução do capital nos diferentes territórios. As intervenções públicas foram e ainda são muito comuns no planejamento e gestão do espaço com a finalidade de criar facilidades para reorientação de investimentos do capital público e privado, buscando, dessa forma, amenizar as diferenças entre regiões e lugares que são inerentes ao modo capitalista de produção (ALENCAR; MENEZES, 2009, p.122-123).

Com base nisso é que abordaremos a seguir as estratégias de desenvolvimento rural adotadas nos anos de 1970 e os impactos sobre o espaço rural.

É importante destacar que na década de 1970 a sociedade vivia em um Estado desenvolvimentista centralizador. Segundo Rückert (2005), o Estado desenvolvimentista brasileiro implementa a partir de 1940 um núcleo de consenso desenvolvimentista análogo ao keynesianismo europeu. De corte explicitamente geopolítico no Pós-1964, o Estado autoritário brasileiro é um dos maiores exemplos de projeto desenvolvimentista de corte cepalino.

Além de analisar-se o momento histórico, é preciso compreender também as diferentes concepções de políticas de desenvolvimento rural, pois há um conjunto de expressões que muitas vezes confundem-se, mas que possuem significados distintos.

Neste sentido, a primeira expressão é desenvolvimento agrícola (ou agropecuário). Aqui estaria se referindo exclusivamente às condições da produção agrícola e/ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. Refere-se, portanto, à base propriamente material da produção agropecuária, suas facetas e evolução – por exemplo, área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, entre outros tantos aspectos produtivos (NAVARRO, 2001, p. 86).

Nesse sentido, compreende-se a política agrícola restrita a produção, voltada para o aperfeiçoamento de técnicas e equipamentos direcionados à produtividade agrícola. Para Navarro:

Esse período [pós-Segunda Grande Guerra], que coincide com a impressionante expansão capitalista dos ‘anos dourados’ (1950-1975), é assim um divisor de

águas também para as atividades agrícolas, e o mundo rural (re) nasceria fortemente transformado, tão logo os efeitos desta época de transformações tornaram-se completos. A noção de desenvolvimento rural, naqueles anos, certamente foi moldada pelo ‘espírito da época’, com o ímpeto modernizante (e seus significados e trajetórias) orientando também as ações realizadas em nome do desenvolvimento rural (2001, p. 84).

O Estado objetivava a modernização da agricultura. Reproduzindo o capital no espaço rural, implantou políticas de “desenvolvimento” no mesmo que priorizaram o setor agrícola, a fim de aumentar a produtividade e a renda de alguns agricultores.

O projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no país tem como principal objetivo a expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos, sobretudo em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação. No entanto, esta opção tem implicado custos sociais e ambientais crescentes (MARQUES, 2002, p. 96).

O objetivo do Estado era que, criando-se subsídio para o aumento da produção e da produtividade, haveria o aumento da renda, o que resultaria em melhores condições de vida para os agricultores. Assim, concedia crédito com juros baixos, estimulando os agricultores a adquirirem “pacotes tecnológicos” para suas atividades agrícolas. No entanto, os problemas existentes no espaço rural não se restringiam apenas a questões econômicas, como veremos a seguir.

Por sua vez, o desenvolvimento agrário:

Refere-se a interpretações acerca do ‘mundo rural’ em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo. Quase sempre ‘meta-narrativas’, estudam as mudanças sociais e econômicas no longo prazo, reivindicando uma aplicação de modelos teóricos entre países e regiões. Sob tal expressão, as condições próprias da produção (o desenvolvimento agrícola) constituem apenas uma faceta. A análise centra-se usualmente também nas instituições, nas políticas do período, nas disputas entre classes, nas condições de acesso e uso da terra, nas relações de trabalho e suas mudanças, nos conflitos sociais, nos mercados, para citar alguns aspectos. Portanto, a ‘vida social rural’ e sua evolução adentram tais análises em todos os seus aspectos (NAVARRO, 2001, p. 86).

Seguindo o pensamento do autor, o desenvolvimento agrário refere-se, de modo geral, as distintas dimensões que relacionam-se ao acesso e uso do estabelecimento agropecuário, envolvendo, sobretudo, as políticas de reforma agrária, ponto crucial para os problemas do espaço rural. A concentração fundiária sempre existiu no Brasil e teve início ainda no Brasil colônia com a política de doação de terras, as Sesmarias, instituída em 1530. O Quadro 1 demonstra a estrutura fundiária brasileira e paranaense.

	Grupos de área total (hectares)	Variável			
		Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Brasil	< de 20	3.213.949	62,10	18.088.535	5,41
	20 50	843.920	16,31	26.120.877	7,83
	50 100	390.882	7,55	26.483.343	7,94
	100 200	219.432	4,24	29.218.870	8,76
	200 2500	237.098	4,58	132.265.398	39,64
	> de 2.500	15.336	0,30	101.503.014	30,42
	Produtor sem área	255.019	4,93	0	0,00
	Total	5.175.636	100,00	333.680.037	100,00
Paraná	< de 20	247.429	66,68	1.906.478	12,39
	20 50	66.194	17,84	2.040.828	13,26
	50 100	22.304	6,01	1.570.123	10,20
	100 200	12.363	3,33	1.727.880	11,23
	200 2500	13.687	3,69	6.520.150	42,36
	> de 2.500	254	0,07	1.626.323	10,57
	Produtor sem área	8.832	2,38	0	0,00
	Total	371.063	100,00	15.391.782	100,00

Quadro 1: Número e Área (hectares) dos estabelecimentos agropecuários em relação a grupos de área total – Brasil e Paraná – 2006.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Org.: Neumann, E. (2015)

O quadro 1 demonstra a desigual distribuição de terras, tanto no Brasil quanto no Paraná. Ao analisarmos, para o caso brasileiro, o número de estabelecimentos com menos de 50 hectares, constatamos que 78,41% dos agricultores possuem até essa quantidade de terra, o que corresponde a um total de 4.057.869 de estabelecimentos, em uma área de apenas 13,24% (44.209.412 hectares) do total. Os estabelecimentos com mais de 200 hectares representam, no Brasil, apenas 4,88% (252.434 estabelecimentos) do total. Esses mesmos concentram 70,06% da área total, isto é, 233.768.412 hectares. Esses poucos estabelecimentos agropecuários ocupando extensas áreas acentuam as desigualdades no espaço rural, deixando aos agricultores familiares, pequenas áreas para cultivo.

Caso semelhante, mas de modo menos expressivo, acontece no Paraná. Ao analisarmos os mesmos grupos de área notamos que estabelecimentos com menos de 50 hectares correspondem a 84,52% (313.623) do total e que ocupam uma área de 25,65% (3.947,306 hectares) do total. Os estabelecimentos com mais de 200 hectares representam

apenas 3,76% (267.687) do total, ocupando uma área que corresponde a 52,93% do total ou 8.146.473 hectares. Assim, a má distribuição fundiária que ocorre no Brasil, se configura também no Estado do Paraná, e ainda no Município de Turvo-PR¹⁶.

A partir disso, compreende-se a década de 1970 como divisora de águas para os agricultores familiares. O problema da desigual distribuição de terras combinava-se com famílias numerosas. Conseqüentemente a agricultura tradicional entrou em crise, devido, entre outros motivos, à intensificação do uso e ao esgotamento da fertilidade do solo. Diante desse cenário e motivado pela expansão da modernização da agricultura, houve a redução das atividades agrícolas tradicionais, culminando com a falência de muitos agricultores familiares e no aumento considerável do êxodo rural ainda na década de 1970. É com base nisso que afirma-se que a política de desenvolvimento agrícola da época era seletiva e excludente, beneficiando quem detinha o capital, e por consequência, o poder.

Se as políticas de desenvolvimento agrícola não correspondem aos anseios dos mais necessitados e as de desenvolvimento agrário não acontecem da forma como deveriam, cabe a discussão da emergência de uma eficiente política de desenvolvimento rural.

A definição do que seja exatamente 'desenvolvimento rural' [...] tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento (adotando indicadores de ampla aceitação). As diferenças, portanto, surgem nas estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas. Além disso, certamente tais diferenças são fundamentadas em leituras de realidades (interpretações) distintas apontando objetivos igualmente distintos, ou seja, a análise do que tenha sido exatamente o desenvolvimento agrário fundamentará leituras (e projetos) correspondentes de desenvolvimento rural. Apenas como rapidíssimo exemplo: desenvolvimento rural, nos anos 70, necessariamente incluiria a intensificação tecnológica e a crescente absorção de insumos modernos pelos produtores, como parte de uma estratégia de aumento da produtividade e, como objetivo finalístico, a elevação da renda dos produtores. Em nossos dias, face à queda real dos preços recebidos pelos produtores e à virtual ausência de sistemas de ação governamental ao longo de tantos anos (especialmente a redução do financiamento), aqueles seriam componentes que poderiam se repetir sob a mesma forma? O conceito de desenvolvimento rural, em consequência, altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais (NAVARRO, 2001, p. 88).

O desenvolvimento rural representa a integração da política agrária com a agrícola. O conceito de rural remete-nos a noção de espaço, portanto, um verdadeiro desenvolvimento só acontecerá a partir do momento que a política tenha por objetivo

¹⁶ Discussão presente no terceiro capítulo.

resolver os problemas do rural a partir de todas suas dimensões, tanto ambientais, fundiárias, sociais, culturais, quanto econômicas, e não somente uma como quando analisamos a já citada política de desenvolvimento agrícola, que ao invés de amenizar os problemas, apenas os intensifica (problemas ambientais, sociais e a concentração de terras).

1.1.3. Uma nova década. Novos desafios

A década de 1990 inicia-se com problemas semelhantes se não os mesmos da década de 1970. A concentração fundiária permanece, o agricultor familiar continua marginalizado e políticas de desenvolvimento agrícola ainda são tidas como de desenvolvimento rural. No entanto, o momento histórico é outro. A constituição de 1988 consolida transformações político-institucionais. Tais mudanças exigem a necessidade de compreender a descentralização do Estado como uma redistribuição de poder e de recursos, responsabilidades e espaços de decisão. A sociedade civil ganha destaque com a reforma do Estado, onde sua participação na criação e supervisão de políticas públicas ganha em importância, ou seja, o Estado transfere parcelas de seu poder/responsabilidades para a sociedade civil.

A flexibilização dos lugares, com economias mais flexíveis e territórios nacionais inserindo-se no processo de globalização financeira e dos mercados, levam a processos de descentralização política do Estado, que “reorganiza” e reatualiza suas políticas internas e externas. Esses fatores levam ao que ficou conhecido convencionalmente como a reforma do Estado.

A crise do nacional-desenvolvimentismo e do planejamento centralizado; as redefinições da geopolítica clássica que perde seus sentidos originais; a tendência às economias flexíveis e à *flexibilização dos lugares*, pela alta mobilização do capital e a inserção subordinada dos territórios nacionais periféricos no processo de globalização financeira e de mercados, e a emergência dos processos políticos descentralizantes na face do processo de redemocratização conduzem os Estados do Sul, como um todo e, especialmente os latino-americanos como o Brasil, a reatualizar em suas políticas externas e internas e a requalificar em suas opções e necessidades de ordenação territorial e de desenvolvimento (RUCKERT, 2005, p. 80).

Dessa forma, a década de 1990 fica marcada pelo processo de globalização financeira, de industrialização flexível, desregulamentações de mercados, investimentos e desinvestimentos. Estes e outros fatores provocaram a criação de um novo cenário.

Em primeiro lugar, o processo de reestruturação produtiva tomou um novo impulso após a recessão da economia mundial no período 1990-92. Essa reestruturação produtiva tem-se manifestado por meio de uma nova onda de

aquisições e fusões em escala global, envolvendo operações transfronteiriças (GONÇALVES, 1999, p. 83).

Assim o Estado passa a atribuir novos papéis para a agricultura familiar e ao espaço rural:

A partir dos anos 90 do século passado, as políticas públicas continuam a ter um enfoque setorial com duas vertentes distintas: uma voltada para a agricultura familiar e outra com ênfase no agronegócio. A primeira é uma tentativa do Estado, através de orientações de agências públicas e de capital misto, a exemplo do Banco Mundial, de promover a reprodução do capital, inserindo o camponês¹⁷ no mercado com a denominação de agricultor familiar. Para isso, desenvolvem Programas que através do crédito, busca a modernização da agricultura familiar, tornando-a competitiva para o mercado (ALENCAR; MENEZES, 2009, p.139).

O surgimento do Pronaf é um marco na intervenção do Estado na agricultura brasileira, porque representa a incorporação efetiva dos agricultores familiares às políticas para o espaço rural (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013).

A criação do Pronaf em 1996 com o objetivo de “fortalecer” a agricultura familiar busca financiar a produção. O Programa começou em 1995/96, com quatro áreas de atuação básicas: no financiamento do custeio e investimento agrícolas; fornecimento de infraestrutura rural; negociação e articulação de políticas públicas e formação de técnicos extensionistas e agricultores (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013).

Isso mostra que as políticas públicas continuam de cunho agrícola/produtivo, semelhantes as da década de 1970, e que o próprio Pronaf é uma política, que visa amenizar a falta de uma de cunho agrário, ou melhor, de uma ampla e completa reforma agrária.

Disso decorre, que no Brasil não houve política pública voltada para o espaço rural e sim para as atividades agrícolas. As políticas agrícolas apresentadas pelos dois últimos governos brasileiros, PLANAF e PRONAF, como instrumentos de transformação do espaço rural do país não conseguiram dar solução aos problemas decorrentes da excludente estrutura agrária brasileira (ALENCAR e MENEZES, 2009, p. 145).

Entre autores que tecem suas críticas ao Pronaf citamos aqui Mattei (2006a), no trabalho “dez anos de Pronaf: síntese da produção e do debate acadêmico sobre o programa”, abrangendo as diferentes modalidades do programa no período 1996 a 2006. Esse estudo, realizado para a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF-MDA), aponta limitações do Programa, sendo uma das principais o viés produtivista, que incentiva o uso de insumos modernos. Mattei (2006a), ainda constata no mesmo trabalho que o crédito

¹⁷ Não é nosso objetivo adentrar no debate entre agricultor familiar e camponês. Sugerimos a leitura de Deponti (2007), que contextualiza as perspectivas camponesas, marxista clássica e neomarxista. Ressaltamos que nosso embasamento para definição de agricultor familiar é Lamarche (1993) e a lei nº 11.326/2006 da agricultura familiar.

vem favorecendo a produção agropecuária, concentrando-se em poucas culturas, como a soja, o milho e o feijão.

Gazolla e Schneider (2013), discutem a necessidade do Pronaf dar “um passo à frente”, enquanto política, a fim de corresponder aos reais anseios da agricultura familiar:

[...] o Programa necessita dar ‘um passo à frente’ em sua evolução política e ajustar o foco nas reais necessidades da agricultura familiar em suas várias dimensões, como nas questões ambientais, nas estratégias coletivas das famílias, o fomento às suas pequenas atividades econômicas e produtivas, incentivos à produção de alimentos (o seu autoconsumo, que está relacionado à segurança alimentar e nutricional), incorporar as atividades rurais não agrícolas e financiar empreendimentos que fortaleçam a célula básica da agricultura praticada em pequena escala – a família (p. 64).

No entanto, por mais que o foco do “desenvolvimento rural” continue sendo o agrícola, como evidenciado no Pronaf, a década de 1990 deve ser compreendida como um momento de avanços para os agricultores familiares. A sociedade civil se organiza e leva à luz a discussão dos problemas e interesses coletivos, tendo um pouco mais de poder de decisão nas políticas de desenvolvimento. Esta participação, por exemplo, pode ser observada nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e nos Territórios Rurais e da Cidadania, ambos, Programas do Governo Federal. O Pronaf, independente de seu viés produtivista, merece destaque como grande conquista das lutas dos agricultores familiares, como apontam Gazolla e Schneider:

Desde o surgimento do Pronaf, em 1996, o Programa se transformou e trouxe inquestionáveis efeitos positivos ao desenvolvimento rural brasileiro, tais como contribuir para melhorar as condições de produção e segurar os agricultores no campo, aumentar a oferta de alimentos, aumentar a produtividade de alguns produtos, gerar ocupação e empregos, que se refletem positivamente em alguns indicadores econômicos e produtivos rurais, entre outros efeitos benéficos que os estudos têm destacado (2013, p. 63).

Analisando as políticas públicas do pós-década de 1990, e as de 1970, percebe-se que o Estado atuou de forma a garantir o desenvolvimento capitalista, intervindo de diferentes formas, desempenhando um papel regulador na organização espacial. Portanto, o capital se territorializou no espaço rural brasileiro, por meio da intervenção estatal, tanto de forma direta como de forma indireta.

Nota-se que o estímulo ao aumento da produção e da produtividade ainda fazem-se presentes no espaço rural, e políticas agrícolas incentivam a inserção do agricultor no “pacote tecnológico”, atualmente dando ênfase não apenas aos agricultores não familiares (agronegócio), mas também aos agricultores familiares. Comprova-se que o cenário mudou, mas o foco continua o mesmo, isto é, de expandir as relações capitalistas de

produção no campo. Ou seja, se até a década de 1990 o Estado visava financiar/promover grandes empresários rurais, atualmente ele visa criar “pequenos empresários”.

1.2. A REESTRUTURAÇÃO AGROPECUÁRIA E A QUESTÃO AGRÁRIA

A reestruturação de cunho econômico produtivo/agrícola do campo brasileiro a partir da década de 1970, permitiu, via integração entre agricultura e indústria, a consolidação dos Complexos Agroindustriais - CAIs - e, por conseguinte, o agronegócio. As políticas públicas daquela época apontavam para a modernização do campo, por meio de financiamentos, pesquisa e extensão rural, com o objetivo de ampliar a produção agrícola para a exportação.

Já em um segundo momento, a partir da década de 1990, as questões sociais passam a ganhar força com a atuação dos movimentos sociais, até então reprimidos, especialmente pela ditadura militar. Eles voltam a atuar e multiplicam-se com a redemocratização do país e posteriormente com a descentralização e redistribuição de funções entre as esferas administrativas.

Desta forma, abordaremos nesta seção, mesmo que de forma breve, o surgimento e expansão do agronegócio a partir da consolidação dos CAIs na segunda metade do século XX. Abordaremos também o surgimento de movimentos sociais e suas conflitualidades com o agronegócio, finalizando a seção com as consequências da modernização da agricultura.

1.2.1. A desarticulação dos Complexos Rurais e criação dos Complexos Agroindustriais - CAIs

A modernização da agricultura brasileira iniciou-se na região Sul do Brasil ainda na década de 1940, com a cultura do trigo e posteriormente da soja. No entanto, foi na década de 1970 e com a intensa intervenção do Estado que ocorreu a integração da indústria com a agricultura, garantindo a expansão do capital no campo. Novas dinâmicas e fenômenos emergem como consequência, a exemplo da crise do Complexo Rural que tinha como características a utilização de instrumentos e técnicas de trabalho simples, herdadas de geração a geração; uma forte ligação com a terra; e a economia tinha uma dinâmica local/regional. O complexo rural passou a ser substituído pelos CAIs, definidos como um

conjunto de atividades econômico-agrícolas, industriais, comerciais e financeiras – que apresentam alto grau de integração entre si (BRUM, 1983). Ou seja, tem como característica um conjunto de novos métodos e técnicas, com foco totalmente produtivista.

A partir de meados da década de 1970, a agricultura e todo o setor agrário, passa a receber maior atenção por parte de políticas públicas. O crédito e os financiamentos agrícolas ampliam-se. A explicação pode ser encontrada na própria constituição de um modelo de modernização no campo caracterizado pelo surgimento do complexo agroindustrial (FAJARDO, 2008, p. 74).

Além do Estado agir como financiador da modernização da agricultura, ele foi responsável também pela implantação de uma logística no território nacional a qual garantiu a realização e a circulação da produção.

A expansão dos Complexos Agroindustriais (CAIs) ocorreu devido à incorporação de vastas extensões de terra, no caso da soja e das cadeias produtivas de origem histórica como o café, o algodão, a pecuária bovina, com a utilização de tecnologia, da mecanização da produção, prioritariamente voltada para a exportação. Os complexos agroindustriais são formados a partir da introdução da lógica capitalista no campo, capaz de transformar a produção agrícola em agronegócio (industrialização da agricultura). Foram incorporados ao processo produtivo, tratores, colheitadeiras, produtos químicos e sementes selecionadas, cuja produção foi orientada para uma demanda de origem urbana e industrial. Esse é o caso da produção de soja, laranja, café, cana de açúcar, entre outros produtos (MARAFON, 2011, p. 74).

Após o surgimento e consolidação dos CAIs o conceito de agronegócio, especificamente na década de 1990, consolida-se por meio da Associação Brasileira do Agronegócio – Abag.

[...] se populariza no Brasil o termo agronegócio (tradução literal do termo inglês *agribusiness*) cujo sentido designa, a princípio, um conjunto de ações ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), ou seja, negócios relacionados à agricultura e à pecuária. Como o termo foi cunhado para o contexto agropecuário norte-americano, a tradução do conceito trouxe, desde o início, a carga do modelo, designando um conjunto de atividades agropecuárias em grande escala desenvolvidas em grandes extensões de terra (mesmo a base sendo o *family farming* norte-americano) (SAUER, 2008, p.14).

Visto que:

A apropriação do conceito agronegócio, materializado na constituição da Abag, no início dos anos 1990, visava construir uma representação do setor patronal rural como moderno, tecnificado e eficiente. Representação distante e diferente da construída, por exemplo, pela ação política da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, caracterizada como profundamente corporativa e voltada, exclusivamente, para interesses territoriais (defesa incondicional da propriedade da terra) dos grandes proprietários; e, portanto, avessa a qualquer processo de democratização e modernização da estrutura fundiária (SAUER, 2008, p. 24-25).

Nos anos de 1980¹⁸ devido ao crescimento da dívida externa¹⁹, a estratégia adotada pelo Estado foi fortalecer o agronegócio para equilibrar a balança comercial, por meio de exportações agrícolas.

Nesse período, numa tentativa de reequilibrar a balança de pagamentos, as importações foram ainda mais contidas e as exportações por outro lado incentivadas, embora a presença de medidas, herdadas ainda do período de substituição de importações, onde tanto importações quanto exportações eram restringidas para dar sustentação ao processo de industrialização, inibiam uma maior inserção das exportações nacionais (REZENDE, 1989, p. 63).

A agenda política investe no campo de forma a aumentar a produtividade, para garantir a elevação do Produto Interno Bruto - PIB e para se inserir internacionalmente, o que novamente levou ao aumento da pobreza e da desigualdade no campo, pois a preocupação do Estado era com um “desenvolvimento”²⁰ embasado na modernização, sobretudo, econômica²¹ do país e não em um desenvolvimento amplo. Para Oliveira (2002), os significativos avanços do Pós-Guerra, em todas as áreas da Ciência, não foram acompanhados de um desenvolvimento (no sentido amplo do seu termo, isto é, melhoria da qualidade de vida) junto a todas as nações do mundo.

Com a consolidação dos CAIs e a ascensão do agronegócio, a monocultura expandiu-se ainda mais nos campos brasileiros. Somados a isso a crise do petróleo e a necessidade de buscarem-se alternativas para resolver o problema da energia/combustível, o campo transformou-se também em território de produção de agroenergia, processadas da cultura do milho e da cana de açúcar, para a produção do etanol, acentuando cada vez mais o êxodo rural, e aumentando o “cinturão de pobreza” nas cidades.

1.2.2. Movimentos sociais x agronegócio

A década de 1990, por um lado, é marcada pela abertura comercial da economia, que afeta os agricultores familiares que até então, eram parcialmente excluídos das políticas creditícias. Assim, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que já haviam começado a ter voz na Constituição de 1988, ganharam destaque nas “Jornadas Nacionais

¹⁸ Durante a década de 1980, a agricultura foi o único setor responsável por saldos positivos nas exportações (MELO, 1993).

¹⁹ A partir de 1980 a economia brasileira entra em período de recessão. Dívida externa, inflação, déficit na balança de pagamentos foram alguns ingredientes do período (BRAUN, 2004).

²⁰ Há muitas controvérsias em torno do conceito de desenvolvimento. Não raramente, conceitos como progresso, crescimento, industrialização, modernização, têm sido utilizados como sinônimos de desenvolvimento (ALMEIDA e NAVARRO, 1997).

²¹ Para Almeida e Navarro (1997), a ideia de desenvolvimento ganha força no início do século XX, revigorada por teorias e princípios econômicos que viam no Estado um dos impulsionadores da modernização, garantindo um importante papel ao desenvolvimento econômico e técnico.

de Luta” da primeira metade da década de noventa, que a partir de 1995 passaram a ser denominadas de “Gritos da Terra Brasil” (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2004). Ocupou-se assim, de vez, a agenda pública do meio rural.

Por outro lado, o modelo agroexportador foi ampliado por corporações nacionais e transnacionais. Assim, a década de 1990 traz consigo a conflitualidade entre agronegócio e movimentos sociais.

Na primeira década do século XXI, essas mudanças conjunturais da questão agrária geraram diferentes conflitualidades. Os movimentos camponeses passaram a se confrontar cada vez mais com corporações transnacionais e cada vez menos com latifúndios. Esta confrontação está associada ao processo de globalização da questão agrária com a territorialização das corporações transnacionais para vários países e da criação de uma organização mundial de movimentos camponeses, a Via Campesina. A crise alimentar demonstrou o mito de que o agronegócio seria o grande produtor de alimentos, destacando a participação do campesinato e a necessidade de políticas de soberania alimentar. O aumento do preço do petróleo e a ampliação da produção de agrocombustíveis transformaram o campo em território para a produção de agroenergia e de alimentos. O MST e mais de noventa outros movimentos camponeses brasileiros estão no centro destas conflitualidades da atual questão agrária (FERNANDES, 2008, p. 75).

Com relação à Reforma Agrária, a Constituição brasileira de 1988:

[...] introduziu importantes mudanças na ordem legal, como a possibilidade de desapropriação das terras para fins de reforma agrária que não cumprissem sua função social. Além disso, também foi aprovada, no início da década de 1990, a Lei Agrária, que fixa novos parâmetros legais para a execução dos programas de reforma agrária (MATTEI, 2012, p. 315).

No entanto, mesmo com os aparatos legais à disposição, o Estado, na época, não destinou atenção política para o tema, o que explica o baixo índice de assentamentos realizados (MATTEI, 2012).

Em meio às lutas sociais antecedentes a Constituição de 1988 surgiu alguns movimentos sociais, com destaque ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. O Movimento foi fundado, segundo Fernandes (2008), em 1984, quando foi realizado seu primeiro encontro, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná. Todavia, ao considerarmos o seu período de gestação (a “pré-história” do MST) a partir das primeiras lutas e das primeiras reuniões, reportamo-nos aos anos de 1978 a 1983 (FERNANDES, 2000).

O MST é resultado da organização e da resistência dos camponeses contra o processo agroindustrial que “industrializa” a agricultura por meio do agronegócio e tem como característica a luta pela terra e pela reforma agrária. Anterior ao MST, em 1963, foi

fundada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, reconhecida pelo decreto-lei nº 53.517, de 31 de janeiro de 1964 (SILVA, 2013).

A Contag é uma entidade sindical que representa os trabalhadores rurais a nível nacional, considerada a maior confederação com o propósito de representar os trabalhadores no Brasil (RICCI, 1999). Segundo o mesmo autor, a Contag, é considerada também um dos principais resultados políticos das lutas sociais que ocorreram no campo brasileiro nos anos de 1960.

Sua importância ainda merece destaque por ter sido responsável por manter os movimentos sociais rurais de luta no campo mesmo no período da ditadura militar. É importante assinalar que foi nesse período que houve a implantação de um modelo de desenvolvimento agropecuário com o objetivo de acelerar a modernização da agricultura, com base na grande propriedade (FERNANDES, 2000).

Essas novas dinâmicas que surgem no espaço rural devem-se a essas profundas transformações que o mesmo sofreu, inicialmente com a entrada do capital estrangeiro explorando as riquezas naturais através da retirada da mata nativa, para plantio de extensas áreas de pastagem ou para o desenvolvimento do agronegócio, afetando a biodiversidade local e, posteriormente, a valorização da terra por meio da acumulação de capital. A terra passa a ser vista como mercadoria, e tem em seu seio a modernização da agricultura que produz grandes mudanças do espaço rural.

1.2.3. Impactos socioambientais decorrentes da modernização da agricultura brasileira

O modelo de produção agrícola atualmente hegemônico no Brasil, marcado pela entrada do capitalismo no campo e pela Revolução Verde que lhe da sustentação, revela-se perverso em seu modo de apropriação/exploração/expropriação da natureza e da força de trabalho (ABRASCO, 2015). Nesse sentido, segundo Marques (2002), os impactos provocados pela expansão e consolidação do agronegócio no espaço rural brasileiro geraram profundas transformações, principalmente nas dimensões social e ambiental.

A modernização da agricultura no Brasil aprofundou a concentração de terras, levando tanto a migração de milhares de pequenos proprietários, parceiros, arrendatários e colonos para áreas de expansão da fronteira agrícola, nas regiões Centro-Oeste e Norte, quanto ao êxodo rural para os centros urbanos mais industrializados. Assim, o incremento do pacote tecnológico da Revolução Verde resultou no agravamento de diversos problemas sociais e ambientais, que a

história do desenvolvimento da agricultura no país perpetuava, assumindo a forma de modernização conservadora (HESPANHOL, 2008b).

Em relação aos impactos sociais:

Em decorrência da modernização da agricultura, também houve transformação nos processos de formações sociais, culturais e territoriais. Alguns grupos sociais foram deslocados dos seus lugares de origem em decurso da expansão do agronegócio, confirmando a expulsão de grupos tradicionais de suas terras, como quilombolas, populações ribeirinhas e tradicionais, para a chegada de outros grupos (migrantes), tudo em prol da economia e do desenvolvimento. Como se os grupos tradicionais pudessem ser simplesmente transferidos de lugar (MAIA, 2012, p.14-15).

Dessa forma, o processo de modernização traz consigo um desenvolvimento apenas em benefício da reprodução do capital, que intensifica a expropriação daqueles que residiam e tiravam da terra apenas o essencial para sobreviver. É excludente por ser seletivo, ou seja, nem todos tem acesso à modernização, e aqueles que tiveram por meio de incentivos governamentais muitas vezes acabaram por endividarem-se. Outro aspecto negativo da modernização é o aumento dos conflitos tanto entre o agronegócio e a agricultura familiar, como entre os próprios agricultores familiares. Aumentou a violência no campo contra povos tradicionais, posseiros e extrativistas que não possuem a documentação das terras. De um lado gerou desemprego acarretado pela entrada de equipamentos que substituem a mão de obra. De outro, precarizou as relações de trabalho e intensificou a exploração do trabalho.

Somados a isso, o agronegócio propicia também o aumento da concentração fundiária.

Em suma, o agronegócio instrumentalizou na sociedade brasileira um complexo de influências que abrange as dimensões econômica, política e ideológica. Economicamente o agronegócio conta com o incentivo do Estado e das políticas governamentais que viabiliza créditos e infraestrutura para os produtores, além da participação do capital internacional e dos capitais privados que contribuíram para o aumento dessa lógica modernizadora que é o agronegócio. Politicamente o agronegócio se afirma agrupando uma rede de parlamentares, com a finalidade de fortalecer a representação e institucionalização dos próprios interesses, alterando legislações, aprovando medidas governamentais e projetos favoráveis ao setor do agronegócio, construindo uma certa hegemonia. E ideologicamente, os representantes do agronegócio se dizem detentores de um novo modelo de desenvolvimento capitalista que atende aos interesses e as necessidades de todos. Os representantes patronais procuram legitimar esse poder frente à sociedade política e a sociedade civil. Investindo nos lugares midiáticos para ampliar as estratégias comerciais, propagandas e vendas dos seus produtos (MAIA, 2012, p. 20).

Ou seja, além de promover a intensificação da concentração de terras, o agronegócio ainda tem o apoio estatal, visto que o agronegócio tem por objetivo o aumento da produtividade e conseqüentemente a reprodução do capital, que “promove o

desenvolvimento econômico do país”. Dessa forma, atendendo ao interesse do capital, o Estado não dá atenção que merece às políticas de reforma agrária, pois implantá-las iria contra seu papel de reprodutor do capital no espaço.

Com relação aos impactos ambientais, os mesmos são intensos, principalmente devido ao uso do agrotóxico. Inicialmente extensas áreas de mata nativa são derrubadas, dando início ao processo de degradação dos solos (BARRETO e RIBEIRO, 2008). O processo de degradação do solo provocado pelos agrotóxicos inicia-se com a esterilização – eliminação de flora e fauna –, que, associada aos processos erosivos, leva a maior demanda por aplicação de produtos químicos. Segundo Romeiro e Abrantes (1981), a deficiência de micronutrientes, ocasionada pela perda de atividade biológica no solo, afeta a qualidade das plantas, tornando-as suscetíveis as pragas. Desta forma, demanda de doses cada vez maiores e/ou diversificadas de agrotóxicos, encerrando assim o ciclo da contaminação do solo.

Assim, a biodiversidade dos lugares é alterada. Os solos, antes férteis, agora são diretamente poluídos por agroquímicos usados para a garantia de uma safra sem pragas e sem grandes perdas.

O uso do agrotóxico traz também consequências à saúde da população que consome os alimentos contaminados, como também ao produtor que manuseia os “defensivos agrícolas²²”.

A estratégia de justificar a necessidade dos agrotóxicos é exercida por meio da imposição da racionalidade tecnocrática sobre a opinião pública. Esse artifício se baseia na ideia implícita de que toda técnica destinada a solucionar o desafio alimentar no mundo é moralmente justificável e, portanto, deve ser aplicada. Valendo-se de argumentações mecanicistas nunca demonstradas, o imperativo tecnocrático apresenta como objetivamente necessário aquilo que é econômica e ideologicamente oportuno. Ao legitimar o sistema dominante por meio de mistificações e teorias de veracidade não comprovada, a tecnocracia exerce um poder análogo ao desempenhado pela Igreja na Idade Média, nesse caso consagrando os efeitos negativos dos agrotóxicos como uma necessidade social inevitável (ABRASCO, 2015, p. 30).

Sendo assim, a degradação do meio ambiente rural e a expropriação capitalista no campo desde meados do século XX tem sido intensas, principalmente a partir da

²² Por ironia da lógica capitalista, os agrotóxicos, denominados pelos empresários rurais de defensivos agrícolas, são produtos do campo das ciências da vida, ainda que, paradoxalmente, “combater as pragas” signifique destruir a biodiversidade. Na raiz do uso de agrotóxicos está o modelo econômico capitalista cuja racionalidade fundamenta o uso massivo de venenos no âmbito de uma permissividade que destrói a vida em nome do combate as pragas e do controle de doenças na agricultura (ABRASCO, 2015).

Revolução Verde, o que gerou desmatamentos, queimadas, erosão do solo, contaminação dos recursos hídricos, agricultores com problemas de saúde, dentre outros.

1.3. (RE) VALORIZAÇÃO E NOVAS FUNÇÕES DO RURAL NA CONTEMPORANEIDADE

Esta seção encerra este capítulo, que teve por objetivo resgatar histórica e criticamente os processos de transformação do espaço rural brasileiro no Pós-Guerra. Cada seção teve por objetivo levantar algumas discussões que marcaram essas transformações, sendo a primeira seção referente às formas de intervenção e estratégias de desenvolvimento rural adotada pelo Estado à inserção do Modo de Produção Capitalista no campo. A segunda seção apontou para as consequências dessa inserção, como a reestruturação agropecuária, movimentos de resistência bem como impactos principalmente socioambientais.

Esta terceira seção contextualiza os novos rumos do rural. Consideramos as novas funções e a revalorização do espaço rural, a fim de trazer à discussão do mesmo na contemporaneidade. Assim, introduziremos o segundo capítulo, onde avançaremos no objeto de estudo desta pesquisa.

1.3.1. (Re) valorização e (re) conceituação do espaço rural

A visão produtivista e de lugar atrasado sobre o rural deve ser superada. Em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessária uma definição espacial (ABRAMOVAY, 2000).

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo (SANTOS, 2006, p. 12-13).

Dessa forma, o espaço rural deve ser tratado sob a perspectiva da multifuncionalidade do território, com a defesa dos patrimônios naturais e culturais. O rural da contemporaneidade:

Passa a ser compreendido não mais como espaço exclusivo da atividade agrícola, mas como lugar de uma sociabilidade mais complexa que aciona novas redes sociais regionais, estaduais, nacionais e mesmo transnacionais. Redes sociais as mais variadas que no processo de revalorização do mundo rural, envolvem a reconversão produtiva (diversificação da produção), a reconversão tecnológica (tecnologias alternativas de cunho agroecológico e natural), a democratização da organização produtiva e agrária (reforma agrária e fortalecimento da agricultura

familiar), bem como o fortalecimento dos turismos rurais (ecológico e cultural) (MOREIRA, 2003, p. 132).

Segundo Del Grossi e Graziano da Silva (2006), os dados do Projeto Rurbano²³ demonstraram que o emprego agrícola experimentou uma significativa redução nos anos de 1990, mas o crescimento das atividades não agrícolas compensou a redução do primeiro e estabilizou a População Economicamente Ativa - PEA - rural, ao contrário do que acontecia nas décadas anteriores.

As pesquisas do Projeto Rurbano, que defendem o 'novo rural' brasileiro, indicaram que, em números absolutos, as pessoas com domicílio rural, ocupadas em atividades não agrícolas, aumentaram de 3,06 milhões, em 1980, para 3,49, em 1992, chegando a 4,62 milhões de pessoas em 1999. Isso representa um aumento de mais de 1,5 milhão de postos de trabalho no período de duas décadas (apud MARIN, 2010, p. 99).

Nota-se que apesar do emprego agrícola ter diminuído nas últimas décadas, as atividades não agrícolas surgem como estratégias para a geração de renda. O espaço rural deixa de ser caracterizado apenas pela atividade agrícola onde o produtor gerava sua renda somente da terra²⁴. Há ainda as atividades para-agrícolas²⁵ que são aquelas que têm por finalidade transformar a produção vegetal/animal tanto para autoconsumo como para venda. Segundo Schneider (2009), nas últimas duas décadas houve um crescimento continuado das atividades não agrícolas no meio rural do Brasil e uma redução do número de ativos (PEA) ocupados em atividades agrícolas.

Hoje o que o agricultor produz é, muitas vezes, utilizado para o consumo dos animais que possui em seu estabelecimento. A renda gerada para sua sobrevivência vem também de atividades não agrícolas²⁶. Dentre elas podem-se citar empregos em instituições públicas, pois hoje uma comunidade rural possui desde escolas até postos de saúde, que necessitam de pessoas para gerir o local e muitas delas residem na própria comunidade. Outro exemplo é o emprego da população rural em unidades industriais, instaladas tanto no meio rural quanto no urbano. O rural é desse modo um espaço de oportunidades e de reprodução social.

²³ É um Projeto Temático denominado "Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/99" que contou com financiamento parcial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp e Pronex/CNPq/Finep, que analisou as principais transformações ocorridas no meio rural em onze unidades da Federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF) (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002). Está temática será retomada no item 1.3.3.

²⁴ Está discussão será retomada no próximo item 1.3.3.

²⁵ Está discussão será retomada no próximo item 1.3.3.

²⁶ Está discussão será retomada no próximo item 1.3.3.

Dessa forma, o processo de reordenamento do espaço rural traz simultaneamente uma nova dinâmica.

A sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural. Visto sempre como fonte de problemas - desenraizamento, miséria, isolamento, currais eleitorais, etc, - surgem, aqui e ali indicadores de que o meio rural é percebido igualmente como portador de soluções. Esta percepção positiva crescente, real ou imaginária, encontra no meio rural alternativas para o problema do emprego (reivindicação pela terra, inclusive dos que dela haviam sido expulsos), para melhoria da qualidade de vida, através de contatos mais diretos com a natureza, de forma intermitentemente (turismo rural) ou permanente (residência rural) e através de aprofundamento de relações sociais mais pessoais, tidas como predominantes entre os habitantes do campo (WANDERLEY, 2001, p. 31).

Wanderley (2001, p. 32) sugere a análise do espaço rural por meio de duas faces:

Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência 'identitária') e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional). Dada a grande diversidade de situações encontradas no meio rural, considero de grande necessidade e urgência a elaboração de tipologias que evitem generalizações precipitadas e que, ao mesmo tempo, consiga articular os diversos 'tipos' observados em um quadro geral de análise.

A compreensão das especificidades do rural deve ser levada em conta, tanto em sua dinâmica interna, como em sua inserção na dinâmica social externa. Ela está orientada pelas transformações do rural através da globalização da economia, que passa a ser regulada pelo comércio internacional. No entanto, como defende Wanderley (2001), a dinâmica interna deve ser considerada para compreender o meio rural, pois o rural é capaz de oferecer alternativas profissionais de emprego e lazer. A cultura no meio rural precisa ser (re) valorizada.

O conceito de espaço rural ganha nova conotação. Novos valores emergem nessa sociedade pós-industrial, como observa-se a seguir:

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos 'purificadores' do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência (CARNEIRO, 1998, p. 55).

Sendo assim, discussões referentes ao rural não restringem-se apenas àquelas concepções já ultrapassadas²⁷, onde o meio rural era visto apenas como oposição do urbano, como também aquela visão de total dependência da agricultura. Carneiro (1998) afirma que o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola²⁸ e há procura crescente, por pessoas vindas da cidade, de formas de lazer e até mesmo de meios alternativos de vida no campo. Para Wanderley “a sociedade brasileira parece ter hoje um olhar novo sobre o meio rural” (2001). Assim, o rural pode ser visto como portador de soluções, onde seu espaço físico diferenciado é possuidor de características e particularidades distintas, é o lugar visto, enquanto lugar de vida, onde se vê e se vive o mundo (WANDERLEY, 2001).

É evidente que o conceito de espaço rural envolve diferentes significados em diferentes períodos da história. Na atualidade vivemos em um mundo globalizado, com a disseminação da informação, comunicação e tecnologia. No entanto, a globalização ocorre de forma desigual e seletiva, acontece de diferentes formas nos diferentes lugares. Vivemos em uma era do tempo lento e do tempo rápido, onde o espaço e a população rural ainda são rotulados como tempo lento, atrasada, enraizada na pobreza e sem capacidade de absorver tecnologias para se inserir no complexo sistema. Por outro lado, o tempo rápido é caracterizado pelo meio urbano, contendo tecnologia, com rápida circulação da informação e comunicação, sofisticados meios de transportes, entre outros.

É dessa forma que percebe-se que nem tudo é global. Vale salientar que esses “muros” que intensificam as desigualdades, também existem dentro do próprio espaço rural, onde há extensas áreas mecanizadas, produtivas, contendo equipamentos sofisticados, rodeadas por pequenos proprietários de terras, muitos deles ainda utilizando métodos tradicionais (juntas de bois, arados e demais equipamentos que exigem tração animal), entretanto, que representam a permanência no tempo e no espaço de costumes e modos de vivência, que carregam um rico significado cultural.

²⁷ Historicamente o rural foi rotulado como sendo o oposto do urbano. Há um equívoco na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente ao atraso, carência de serviços e falta de cidadania (ABRAMOVAY, 2000).

²⁸ Ou seja, o espaço rural não mais pode ser pensado apenas como um lugar produtor de mercadorias agrícolas e mercado de mão de obra. Além de ele poder oferecer ar, água, turismo, lazer, bens de saúde, possibilitando uma gestão multipropósito do espaço rural, oferece a possibilidade de, no espaço local-regional, combinar postos de trabalho com pequenas e médias empresas (GRAZIANO, 1997).

1.3.2. Ruralidades e urbanidades

Durante décadas, somente as grandes cidades se apresentavam como o império da técnica, objeto de modificações, supressões, acréscimos cada vez mais sofisticados e mais carregados de artifício. Esse mundo artificial inclui, hoje, o mundo rural (SANTOS, 2006).

As ruralidades seriam objetos e ações característicos do rural, e fazem parte da identidade da população rural, enquanto as urbanidades corresponderiam a objetos e práticas de caráter urbano. Todavia, assim como o espaço urbano e rural estão imbricados, o mesmo acontece com as ruralidades e urbanidades. Além da existência de atores, objetos técnicos e ações de caráter urbano no meio rural, conduzindo a urbanidades no espaço e na sociedade rural, existem ações e objetos técnicos característicos do rural (com origem rural ou industrial urbana) que acabam se inserindo no urbano (estilo *country*, músicas, festas, hortas), levando a ruralidades no espaço e na sociedade urbana (CANDIOTTO e CORREA, 2008, p. 230).

Do ponto de vista de Candiotto e Corrêa (2008), as ruralidades e as urbanidades, fortemente relacionadas, caracterizam-se por objetos e ações, respectivamente, do espaço rural e urbano. Desta forma, compreende-se que o espaço urbano e o espaço rural estão cada vez mais difíceis de serem definidos. Estes dois espaços não possuem divisões ou fronteiras tão explícitas, pois há um processo permanente de interações e intercâmbios que precisam ser levados em conta nas análises, sem perder as especificidades e identidades de cada um (CARNEIRO, 1998).

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como um setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno - se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos. Já tivemos oportunidade de mostrar que essa integração terminou por se consolidar nos chamados ‘complexos agroindustriais’ que passaram a responder pela própria dinâmica das atividades agropecuárias aí vinculadas (GRAZIANO DA SILVA, 1997. p. 1).

Para Graziano da Silva há um duplo processo de urbanização do campo, guiado pela expansão de atividades tipicamente urbanas para as áreas da agricultura onde a modernização não se implantou e pela expansão da produção tipicamente urbana para os setores da agricultura modernizada.

Entretanto, Alentejano (2000), ao se referir as transformações pelas quais o espaço rural passou nos últimos anos, diz que tais modificações não deixam de ser significativas e importantes, no entanto, um tanto quanto exageradas nas formulações e

preposições de Graziano da Silva. A respeito desse duplo processo de urbanização do campo, Alentejano afirma que:

Estas formulações de Graziano da Silva contêm três problemas básicos: em primeiro lugar, obscurecem as diferenças existentes no próprio processo de modernização, deixando de perceber as especificidades e contradições presentes neste; de outro, não observam as diferentes estratégias que estão por trás da adoção de práticas idênticas, atribuindo-lhes uma racionalidade comum; finalmente, não identificam as continuidades históricas entre processos antigos e atuais, atribuindo a todos o caráter de novidade (2000, p. 101).

Desta forma, em concordância com Alentejano (2000), consideramos fundamental demonstrar que, apesar das inegáveis transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais resultantes do desenvolvimento do fenômeno urbano, o rural não deixou, nem deixará de existir, apenas teve e está tendo seu significado alterado.

Ainda em contraposição a esse duplo processo de “urbanização do campo” destacado por Graziano da Silva, Rúa (2006) considera duas vertentes analíticas dessa “urbanização do campo”. A primeira, urbanização do campo, é similar a de Graziano da Silva e a outra vertente aborda a noção de urbanidades no rural. Desta forma, analisa um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural; transformado, não extinto.

1.3.3. Novas Funções, as atividades não agrícolas e para-agrícolas no espaço rural

Das novas funções que o campo passa a desempenhar destacam-se aqui aquelas que caracterizam o “novo” rural, expressão tecida por Graziano da Silva (1997). O autor caracteriza o “novo” rural da seguinte forma:

- agropecuária moderna, vinculada às agroindústrias, formando os complexos agroindustriais;
- conjunto de atividades de subsistência, bastante rudimentares. Sem-sem (trabalhadores sem nada/excluídos);
- conjunto de atividades não agrícolas, ligadas ao lazer, moradia e várias atividades industriais e de prestação de serviços;
- ‘novas’ atividades agropecuárias, voltadas a um mercado menor e mais sofisticado (criação de aves exóticas e outros animais para alimentação e venda. Ornamentação com espécies vegetais - flores).

Desta forma, seguindo o pensamento de Graziano da Silva (1997), o “novo” rural configura-se pela modernização agropecuária e territorialização dos complexos agroindustriais que influenciam na transformação da paisagem rural; pela marginalização dos agricultores quanto à modernização da agricultura; pela inserção de novas e revalorização de antigas atividades não agrícolas que não eram tidas como de grande

importância, mas que na atualidade tornam-se estratégias de renda. Por fim, a agroecologia e produção de ervas medicinais, que expandem-se, favorecendo a diversificação produtiva da agricultura familiar.

Sendo assim, o rural enquanto espaço que se “reinventa”, deixa de ser compreendido como monofuncional e passa a ser multifuncional, deixando de ser relacionado apenas às atividades primárias da economia, mostrando ser capaz de oferecer bens e serviços para a população tanto rural quanto urbana.

Graziano da Silva e Del Grossi (1999) em uma reedição do trabalho “o novo rural brasileiro” de 1997, intitulado como “o novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98” abordam cinco grupos de políticas que são fundamentais para esse espaço rural “reinventado”:

- a) políticas de “desprivatização” do espaço rural tais como a criação de programas de moradia rural, recuperação de vilas e colônias, implantação de áreas públicas para lazer no entorno de reservas ecológicas, parques e represas; e a implantação de uma reforma agrária não exclusivamente agrícola nas regiões Centro-Sul do país;
- b) políticas de urbanização do meio rural visando a criação de infraestrutura de transportes e comunicações, bem como a extensão dos serviços urbanos básicos, principalmente água potável, energia elétrica, saúde e educação;
- c) políticas de geração de renda e ocupações não agrícolas, que visem estimular a pluriatividade das famílias rurais e outros usos para os espaços rurais (como o turismo, a moradia e a preservação ambiental), promovendo também a requalificação profissional necessária dessa população para a sua reinserção nesses novos segmentos de prestação de serviços pessoais que estão surgindo;
- d) políticas sociais compensatórias ativas, tais como aposentadoria precoce em áreas desfavorecidas, estímulo a jovens agricultores, renda mínima vinculada à educação de crianças (como no caso dos cortadores de cana mirim, das carvoarias), etc.;
- e) um reordenamento político-institucional que reconheça as novas formas de regulação que vem surgindo no novo rural e que permitam tanto superar o tratamento individualizado dado até aqui aos beneficiários das políticas públicas, como fortalecer novas estruturas do poder local para que seja possível a efetiva descentralização das atuais políticas públicas do país (p. 13).

Desta forma, o espaço rural não seria apenas visto como multifuncional, mas seria valorizado como tal, sendo tomado como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local onde se realizam atividades agropecuárias (DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O aumento das atividades não agrícolas leva ao campo uma nova dinâmica e diversificação de estratégias para obtenção de renda.

Esse crescimento de atividades não agrícolas é decorrente do desenvolvimento tecnológico representado pela melhoria e expansão das vias de comunicação, como estradas, telefonia e meios de transporte. Surgem, portanto, novas relações campo-cidade, alterando a vida e o trabalho, influenciando, inclusive, a atuação

dos movimentos sociais do campo que lutam pelo acesso a terra no país (MARAFON, 2011, p. 71).

Intensificam-se as relações entre atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural ou urbano como estratégia de geração de renda.

Desaparece o tradicional corte rural/urbano; a pluriatividade, que mescla atividades não agrícolas (a maioria de ‘caráter’ urbano) e agrícolas no espaço rural; a diminuição do tempo necessário para o trabalho agrícola (mecanização etc.), que podem levar o agricultor à dedicação parcial à agricultura, podendo incorporar outras fontes de renda ao orçamento familiar; políticas de redução das áreas cultivadas, onde tecnologias são incorporadas - área menor com mais produtividade; novas atividades surgem no campo, antes exclusivas da cidade; a localização de fábricas no campo: a difusão de trabalho industrial no campo (trabalho a domicílio); a unidade familiar tornando-se cada vez mais distinta da unidade de produção e marcando o momento presente do mercado de trabalho rural. Procura-se cada vez mais trabalhar fora da unidade produtiva, quando membros da família dedicam-se à prestação de serviços (tratorista, turmeiro, frentista, comerciante, bancário, veterinário, piloto agrícola etc); estabelece-se uma estratégia de não-fragmentação da terra, aceita por alguns membros da família, em troca de outras vantagens (estudo, liberação para trabalhar na cidade, por exemplo). Essa caracterização da chamada pluriatividade marca uma nova relação com a terra. Define, ainda, uma estratégia de resistência para permitir à família nela permanecer. Graças à pluriatividade, as funções familiares, ultrapassam em muito aquelas abarcadas pela produção, permitindo alternativas à família para gerir um projeto coletivo de incorporação de gerações (RUA, 2006, p. 86).

A inserção de novas atividades econômicas no espaço rural brasileiro, especialmente as não agrícolas, tem conduzido a uma nova dinâmica. No entanto, além da atividade não agrícola, passa a serem discutidas também as atividades para-agrícolas, que segundo Schneider (2009b) formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) produzida dentro de um estabelecimento ou adquirida (em parte ou no todo) fora.

Já as atividades agrícolas são uma miríade diversificada e complexa de tarefas, procedimentos e operações que envolvem o cultivo de organismos vivos (animais e vegetais) e o gerenciamento de processos biológicos dos quais resulta a produção de alimentos, fibras e matérias-primas (SCHNEIDER, 2009b). As atividades não agrícolas são consideradas todas aquelas que não se enquadram na definição de atividade agrícola ou para-agrícola (agroindústria familiar). Em geral, são atividades de outros ramos ou setores da economia, sendo os mais tradicionais a indústria, o comércio e os serviços (SCHNEIDER, 2009b).

Nesse contexto, as “novas” atividades que surgem no espaço rural estão ligadas a indústria, comércio, prestação de serviços, lazer, entre outras. Elas trazem ao rural novas

funções as quais ele não tinha anteriormente (ou tinha, mas de modo, sobretudo tradicional).

Após o resgate das transformações recentes do espaço rural brasileiro passamos a discutir a emergência do fenômeno da pluriatividade. Consideramos que ela surge como estratégia de reprodução da agricultura familiar e será discutido no próximo capítulo.

O desenvolvimento deste capítulo teve por base resgatar as transformações no espaço rural a partir dos anos de 1970, principalmente, com intuito de contextualizar o rural na contemporaneidade. Conforme Marafon (2011), o rural emerge como um espaço híbrido, que apresenta um complexo jogo de inter-relações com agentes naturais e sociais e uma grande diversidade e dinamismo.

CAPÍTULO II



AGRICULTURA FAMILIAR E PLURIATIVIDADE NO BRASIL

Carneiro (1998) afirma que existe uma multiplicidade²⁹ de atividades no espaço rural, sendo que as mesmas proporcionam uma nova dinâmica a ele. O rural não é mais visto apenas como lugar de produção agrícola. Por mais que o espaço rural seja historicamente pouco reconhecido, o mesmo possui um grande potencial econômico, social, cultural e ambiental.

Essa nova dinâmica revela-se ao analisar-se os avanços significativos dos estudos sobre o espaço rural. Cada vez mais surgem discussões tendo como enfoques a pluriatividade e a agricultura familiar, principalmente no pós-década de 1990.

O final do século XX se caracterizou pela consolidação de vários conceitos, dentre eles os de agricultura familiar e de pluriatividade. O conceito de agronegócio também consolidou-se nesse período, sendo abordado criticamente por muitos trabalhos devido a sua posição estratégica e por atrair a maior parte dos investimentos públicos.

Este capítulo tem por objetivo traçar algumas das principais transformações que ocorreram na agricultura familiar brasileira ou “mutações”, termo esse usado por Moreira (2009). O autor destaca algumas transformações sociais e históricas iniciadas ainda no período imperial e que mantiveram-se no período republicano com a instituição do trabalho livre. Naqueles períodos, a acumulação prévia de capital se fazia necessária para aqueles que não possuíam terras, e desejavam adquiri-las.

Moreira (2009) ainda destaca outras mutações que ocorreram e modificaram o cenário da agricultura familiar, dentre elas a união dos agricultores em torno da luta pelos direitos trabalhistas, via sindicalização, como também, a reivindicação por reforma agrária e inserção de políticas públicas diferenciadas, principalmente para as formas familiares de produção. O autor ainda comenta que o neoliberalismo também produziu fortes alterações. Com a internacionalização dos mercados e abertura comercial, o capital estrangeiro penetra em território brasileiro, privatizando e desregulando.

Muitas das mudanças pelas quais a agricultura familiar vem passando no Brasil estão relacionadas à promulgação da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A partir de então, a agricultura familiar passou a ser

²⁹ Conterato (2008) se refere à multiplicidade como variedades de práticas e processos, ou seja, atividades agrícolas, não agrícolas, inovações, empreendedorismo, conservação da natureza e paisagem, entre outros. Ou ainda, agroindústria, turismo rural, trabalho assalariado no pínus, artesanato, plantas medicinais e bioenergia (BARBOSA et al., 2013).

reconhecida por lei. Ressaltasse então a necessidade de se compreender o conceito de agricultura familiar.

Por mais que a agricultura familiar não seja uma categoria social recente, nos últimos anos seu significado, utilização e abrangência, ganharam “novos ares”. As políticas públicas passam a fortalecer a agricultura familiar, como a exemplo do Pronaf.

Na falta de políticas consistentes de desenvolvimento rural, os agricultores buscam estratégias de geração de renda desenvolvendo atividades não agrícolas, combinando-as com atividades agrícolas. Muitas dessas atividades tornaram-se, também, importantes geradoras de emprego no meio rural.

Por um lado, podemos perceber a pluriatividade como uma estratégia de permanência no meio rural. Por outro, autores como Machado e Casalinho (2010), reforçam a hipótese de a pluriatividade ser um produto do Modo Capitalista de Produção, responsável por levar os agricultores ao abandono das práticas agrícolas.

Desta forma, este segundo capítulo tem por objetivo contextualizar o espaço rural na contemporaneidade, abordando os conceitos de agricultura familiar e pluriatividade. Este capítulo está dividido em três seções, sendo a primeira intitulada “a agricultura familiar no atual contexto agrário brasileiro”; a segunda “a pluriatividade como fenômeno de reprodução socioeconômica” e a terceira “uma análise da agricultura familiar como categoria social e balizadora da pluriatividade”.

As duas primeiras seções apresentam discussões referentes à agricultura familiar e a pluriatividade, no sentido de compreender seus conceitos. A última seção discute a agricultura familiar como categoria social, essencial para a reprodução da pluriatividade.

2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO ATUAL CONTEXTO AGRÁRIO BRASILEIRO

A definição de agricultura familiar existe e é discutida muito antes de tornar-se lei. No entanto, apesar de vasta literatura que conceitua a agricultura familiar, optou-se em defini-la a partir da lei nº 11.326/2006, que fornece subsídios suficientes para sua compreensão e interpretação.

Com a expansão do agronegócio, a agricultura familiar passou a ser entendida como oposição a ele. Wilkinson (2008, p. 202) esclarece ao ressaltar as contradições existentes entre “a policultura da agricultura familiar contra a monocultura dos

agronegócios, e o papel da agricultura familiar como abastecedor da cesta básica em oposição ao viés exportador dos agronegócios”.

Desta forma, nos anos de 1990, ao mesmo tempo em que consolida-se o conceito de agricultura familiar no espaço rural através da criação do Pronaf³⁰, estabelecesse uma oposição com o conceito de agronegócio.

No mesmo período (início dos anos de 1990), a dinâmica sociopolítica do meio rural brasileiro – historicamente marcada por disputas entre grandes proprietários (setor patronal e suas entidades de representação) e setores marginalizados – estabeleceu uma oposição entre os conceitos de agronegócio e de agricultura familiar. Esse contexto e as estratégias de legitimação resultaram no uso corrente e dominante do termo agronegócio como um processo de modernização tecnológica excludente e de apropriação e/ou concentração da terra e da renda, associando o conceito ao modelo agropecuário dominante adotado com a implantação da Revolução Verde (SAUER, 2008, p. 23).

Discutiremos e interpretaremos a seguir a lei da agricultura familiar, aprovada em 2006.

2.1.1. Promulgação da lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e sua interpretação

Autores como Wanderley (1996), Carneiro (1997), Silva (1997), Buainain (2006), Schneider (2009) entre outros, discutem a agricultura familiar e sua adaptação diante às transformações do espaço rural.

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1996, p. 2-3).

Uma combinação de fatores, dentre eles as lutas dos movimentos sociais e da organização dos agricultores, passam a reconhecer a agricultura familiar, a partir da lei nº 11.326. A partir disso, a agricultura familiar é reconhecida e incluída nas estatísticas oficiais. Sua definição é estabelecida pela referida lei, segundo a qual, em seu artigo 3º, considera-se agricultor ou empreendedor familiar rural, bem como estabelecimento familiar rural, aquele que atende aos seguintes requisitos:

³⁰ Schneider (2003) destacou o Programa como o primeiro da história voltado a esse segmento social.

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011);
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL. Lei 11.326, 2006, art. 3).

Compreendemos então por agricultura familiar aquela onde o desenvolvimento das atividades econômicas é realizado pelos membros da família. Também, que a área da propriedade não pode ultrapassar a quatro módulos fiscais³¹ que, em conformidade com nosso objeto de estudo, correspondem a 72 hectares de terra.

No entanto, é de grande importância ressaltar que, tanto a mão de obra quanto a renda familiar não precisam ser exclusivamente do estabelecimento, ou seja, pode haver mão de obra terceirizada, que caracteriza-se como ajuda ou contratação temporária, para o cultivo ou qualquer outra atividade. Para Schneider (2009), o que caracteriza uma unidade familiar é a predominância e não a exclusividade da mão de obra familiar. Segundo o autor, as unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho dos membros da família, podendo contratar, em caráter eventual ou temporário, outros trabalhadores.

O mesmo vale para a renda. Conforme a referida lei, não é necessário que a renda venha exclusivamente do estabelecimento, e sim, tenha apenas percentual mínimo. Rendas extras podem surgir a partir da organização interna da família: por exemplo, um membro da família é trabalhador assalariado fora do estabelecimento, mas o restante da sua família obtém renda do estabelecimento. Tal fato não descaracteriza a agricultura familiar, pois esse membro que desenvolve atividade fora do estabelecimento, também pode desenvolver a atividade agrícola no estabelecimento, parcialmente ou predominantemente.

O estabelecimento familiar não caracteriza-se apenas por atividades agrícolas, mas também por atividades não agrícolas. Tais atividades são desempenhadas por membros da família, tanto em seus estabelecimentos, quanto fora deles.

³¹ O módulo fiscal (MF) é medido em hectares e é definido por município, cuja tabela está anexa à Instrução Especial INCRA nº 20, de 1980, variando de tamanho também em cada estado. Já o módulo rural (MR) é estabelecido pelas dimensões da propriedade familiar e representa uma área mínima de terra, calculada para cada imóvel rural, conforme estabelece o Estatuto da Terra. Disponível em: <www.amiranet.com.br/files/produtos/sumario_2109.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2015. Para o nosso recorte espacial da pesquisa, o município de Turvo-PR, conforme o Instituto Ambiental do Paraná - IAP, um módulo fiscal corresponde a 18 hectares. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1328>>. Acesso em: 16 mai. 2015.

Por fim, ressalta-se que ao interpretar-se a lei, observa-se que a mesma aborda apenas aspectos de produção e de obtenção de renda. Dá-se a entender que o agricultor familiar é antes de qualquer coisa um reprodutor do capital, deixando seus aspectos culturais, sociais e ambientais de lado. Enfatiza-se principalmente a dimensão econômica, denominando o estabelecimento ou propriedade, como empreendimento.

No entanto, o que caracteriza o estabelecimento familiar rural, não é apenas as suas atividades econômicas e sim, os membros da família, que são guiados por costumes e crenças herdadas de geração em geração. Os agricultores familiares organizam-se e dividem-se, entre atividades agrícolas e não agrícolas, para a obtenção da renda necessária a fim de garantir sua reprodução socioeconômica. Eles possuem profundo vínculo com a terra, e em função de todas essas características torna-se necessário a análise da agricultura familiar como uma categoria social como se verá a seguir.

2.1.2. Disputas territoriais: as velhas dicotomias dão lugar a novas (agronegócio x agricultura familiar)

Importante ressaltar que há uma grande diversidade na agricultura familiar. Incluem-se desde agricultores capitalizados, detentores de infraestruturas completas de produção, até agricultores que vivem em pequenas áreas, adotando, sobretudo, mão de obra humana e em condições de extrema pobreza. Mas há ainda aqueles que vivem em pequenos estabelecimentos e que por meio de diferentes estratégias conseguem sua manutenção no espaço rural.

A diferenciação dos agricultores familiares está associada à própria formação dos grupos ao longo da história, a heranças culturais variadas, à experiência profissional e de vida particulares, ao acesso e à disponibilidade diferenciada de um conjunto de fatores, entre os quais os recursos naturais, o capital humano, o capital social e assim por diante. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas etc. As diferenças são tantas que talvez seja um equívoco conceitual seguir tratando grupos com características e inserção socioeconômicas tão distintas sob o mesmo *label*³² — agricultores familiares — apenas porque têm um traço comum: utilizar majoritariamente mão de obra familiar (BUAINAIN, 2006, p. 15).

³² Tradução do inglês: etiqueta ou rótulo.

Discursos modernizadores da agricultura alicerçados ao aumento de produtividade e ao uso de tecnologia inserem uma nova configuração no meio rural.

Há décadas relegada a segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária – a pequena propriedade – têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade – setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira (CARNEIRO, 1997, p. 70).

Partindo-se desse ponto de vista, tornou-se necessário a proposta de um programa voltado às demandas dos agricultores familiares. Até então negligenciados pelas políticas públicas, os agricultores familiares só passaram a ganhar notoriedade a partir da década de 1990, com a criação do Pronaf. Assim, os agricultores familiares foram reconhecidos como atores políticos e como sujeitos e beneficiários diretos de políticas públicas relevantes (BUAINAIN, 2006).

O Pronaf surgiu das lutas dos agricultores familiares. Tem por objetivo a melhoria da qualidade deles, bem como, financiar projetos produtivos coletivos e individuais e assentados da reforma agrária, fortalecendo a infraestrutura física e social do meio rural.

[...] o Pronaf constituiu o primeiro e mais importante exemplo de política setorial diferenciada, dirigida para a agricultura e o mundo rural no Brasil, mais precisamente uma política diferenciada segundo um recorte social que define uma categoria de agricultor à qual se associa um tipo de agricultura (BONNAL e MALUF, 2009, p. 94).

No entanto, ao se comparar investimentos feitos à agricultura familiar e à agricultura empresarial, a primeira recebe valores muito menores que a segunda. O próprio Pronaf é analisado por alguns autores, por uma lógica produtivista.

Isso nos leva a identificar nessa política uma lógica produtivista, sustentada na tecnificação e na realização de um rendimento para o agricultor que lhe possibilite não apenas melhorar o seu padrão de vida, mas, sobremaneira, reembolsar os investimentos públicos. É o que nos sugerem algumas das diretrizes gerais que orientam as ações do Pronaf, tais como: investir na viabilização de condições de produção e na melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores familiares, fortalecendo a infraestrutura física e social no meio rural; adequar o retorno dos investimentos à capacidade do pagamento dos agricultores familiares (CARNEIRO, 1997, p. 72-73).

Desta forma, levando-se em conta a falta de uma eficiente política de reforma agrária, o Pronaf pode ser visto então como uma política criada a fim de amenizar a falta da mesma, visto que o Pronaf tem por objetivo financiar a produção da agricultura familiar, e seus meios de produção, para que os mesmos tenham maior capacidade produtiva. Desta forma, o Estado atinge seu objetivo, isto é, garantir a expansão do capital no meio rural. Enquanto isso, a reforma agrária continua sendo um objetivo secundário.

No entanto, o Pronaf só foi criado a partir de diversas e amplas lutas e pressões dos agricultores, resultando inclusive dezenas de mortes, dentre elas as causadas pelo embate com policiais em Eldorado dos Carajás-PA³³. Assim, a crítica aqui dirigida ao Pronaf é especificamente a forma pela qual o Estado a moldou, a fim de cumprir com seus interesses, e não a forma pela qual os agricultores familiares lutaram pela mesma.

A importância da agricultura familiar no Brasil pode ser verificada também de forma quantitativa ao analisarmos dados do Censo Agropecuário de 2006. De um total de 5.175.636 de estabelecimentos agropecuários, 4.367.902 de estabelecimentos correspondem à agricultura familiar, representando 84,4% do total de estabelecimentos agropecuários brasileiros. No entanto, apesar do superior número de estabelecimentos em comparação a agricultura não familiar, a agricultura familiar conta apenas com 27,8% do total de terras. Já a agricultura não familiar fica com 72,2% do total, demonstrando que a estrutura fundiária brasileira é extremamente desigual. Porém, mesmo ocupando áreas expressivamente menores, a agricultura familiar é, segundo o Censo Agropecuário de 2006, responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, sendo importante fornecedora de alimentos básicos para o mercado interno. Dessa forma, impulsiona o desenvolvimento local/regional e a reprodução socioeconômica das famílias.

As disparidades são visíveis também nos investimentos ao comparar-se, por exemplo, a safra de 2003-2004, quando o Pronaf recebeu R\$ 4,4 bilhões (11,77%) enquanto R\$ 33 bilhões (88,23%) foram para o agronegócio; na safra 2004-2005, foram R\$ 7 bilhões (15,56%) para o Pronaf e R\$ 38 bilhões (84,44%) para o agronegócio (HESPANHOL, 2007). E essas disparidades de investimentos do Estado são visíveis até os dias atuais.

O quadro 2 apresenta os investimentos recebidos pela agricultura familiar e pelo agronegócio em relação aos últimos seis Planos Safra. Pode-se notar que, entre os anos agrícolas de 2010/11 e 2014,/15 houve um acréscimo nos investimentos para agricultura familiar, havendo apenas um decréscimo no ano agrícola de 2015/16. Ainda assim, o valor recebido pelo agronegócio é muito superior ao da agricultura familiar, em todos os anos agrícolas apresentados. Chama atenção também que a diferença de valores é bastante alta. Em termos de porcentagem, o plano safra 2013/14 foi o que destacou-se com a menor

³³ Em 17 de abril de 1996, o confronto entre policiais militares e trabalhadores rurais sem-terra na rodovia PA-150, que liga Marabá a Carajás, no Sul do Pará, resultou em 19 trabalhadores sem-terra mortos e outros 69 feridos. Esse episódio ficou conhecido como o Massacre de Eldorado dos Carajás. Silva (2011) relata que, as tropas da PM mesmo conseguindo desobstruir a rodovia, ainda assim continuaram a perseguição aos sem-terra. Muitos foram torturados, humilhados, espancados, feridos e executados.

diferença (familiar e agronegócio) em relação aos outros anos, mesmo assim, a agricultura familiar recebeu apenas R\$ 39 bilhões (22%) do total, e os outros R\$ 136 bilhões (78%) foram destinados ao agronegócio (gráfico 01).

Ano agrícola	Familiar (R\$ bilhões)	(%)	Agronegócio (R\$ bilhões)	(%)
2010/11	16,0	13,79	100,0	86,21
2011/12	16,0	13,00	107,2	87,00
2012/13	22,3 ³⁴	16,21	115,2	83,79
2013/14	39,0 ³⁵	22,00	136,0	78,00
2014/15	40,0 ³⁶	20,00	156,1	80,00
2015/16	28,9 ³⁷	13,00	187,7	87,00

Quadro 2: Valor e porcentagem dos investimentos recebidos pela Agricultura Familiar e agronegócio em relação aos últimos Planos Safra.

Fonte: Planos Safra da Agricultura Familiar e Agropecuário.

Organização: Neumann, E. (2015).

No plano safra 2015/16 (gráfico 02), observamos a agricultura familiar contando apenas com R\$ 28,9 bilhões (13%) e o agronegócio com R\$ 187,7 bilhões (87%). É importante ressaltar que dos investimentos recebidos pela agricultura familiar são distribuídos entre Pronaf, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros programas da agricultura familiar. O maior montante fica para o Pronaf.

Gráfico 1

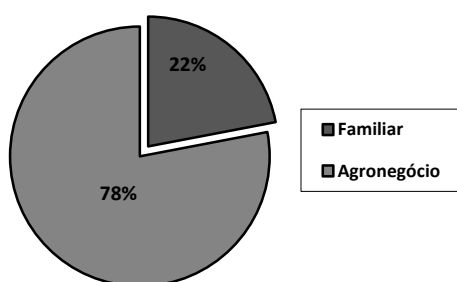


Gráfico 1: Porcentagem dos investimentos recebidos pela Agricultura Familiar e Agronegócio em relação ao Plano Safra de 2013/2014.

Fonte: Planos Safra da Agricultura Familiar e Agrícola e pecuário (2013/14).

Organização: Neumann, E. (2015).

Gráfico 2

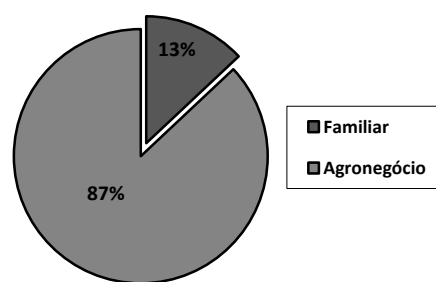


Gráfico 2: Porcentagem dos investimentos recebidos pela Agricultura Familiar e Agronegócio em relação ao Plano Safra de 2015/16.

Fonte: Planos Safra da Agricultura Familiar e Agrícola e pecuário (2015/16).

Organização: Neumann, E. (2015).

³⁴ Para o conjunto de medidas. Para o Pronaf foram R\$ 18 bilhões.

³⁵ Para o conjunto de medidas. Para o Pronaf foram R\$ 21 bilhões.

³⁶ No conjunto de medidas para a agricultura familiar (custeio, investimento, comercialização, ATER, seguro, etc). Para o Pronaf foram R\$ 24,1 bilhões.

³⁷ Valor total para o Pronaf (entre custeio e investimento).

Para melhor percebermos a disparidade de crédito, analisamos o gráfico 3, que demonstra investimentos no Plano Safra Agrícola e Pecuário e no Pronaf, inserido no Plano Safra da Agricultura Familiar. Os dados permitem confirmar a hegemonia do agronegócio no que refere-se ao recebimento de estímulos por parte do Estado.

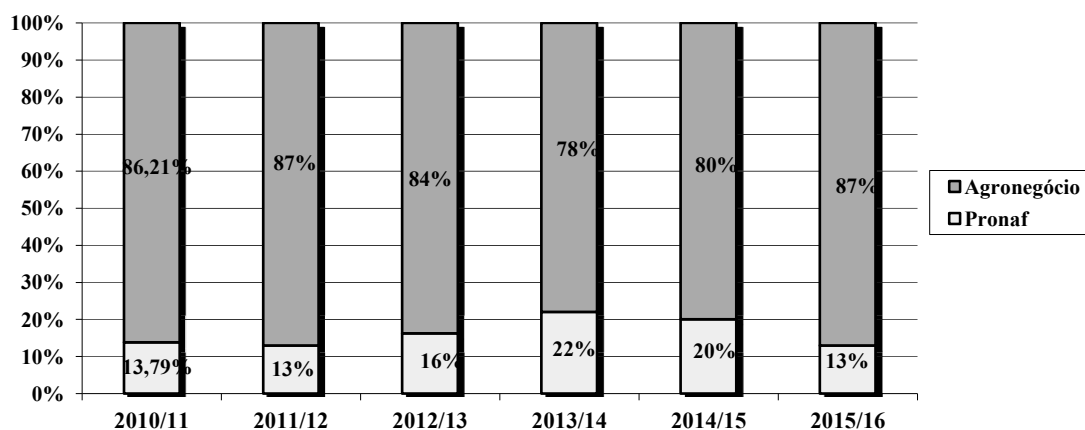


Gráfico 3: Porcentagem dos investimentos destinados ao Pronaf e ao agronegócio em relação aos Planos Safra (2010/11-2015/16).

Fonte: Planos Safra da Agricultura Familiar e Agrícola e Pecuário.
Org.: Neumann, E. (2015).

O destaque do agronegócio é facilmente confirmado ao analisarmos o gráfico 3, o qual demonstra claramente a disparidade de investimentos, onde nos seis Planos Safra apresentados o Pronaf mantém uma média de 13% dos investimentos, enquanto a média do agronegócio fica por volta dos 87% do total. Confirma-se assim a hegemonia do agronegócio, garantida pelo Estado e que beneficia, predominantemente, a grande produção, àquela destinada principalmente a exportação (*commodities*).

No entanto, mesmo que a agricultura familiar ocupe áreas menores de terras que o agronegócio e tenha investimentos menores, ela é responsável por fornecer grande parte dos alimentos consumidos no mercado interno. O quadro 3 demonstra que a participação da agricultura familiar na produção de certos alimentos no Brasil representa, em média, 40%.

PRODUTO	FAMILIAR	NÃO FAMILIAR	(%)*
Arroz em casca	3.199.460.329	6.247.796.383	34%
Feijão (preto, de cor e fradinho).	2.168.800.093	940.182.775	70%
Mandioca	13.952.605.062	2.141.336.546	87%
Milho em grão	19.424.085.538	22.857.714.137	46%
Soja em grão	6.404.494.499	34.308.188.589	16%
Trigo em grão	479.272.647	1.778.325.050	21%
TOTAL	45.628.718.168	920.843.831	40%

Quadro 3: Quantidade produzida (kg) pela agricultura familiar e não familiar e tipo de produção vegetal – Brasil/2006.

*Produção da agricultura familiar em relação ao total produzido.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Org.: Neumann, E. (2015).

Por mais que o agronegócio tenha grande representatividade para a economia nacional com a exportação de *commodities*, a agricultura familiar mostra-se eficiente em adaptar-se e absorver tecnologias para a produção, e independentemente de estar condicionada pela dinâmica da produção capitalista, mostra-se flexível no desenvolvimento de estratégias que garantam sua reprodução social. Um exemplo é a capacidade de diversificação de atividades, tanto agrícolas como não agrícolas.

E ainda, o agronegócio caracteriza-se pelo uso indiscriminado de defensivos químicos, uso abundante de água para irrigação, degradação dos solos entre vários outros tipos de atividades nocivas que degradam o meio ambiente afetando a saúde da população. Nesse sentido, à agricultura familiar, por meio de algumas práticas alternativas de agricultura orgânica, agroecologia, preservação da natureza, cumpre importante papel no equilíbrio ambiental, garantindo a segurança alimentar e alimentos saudáveis para as populações.

2.2. A PLURIATIVIDADE COMO FENÔMENO DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA

Os conceitos de agricultura familiar e pluriatividade na agricultura familiar ganham notoriedade no meio acadêmico a partir dos anos de 1990. Desta forma, o meio rural passa a ser repensado e analisado em toda a sua diversidade. No entanto, é necessário considerar elementos internos e externos às unidades de produção familiar, como o modo de vida dos agricultores e a ação de políticas públicas, respectivamente. A transição dos complexos rurais para os complexos agroindustriais, no processo de modernização da

agricultura, trouxe mudanças na dinâmica do mercado interno. De acordo com Schneider e Fialho (2000), apenas o desenvolvimento de atividades agrícolas já não responde pela manutenção do nível de emprego no meio rural, como concluíram os pesquisadores, de diversas entidades científicas, que compõem o grupo de pesquisa denominado “Projeto Rurbano”.

Ainda segundo Schneider e Fialho (2000), nas duas últimas décadas o meio rural brasileiro vêm registrando um aumento de atividades não agrícolas, que passaram a ter cada vez mais importância na geração de renda. Sendo assim, os agricultores familiares passaram a buscar nas atividades não agrícolas, combinadas com atividades agrícolas, suporte para permanecerem no espaço rural.

2.2.1. Da *part-time farming* e a *pluriactivité* à emergência da expressão pluriatividade

O termo pluriatividade vem do francês *pluriactivité*. O seu desenvolvimento deu-se no que era chamado de *part-time farming* ou agricultura de tempo parcial, caracterizada como de caráter transitório e instável, onde os agricultores não dedicavam-se em tempo integral às atividades agrícolas. Schneider (2009) discutiu ambos os termos. Muitas vezes eram utilizados como sinônimos, conforme diz:

Até meados da década de 1980, os termos *part-time farming* e *pluriactivité* eram utilizados quase sempre como sinônimos pelos cientistas sociais. Até então, aceitava-se que a única diferença entre ambos estava relacionada ao fato de que o primeiro termo era de uso corrente entre os analistas de língua inglesa e o segundo era mais ligado à tradição acadêmica francesa. No entanto, mais do que meras diferenças etimológicas (que, em certa medida, expressam a dificuldade do diálogo intelectual entre essas duas tradições do pensamento), uma leitura mais atenta dos trabalhos que utilizam essas noções indica que elas incorporam diferentes interpretações de um fenômeno social que passou a se generalizar ainda na década de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores (SCHNEIDER, 2009, p. 80).

Segundo Anjos (2003), tanto a “agricultura em tempo parcial”, quanto à pluriatividade, são fenômenos associados fundamentalmente com a agricultura familiar, os quais formam parte do elenco de estratégias de resistência para garantir a reprodução social de seus membros. Ambas as estratégias estão associadas e desenvolvem-se mediante a combinação de rendas agrícolas e extra-agrícolas, através de atividades realizadas dentro e fora das próprias explorações (ANJOS, 2003).

Em uma tentativa de definição destes temas, Schneider (2009), refere-se ao *part-time farming* (agricultura em tempo parcial), como as unidades nas quais os membros moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas, sem que necessariamente o restante de seu tempo seja destinado à outra atividade³⁸. O oposto é a expressão *full-time farming* (agricultura em tempo integral) que pressupõe a dedicação de todo tempo de trabalho dos membros da família para as atividades agrícolas.

A *pluriactivité* (pluriatividade) refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional de um ou mais membros da família. O oposto é o termo *monoactivité* (monoatividade³⁹) que significa que todos os membros da família desempenham apenas uma atividade, em tempo integral. A agricultura “monoativa” e em “tempo integral” possuem o mesmo conteúdo e são semelhantes, no entanto, seus opostos (pluriatividade e tempo parcial) são diferentes.

Desta forma, famílias pluriativas podem ter membros que destinem tempo integral a apenas uma atividade, mesmo assim continuam sendo pluriativos, desde que na família haja membros que desenvolvam atividades agrícolas e não agrícolas. Por exemplo, uma família com apenas dois membros, onde os dois encontram-se ocupados de forma integral em duas atividades, também são pluriativos, desde que uma destas atividades seja agrícola e outra não agrícola. O que configura a pluriatividade em uma unidade familiar produtiva é a diversificação de atividades (agrícolas e não agrícolas), e não o tempo de trabalho destinado a cada uma.

A principal controvérsia em relação ao termo *part-time farming* refere-se à utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família, ao passo que a noção *pluriactivité* (pluriatividade) refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família. Em ambos os casos, há que se estabelecer, necessariamente, um contraponto. No primeiro, a noção de *full-time farming* (agricultura em tempo-integral), utilizando-se, como critério de diferenciação, um determinado, embora arbitrário, corte de tempo de trabalho. No segundo, a noção de *monoactivité* (monoatividade), que se refere à forma de desempenho de uma atividade, o que, exatamente por ser “mono”, traz implícita a ideia de que o indivíduo ou a família ocupa a integralidade de seu tempo naquela atividade. Cada uma dessas noções tem uma trajetória analítica particular. Em essência, a agricultura “monoativa” ou em “tempo integral” são semelhantes e encerram o mesmo conteúdo, mas seus opostos diferem substancialmente (SCHNEIDER, 2009, p. 81).

Destaca-se também que, em uma família com dois membros, cada um pode desenvolver duas atividades, dividindo seu tempo de trabalho entre uma ocupação agrícola

³⁸ O tempo ocioso pode ser considerado como aquele utilizado pelo agricultor no planejamento e organização do estabelecimento, não sendo necessariamente numa atividade agrícola, mas fazendo parte dela.

³⁹ Discussão presente no item 2.3.2.

e outra não agrícola. Desta forma, cada membro desenvolveria duas atividades de forma parcial. Pode-se dizer, então, que a pluriatividade vem necessariamente acompanhada do tempo parcial, sendo que o inverso não é verdadeiro, pois o tempo parcial não está necessariamente acompanhado pela pluriatividade (SILVEIRA; NEUMANN; SANTOS, 2004).

Sendo assim, a prática da agricultura em tempo integral também leva a pluriatividade em casos que pelo menos um membro desenvolva a atividade agrícola e outro a não agrícola. Na família monoativa a agricultura em tempo integral é praticada por todos os membros da família. Já a agricultura em tempo parcial não leva, necessariamente, a pluriatividade, pois o tempo “ocioso”⁴⁰ pode não ser utilizado, pelos membros da família, para nenhuma outra atividade. No entanto, se esse tempo “ocioso” de pelo menos um dos membros for destinado a atividade não agrícola, isto caracteriza a família como pluriativa.

Desta forma, segundo Fuller (1990) e Newby, (1987), o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da *part-time farming* (unidades que dedicam parte de seu tempo de trabalho ao desempenho de atividades econômicas fora da propriedade) como da *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento).

Esse processo de afirmação da temática no campo acadêmico culminou com a adoção da noção de pluriatividade como a melhor forma de apreender o fenômeno da multiplicidade de formas de trabalho e renda das unidades agrícolas (SCHNEIDER, 2009). Ainda que ambos os conceitos refiram-se a realidades empíricas bastante similares, refletem não só as diferenças em termos do seu alcance e significado, como também momentos históricos distintos.

Schneider (2009) afirma que a discussão sobre pluriatividade ainda é embrionária, devido sua recente conceituação, e apesar de certo consenso, ainda há divergências entre pesquisadores. Portanto:

[...] podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do quais membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural. Nesse sentido, ainda que se possa afirmar que a pluriatividade é decorrente de fatores que lhe são exógenos como o mercado de trabalho não agrícola, ela é uma prática que depende das decisões dos indivíduos e das famílias (SCHNEIDER, 2009, p. 97-98).

⁴⁰ Tempo que não é destinado a nenhuma atividade, apenas a organização e planejamento do estabelecimento.

Esta definição apresenta detalhes importantes para a compreensão da pluriatividade, pois é necessário entender o sentido de “habitam no meio rural” e “mantendo moradia no campo⁴¹”. Ou seja, para uma família desenvolver a pluriatividade é necessário que, se algum membro da família desempenhar alguma atividade fora do estabelecimento, ele (a) continue residindo no meio rural.

Segundo Schneider (2009 apud FULLER, 1990), antes da substituição da unidade de análise, houve 3 fatores que contribuíram para o reconhecimento da pluriatividade. O primeiro refere-se ao uso da noção *part-time farming*, que dificultava a separação do trabalho do chefe da propriedade da função produtiva da mesma.

[...] se refere ao próprio uso da noção de *part-time farming*, que era impreciso e dificultava a separação do trabalho do operador principal (chefe da propriedade) da função produtiva da propriedade. Existiam muitas propriedades onde o trabalho fora não tinha nada ver com a redução das atividades produtivas agrícolas (SCHNEIDER, 2009, p. 84).

Posteriormente, devido esta dificuldade o termo *part-time farming* é substituído por *multiple job holding*, e depois, por pluriatividade (SCHNEIDER, 2009).

O segundo fator ocorreu devido ao deslocamento etimológico, ocorrido no âmbito da pesquisa *Arkleton Trust Project*⁴² (1992). Ligada a Comunidade Econômica Europeia (CEE), o projeto representou a substituição da unidade de análise que até então era o chefe da família ou o próprio tempo de trabalho gasto nas atividades não agrícolas, para *farm household* (unidade familiar) passando então a ser a unidade doméstica a unidade de análise (SCHNEIDER, 2009).

Já o terceiro fator que contribuiu para o reconhecimento da pluriatividade “[...] foram os debates em torno da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), iniciados na década de 1980, pois a crescente diversidade das ocupações do mundo rural não podia mais ser ignorada” (SCHNEIDER, 2009, p. 84). Para Nascimento (2005), o interesse pela pluriatividade na Europa cresceu em fins da década de 1980 em parte devido à crise (de sucesso) da PAC; e, em parte, pela conjugação de desemprego rural com saturação do emprego urbano.

As potências industriais europeias inundaram o mercado mundial de manufaturas e passaram a importar maciçamente produtos agrícolas. No plano internacional, vários países tornaram-se fornecedores agrícolas dos mercados europeus. Essa concorrência provocou, [...], a queda dos preços na Europa; em consequência, a

⁴¹ Habitar no meio rural, conforme Schneider (2009) significa que os membros da família optam pelo exercício de diferentes atividades (agrícolas e não agrícolas), mas se mantém morando no campo.

⁴² Constitui-se de uma iniciativa dos pesquisadores da CEE para estudar em profundidade as unidades familiares rurais que combinam a agricultura com outras fontes de renda (SCHNEIDER, 2003).

agricultura europeia tornou-se mais intensiva. Produzindo mais, para recuperar-se dos preços baixos, esse processo levou à superprodução, o que contraditoriamente provocou a baixa geral dos preços. Como desdobramento, caiu a renda fundiária (OLIVEIRA, 2007).

Com base nisso, a superprodução e consequente baixa dos preços levou a um redirecionamento para outra atividade além da agricultura, isto é, para atividades não agrícolas. Desta forma, com a consolidação do termo pluriatividade, o mesmo vem contribuindo para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro da unidade de produção. Torna-se assim, uma forma para compreender o contexto da multiplicidade de rendas e de formas de trabalho nas unidades de produção familiares, bem como das novas atividades presentes no meio rural.

2.2.2. Diversidades de pensamentos na conceituação de pluriatividade

Estudos como os de Anjos (2003), Carneiro (1996, 1997, 1998), Schneider (2001, 2003, 2009), Nascimento (2005), Wanderley (2001), e de Fuller (1984 e 1990), reconhecido como um dos pioneiros no desenvolvimento e consolidação do termo pluriatividade no Brasil, apontam para a importância desta para os agricultores familiares. Apesar de ser um conceito novo, a pluriatividade, como fenômeno, está presente na agricultura muito antes da concepção de seu conceito.

A pluriatividade tanto pode ser vista como um fenômeno antigo, como recente. Estes tipos de rendimentos exteriores sempre estiveram presentes na sociedade rural. Por outro lado, podemos considerá-los como aspecto recente se atentarmos para suas características específicas, decorrentes do contexto econômico e social que as engendrou na atualidade (CARNEIRO, 1996, p. 94).

Neste trabalho, o termo pluriatividade é abordado como fenômeno de reprodução socioeconômica, que possibilita o incremento de renda aos agricultores familiares. A partir disso, para se investigar a importância, como também as características da pluriatividade, torna-se necessário compreender o conceito do termo.

O conceito de pluriatividade permite a junção das atividades agrícolas com outras atividades que gerem ganhos monetários e não monetários, independentemente de serem internos ou externos à exploração agropecuária. Isso permite considerar todas as atividades exercidas por todos os membros dos domicílios, inclusive as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e o não assalariado, realizados dentro e/ou fora das explorações agropecuárias (SILVA, 2000, p. 9).

Outra definição de pluriatividade é a de Nascimento (2005).

O termo pluriatividade se refere à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola *stricto sensu*, tais como o assalariamento em outras propriedades, o processamento de alimentos, outras atividades não agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da fazenda, referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Enfim, trata-se, *grosso modo*, da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da unidade familiar – dentro ou fora do estabelecimento (p. 8).

Para Schneider “[...] a pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias agricultoras” (2003). Ou seja, a pluriatividade surge como alternativa à permanência dos agricultores no espaço rural. Schneider define a pluriatividade como um fenômeno que pressupõe a combinação de duas atividades ou mais, sendo uma delas a agricultura.

Uma estratégia de reprodução social da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam, fundamentalmente, com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não agrícolas e mediante articulação com o mercado de trabalho (2001, p. 32).

Há autores, entretanto, que avaliam a pluriatividade como um fenômeno que leva os agricultores ao abandono das atividades agrícolas e conseqüentemente do meio rural.

[...] a pluriatividade, que vai deprimindo a função agrícola da unidade familiar rural, transformando de forma progressiva o espaço agrícola em, simplesmente, moradia no espaço agrário, enfraquecendo sua função fundamental, que é a produção de alimentos e reduzindo a íntima relação que os camponeses estabeleceram historicamente com cada agroecossistema dos assentamentos rurais. A pluriatividade separa a produção da reprodução e aproxima a família, cada vez mais, de uma realidade proletária, cuja tendência é a sua própria destruição enquanto unidade camponesa. A este conceito alia-se a necessidade de uma reforma agrária como política marginal e compensatória (MACHADO e CASALINHO, 2010, p. 77).

E visto por outros, como fator determinante para permanência no espaço rural.

A pluriatividade, neste sentido, não constitui, necessariamente, um processo de abandono da agricultura, e do meio rural. [...] A pluriatividade expressa uma estratégia familiar adotada, quando as condições o permitem, para garantir a permanência no meio rural e os vínculos mais estreitos com o patrimônio familiar (WANDERLEY, 2001, p.37).

E ainda, para Fuller:

[...] esta reconceituação da pluriatividade da propriedade familiar também se reflete na mudança de direção dos valores nos anos oitenta: das questões econômicas para as ecológicas, das análises objetivas para as subjetivas, da pesquisa pura para aplicada, das disciplinas específicas para a multidisciplinaridade das pesquisas (1990, p. 362).

Nota-se que a pluriatividade divide autores. Uns a entendem como um fenômeno que leva ao abandono das atividades agrícolas. Porém, há aqueles que a compreendem como uma estratégia de reprodução socioeconômica.

2.3. UMA ANÁLISE DA AGRICULTURA FAMILIAR COMO CATEGORIA SOCIAL E BALIZADORA DA PLURIATIVIDADE

O espaço rural passou nas últimas décadas por inúmeras transformações, que permitiram a ele, a atual configuração. Já a agricultura familiar, apesar dos avanços ainda necessários, ganhou em importância, sobretudo pelo papel das políticas públicas e dos movimentos sociais, que lhe deram apoio.

Buscaremos discutir a pluriatividade na agricultura familiar a partir da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pelos membros da família. Assim, se os membros dos estabelecimentos rurais desenvolverem apenas atividades agrícolas ou não agrícolas, de forma não combinada, não existirá pluriatividade.

Entendemos a pluriatividade como forma de fortalecer socioeconomicamente os agricultores familiares. Ela surge como alternativa as dificuldades de reprodução social.

2.3.1. Atividades não agrícolas: uma alternativa/estratégia de renda complementar

As pesquisas desenvolvidas por Schneider (2003, 2006, 2009), Silva (2000) e Lopes (2009), apresentam que as atividades não agrícolas estão aumentando no Brasil. Essas pesquisas demonstram as transformações que ocorrem no meio rural brasileiro.

A modernização da agricultura e as urbanidades no rural influenciaram para que lentamente as atividades não agrícolas surgissem. O espaço rural passou a ser valorizado para além das atividades produtivas, abrangendo atividades como o turismo (chácaras de lazer, pousadas, pesque-pague, cafés coloniais, museus rurais) e agroindústrias, que inclusive passam a exigir a prestação de serviços da população rural e/ou urbana. A instabilidade nos preços dos produtos agrícolas também levam cada vez mais os agricultores a optarem por atividades não agrícolas para diversificarem as fontes de renda.

Não deve-se associar de imediato o aumento das atividades não agrícolas com a pluriatividade ou tratá-las como atividades pluriativas, pois, como já mencionamos, não

existe pluriatividade se não houver a combinação das atividades não agrícolas com as agrícolas.

Historicamente o homem desempenhou as atividades agrícolas no meio rural, e a mulher, além de ajudar nestas atividades, ainda era (e, predominantemente, ainda é) responsável pelos trabalhos domésticos, como por exemplo, fazer as refeições, lavar roupa, cuidar da limpeza e organizar a casa, dentre outras atividades domésticas. O homem, devido ao seu porte físico, sempre foi considerado como mais apto às atividades ligadas à agropecuária.

[...] embora a combinação de atividades não seja uma novidade, a evolução e a inovação da pluriatividade nos dias atuais consiste no ato de que o exercício da segunda atividade (a não agrícola) tornou-se recorrente, sistemática e passou a integrar as estratégias de reprodução social e econômica dos indivíduos e das famílias. E, mais importante do que isto, a pluriatividade atual ocorre através da mercantilização da força de trabalho ou da prestação de serviços. O indivíduo ou a família que pratica a combinação de múltiplas atividades (pluriatividade) já não o faz como mero complemento ou acessório visando o autoaprovisionamento (com ferramentas ou implementos de trabalho, artesanato etc.). Em termos analíticos, não se trata mais de uma produção de valores de uso, mas de valor de troca, que visam o intercâmbio e, no geral, a obtenção de remuneração monetária (SCHNEIDER, 2006, p. 7).

Desta forma, se no passado as atividades não agrícolas eram compreendidas como estratégias de complemento de renda, hoje, em muitos estabelecimentos familiares pluriativos, elas geram renda superior às atividades agrícolas. Assim, elas passam a ser permanentes, e não mais temporárias, ou de menor importância.

O aumento das atividades não agrícolas, segundo Schneider (2009), se deu por cinco razões principais: a modernização tecnológica da agricultura, queda das rendas agrícolas, políticas públicas, a dinâmica do mercado de trabalho e a pluriatividade como característica estrutural da agricultura familiar.

Entendemos então que há um conjunto de motivos que levam ao aumento das atividades não agrícolas. Essas atividades ganham importância após as consequências negativas provocadas pela modernização do campo, isto porque, a modernização da agricultura foi seletiva e não incluiu totalmente os agricultores familiares nas políticas públicas de apoio da época (anos 1970).

Houve também a queda das rendas agrícolas, que se deu devido ao aumento da oferta de produtos agrícolas gerados pela modernização da agricultura, que beneficiou a grande produção. As políticas públicas voltadas ao aumento da produção e produtividade, beneficiando principalmente os grandes produtores, conduziram ao desemprego rural, pois

a monocultura tem por característica extensas áreas de cultivo mecanizadas, que demandam pouca mão de obra.

O Projeto Rurbano⁴³ constitui-se de grande importância nos estudos sobre as transformações do espaço rural brasileiro. Para Schneider:

Entre os avanços alcançados pelo grupo de pesquisadores do Projeto Rurbano podem ser destacadas algumas ideias centrais. A principal é de que está em curso uma diminuição consistente do número de ativos rurais (PEA) ocupados em atividades agrícolas. Segundo, que já não se pode ignorar o crescimento das atividades não agrícolas no espaço rural brasileiro. Em terceiro está à ideia de que as transformações ocupacionais e demográficas impõem aos estudiosos a necessidade de reconhecer que é preciso romper com a percepção de que o rural se restringe ou é sinônimo de agricultura. E, quarto, de que as atividades não agrícolas estão contribuindo para o crescimento da pluriatividade das famílias rurais. Malgrado os importantes avanços que representam as pesquisas realizadas pelo Projeto Rurbano no que se refere à identificação das mudanças recentes nos mercados de trabalho rurais, no perfil ocupacional das pessoas e famílias, nas estratégias de reprodução e na caracterização dos postos de trabalho, é chegado o momento de avançar neste debate (2003, p. 3).

Assim, o rural pode ser compreendido, atualmente, como um espaço com inúmeras atividades e significados. Ele vai “além”, portanto, da produção de alimentos, mesmo sendo esta a mais importante.

As atividades não agrícolas passam a oferecer novas alternativas aos indivíduos que habitam o espaço rural. Elas podem ser entendidas como serviços realizados dentro dos estabelecimentos, mas não ligados diretamente à agricultura (turismo rural, por exemplo), ou fora dos estabelecimentos (empregos no setor industrial, comercial e de serviços). Para Schneider (2000, p. 12) isso:

[...] não significa afirmar que a agricultura deixará de ser importante. Ao contrário, isto pode estar indicando que uma nova divisão espacial do trabalho está em curso, que não mais se expressa na oposição conceitual tradicional entre rural e urbano, entendida como uma extensão dos antagonismos entre indústria e agricultura ou entre campo e cidade.

A presença de atividades não agrícolas no espaço rural não caracteriza o abandono de atividades agrícolas, pois essa decisão faz parte de razões e motivações internas e externas do núcleo familiar. Também devemos reafirmar que as atividades não agrícolas estão contribuindo para o crescimento da pluriatividade das famílias rurais.

⁴³ O Projeto Rurbano, coordenado inicialmente pelo professor José Graziano da Silva, da Unicamp, contou com quatro fases. A primeira fase das pesquisas do projeto teve início em 1997. A segunda e a terceira fase se iniciaram em 1999 e 2000, respectivamente. A fase III foi concluída em 2003 e a quarta fase, apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi concluída em 2005. Há ainda uma fase, beneficiando-se da metodologia do Projeto Rurbano, denominada *Evolução da Pobreza no Brasil 2000-2010*. O projeto contou com o esforço de pesquisadores espalhados pelos estados brasileiros, que buscaram analisar as principais transformações do espaço rural das últimas décadas (ESCHER, SCHNEIDER, SCARTON e CONTERATO, 2014).

2.3.2. A concepção de famílias pluriativas, monoativas e rurais não agrícolas

A pluriatividade desenvolve-se predominantemente na agricultura familiar. Mas, como destaca Schneider (2009), isso não significa que outras formas sociais de uso da terra e do trabalho, que não as familiares, não possam ter, na prática da pluriatividade, um dos mecanismos de reprodução, ou mesmo de ampliação de fontes alternativas de renda.

Historicamente os estudos sobre as categorias de análise, como pluriatividade e agricultura familiar, estiveram voltados para os aspectos de reprodução agrícola e questões de renda, como diz Prieb:

Isto por que parece notória a ênfase dos sociólogos no concernente a análises que privilegiam as ocupações das famílias bem como as determinantes internas em termos de ações e práticas adotadas sendo, também, igualmente evidente o lugar de destaque das rendas nas análises dos economistas e da ênfase dada a partir das determinações mais gerais impostas pela reprodução do capital e, uma menor atenção aos objetivos internos que orientam as ações das famílias. Nesse sentido, desconsiderar quaisquer dessas análises certamente implicaria o ‘empobrecimento’ de elementos explicativos para uma maior compreensão desta temática (2005, p. 77).

É impossível compreender as famílias agricultoras em sua totalidade atentando-se apenas na compreensão da reprodução do capital. É preciso reconhecer as especificidades internas das unidades familiares.

Conforme afirma Schneider (2009):

[...] o elemento central, que patrocina a relativa estabilidade e exerce um papel regulador entre os diferentes elementos apresentados, é a própria natureza familiar dessas unidades. Esta natureza familiar esta assentada nas relações de parentesco e de herança existentes entre os membros dessas unidades. É o interior da própria família e do grupo doméstico, através das relações sociais que se estabelecem entre seus membros participantes, que se localizam as principais razões que explicam a persistência e a reprodução de um certo conjunto de unidades e a desagregação e o desaparecimento de outras. É em razão das decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico, frente as condições materiais e ao ambiente social e econômico no qual estiver inserida, que ocorrerá ou não sua reprodução social, econômica, cultural e moral (p. 101).

Portanto, parte da organização interna das unidades familiares de produção a motivação para desempenhar atividades agrícolas e não agrícolas nos estabelecimentos, como define Romero (2012).

A família seria a primeira ‘agência’ que oferece trabalho podendo ser em ocupações diversas e diferentes segmentos e setores. Assim, a pluriatividade não é um ato totalmente individual e tampouco uma eleição, é uma escolha puramente de lógica familiar. A família representa o núcleo que toma as decisões sobre a produção do estabelecimento e concorda com essas decisões, em seguida

apresenta-las aos membros que fizeram parte do processo de decisão. O oferecimento de trabalho entre a unidade produtiva familiar e mercado não depende só da demanda externa por trabalho, é o produto das decisões interdependentes e da intensidade da pluriatividade do interior da família (p. 22).

Com a compreensão da importância do núcleo familiar como elemento principal das decisões tomadas internamente para a reprodução socioeconômica do mesmo, torna-se importante também compreender a distinção entre famílias que optam pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, por atividades agrícolas apenas ou por atividades não agrícolas apenas:

A distinção entre famílias monoativas e pluriativas utilizada baseia-se na seguinte definição: as famílias pluriativas são aquelas que se caracterizam pela combinação de atividades agrícolas com outras não agrícolas por pessoas que pertencem a mesma família e residem no meio rural. Para que a família seja considerada pluriativa, considera-se que pelo menos um de seus membros exerça a combinação de atividades agrícolas com não agrícolas. As famílias monoativas caracterizam-se pela exclusividade do trabalho agrícola no interior da propriedade na qual residem (SCHNEIDER, 2006, p. 146).

Quanto às famílias que optam por desenvolver apenas atividades não agrícolas, Nascimento (2009), destaca:

No caso das famílias rurais pluriativas – que combinam entre seus membros atividades agrícolas e não agrícolas – virem, por alguma razão, a abandonar as atividades agrícolas (o ‘lado agrícola’), aquelas tornar-se-ão famílias *rurais não agrícolas*, uma vez que a literatura pertinente não considerar pluriativas as famílias ocupadas apenas em atividades não agrícolas, por mais diversificadas que sejam (p. 333-334).

Ou seja, a partir do momento que a família decide internamente desenvolver apenas atividades não agrícolas, o único vínculo que ela mantém com o espaço rural é de moradia ou de trabalho (não agrícola). Todos os membros da família irão desenvolver a atividade não agrícola em seu estabelecimento sem ter ligação produtiva com a terra.

Em resumo, entende-se por família pluriativa aquela que combina atividades agrícolas com não agrícolas, família monoativa por aquela que desenvolve apenas atividades agrícolas e por fim, famílias rurais não agrícolas aquelas que desenvolvem apenas atividades não agrícolas e mesmo assim residem no campo. Entretanto, as decisões e motivações partem sempre do interior das unidades familiares.

Desta forma, a decisão de se concentrar na unidade familiar como universo de análise e não na unidade de produção, justifica-se pelas seguintes razões: a) a família é o agente integrador no interior dos estabelecimentos agropecuários; b) é nas inter-relações entre os domínios de parentesco e do trabalho que se encontram as principais relações que articulam e estruturam os indivíduos na unidade familiar e na própria produção; c) a unidade familiar permite identificar as relações de força entre os agentes sociais situados diferentemente na esfera do parentesco ou da produção (MATTEI, 2007, p. 1065).

Assim, compreende-se que a reprodução das famílias, na forma social, econômica ou cultural, depende desse complexo modo pelo qual as unidades familiares relacionam-se com o espaço no qual estão inseridas. Para Schneider (2009):

A reprodução é, acima de tudo, o resultado do processo de intermediação entre os indivíduos-membros com sua família e de ambos interagindo com o ambiente social em que estão imersos. Nesse processo, cabe a família e a seus membros um papel ativo, pois suas decisões, estratégias e ações podem trazer resultados benéficos ou desfavoráveis à continuidade e à reprodução (p. 101).

Portanto, compreende-se que a agricultura familiar tem em si especificidades, que a permite adaptar-se ou não a influências externas. Para Lamarche (1993), a agricultura familiar não é um elemento da diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade.

Este capítulo teve por objetivo abordar as principais categorias de análise da pesquisa, que serão trabalhadas no próximo capítulo, referente à análise da área de estudo. Conclui-se com este segundo capítulo as discussões teóricas da pesquisa, que dão estrutura para o terceiro e quarto (último) capítulos, que são empíricos, e que trabalharão os termos e conceitos a partir da análise da realidade rural do município.

CAPÍTULO III



A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE TURVO-PR: FORMAÇÃO, ESPECIFICIDADES E CARACTERÍSTICAS GERAIS

O município de Turvo localiza-se na mesorregião Centro-Sul paranaense, e apresenta 60% de seu território com cobertura florestal natural, representada por remanescentes da Floresta Ombrófila Mista (ou Floresta com Araucária), onde encontram-se espécies de valor econômico, exploradas pelo potencial madeireiro ou não madeireiro, sendo a economia desse município parcialmente dependente da extração de produtos florestais (MINEROPAR, 2002). Além dessa característica, o município apresenta um espaço rural com características bastante marcantes. Dentre elas, uma grande diversidade agrícola, baseada na agricultura familiar, e uma forte concentração fundiária, como veremos adiante. No entanto, apesar de possuir pequenas áreas de cultivo, a agricultura familiar é fornecedora de alimentos básicos, sendo que uma parte é comercializada em feiras semanais na área urbana do município e supermercados de Guarapuava – PR.

Desta forma, para melhor contextualizar essa dinâmica do município, elaboramos para este capítulo quatro seções: “aspectos gerais da formação histórica do município de Turvo-PR”; “localização geográfica e estrutura fundiária”; “organizações sociais e a diversidade cultural e territorial” e “um olhar geográfico sobre a diversidade territorial das comunidades rurais pesquisadas”, onde trabalhamos com dados secundários, com objetivo de caracterizar nossa área de estudo.

3.1. ASPECTOS GERAIS DA FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE TURVO-PR

A ocupação inicial do município se deu pelos povos indígenas, especialmente os da etnia Kaingang (MARCONDES, 1998). Posteriormente, em meados do século XVIII, caboclos e afrodescendentes (quilombolas) passaram a ocupar o atual município. A população afrodescendente instalou-se, sobretudo, na comunidade Campina dos Morenos. Segundo Carneiro (2010), os remanescentes dessa comunidade já perderam parte da sua história. A partir da segunda metade do século XIX seus ancestrais trabalhavam na colonização da região, abrindo picadas e derrubando matas.

A partir do século XIX a colonização se deu com famílias oriundas de Guarapuava e demais municípios da região, dentre eles Pitanga, que se adentravam no que hoje é o município de Turvo, requerendo terras ao Estado (TURVO, 1987). Estes requerimentos ficaram conhecidos como “registros”. Com o tempo as porções de terra

foram se subdividindo, devido a venda de partes das terras a outras famílias e também devido as heranças (TURVO, 1987).

Posteriormente, entre fins do século XIX e primeira metade do século XX, houve a chegada de imigrantes poloneses, alemães, ucranianos e suíços, que instalaram-se no que é hoje território municipal. A partir da segunda metade do século XX, adentraram também descendentes de italianos e alemães oriundos dos demais estados do Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina). Desta forma, a diversidade do espaço rural e urbano do município revela-se a partir da dinâmica sociocultural trazida de diferentes regiões do Brasil e do mundo.

A formação administrativa do município se deu, inicialmente, em 1953, com a criação do Distrito Judiciário do Turvo, posteriormente sendo emancipado do município de Guarapuava pela Lei Estadual nº 7.576, de 12 de maio de 1982, onde a instalação oficial se deu no dia 1º de fevereiro de 1983 (IBGE, 2016). A dinâmica socioeconômica local baseou-se, primeiramente, na exploração da madeira e erva-mate nativa, predominando a agricultura de subsistência.

A base da economia do município é resultado do processo histórico de exploração da região, marcada pelos períodos econômicos do tropeirismo, erva-mate e da madeira. No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os produtos de maior expressividade na economia do Território Paraná Centro⁴⁴ foram a erva-mate, a suinocultura e a madeira (FAVARO, 2014).

A erva-mate marcou época na região como ciclo econômico. Diversas indústrias ervateiras instalaram-se no município para beneficiamento do produto. Atualmente vários agricultores, incluindo os faxinalenses⁴⁵, mantém suas áreas com erva-mate, pois num ciclo de 1 a 2 anos é feita a colheita das folhas, e durante esse período as pastagens debaixo dos pés crescem, servindo de alimento aos animais. No entanto, vários agricultores já retiraram toda a erva-mate de seus estabelecimentos para se dedicarem apenas a agricultura e pecuária, sobretudo com cultivo de milho e soja e criatórios de gado de corte (STR de Turvo, 2016).

⁴⁴ O Território Rural Paraná Centro foi homologado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 2003, e em abril de 2009, foi transformado em Território da Cidadania. Localiza-se na região central do Estado do Paraná. Abrange uma área de 15.045,50 Km² e é composto por 18 municípios com uma população total de 341.696 habitantes (FAVARO, 2014).

⁴⁵ Entendemos por sistema faxinal as terras tradicionalmente ocupadas para o uso comum de pastagens e florestas no Paraná, que designam situações em que a produção familiar, de acordo com suas possibilidades, combina apropriação privada e coletiva dos recursos naturais (SAHR, 2008; HAURESKO, 2012).

Gomes (2009) enfatiza que entre os anos de 1830 e 1930, a erva-mate foi economicamente muito significativa, no entanto, devido à falta de indústrias de beneficiamento de erva-mate na região, após a extração e secagem ela era transporta para Curitiba, Paranaguá e até mesmo outros países como Chile, Argentina e Uruguai. Na época a falta de vias de circulação dificultava o transporte. Posteriormente, na década de 1930 com o declínio da exportação de erva-mate e com o avanço da suinocultura na região, os agricultores do município passaram a desenvolver os criatórios de suínos. Para Favaro (2014):

Os safristas, durante os meses de março e abril, percorriam o interior dos municípios comprando porcos magros para serem engordados durante a safra de milho. Homens de posses e geralmente com poder e influência local, os safristas contratavam várias pessoas para derrubar grandes áreas de mata, onde faziam suas roças de milho. Quando o milho estava maduro, soltavam os animais. Esse sistema primitivo prevaleceu principalmente em regiões de terras devolutas que, muitas vezes, eram invadidas por porcadeiros. A atividade envolvia, além do safrista, que era o homem que possuía recursos, outras pessoas, como o comprador de porcos magros (preposto ou não do safrista), o feitor das roças e seus ‘camaradas’ e os pequenos criadores que, em geral, tinham seus porcos soltos no faxinal, onde estes animais se alimentavam do pinhão, bolotas (sementes) de imbuia, canela, tarumã e de outros frutos (p. 25).

Esse sistema, que levava meses, envolvia fases que iam desde a compra dos porcos até a engorda e transporte. Sendo assim, envolvia além do safrista, outras pessoas no processo. Podemos citar, entre as fases, a da tropeada, que era feita após a engorda dos porcos. As tropas de porcos eram conduzidas por difíceis caminhos, e para estas viagens, eram emitidas notas fiscais exigidas nos postos de fiscalização (FAVARO, 2014).

Desta forma, a atividade tropeira marcou época na região. Os porcos eram “tocados” soltos até Ponta Grossa – PR (a aproximadamente 200 km de Turvo). Junto com eles iam carroções com alimentos, pois a viagem demorava meses, e os animais terminavam de engordar no caminho. Esses mesmos carroções voltavam cheios de mercadorias para o consumo doméstico⁴⁶.

Historicamente predominaram no território de Turvo diversas espécies de madeira, como pinheiro, imbuia, canela, entre outras. No entanto, com a valorização da madeira, diversas serrarias se instalaram no município a partir dos anos de 1940 para explorar as matas nativas. O advento das duas Guerras Mundiais, que forçaram a substituição das importações por produtos nacionais, favoreceu para que a grande reserva

⁴⁶ NEUMANN, Francisco Martins. Entrevista concedida a Estevão Neumann. Turvo, 12 fev. 2016.

paranaense de florestas com *Araucária angustifolia*, o Pinheiro do Paraná, passasse a ser explorada desordenadamente.

A partir da segunda metade dos anos de 1990 foi implantado um parque industrial na sede do município, onde instalaram-se algumas serrarias e que demandaram mão de obra. Mas, diferente do que ocorria, hoje elas serram madeiras de reflorestamento, predominantemente pínus e eucalipto.

Destacam-se atualmente indústrias de madeira para móveis (partes para a exportação) e principalmente de fabricação de papel sendo a de maior porte no setor a Companhia Brasileira de Papel – Indústria de papel e celulose⁴⁷ (Ibema). Há ainda o extrativismo da erva-mate, tanto nativa quanto plantada, e o desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Os pecuaristas comercializam em feiras da sede de Turvo, como feira do bezerro, feira de gado geral, além de açougues e frigoríficos.

Dos municípios vizinhos e especificamente dos que fazem limite, Turvo possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) industrial⁴⁸ da região, com R\$ 109,95 milhões. Perde apenas por Guarapuava com R\$ 804,32 milhões. Os demais municípios apresentam os seguintes PIBs industriais: Boa Ventura de São Roque com R\$ 11,42 milhões, Santa Maria do Oeste com R\$ 7,59 milhões, Campina do Simão com R\$ 10,20 milhões, Candido de Abreu com R\$ 21,29 milhões e Prudentópolis com R\$ 70,57 milhões (IBGE, 2013).

Segundo o Censo agropecuário (2006), as culturas que ocupam as maiores áreas de lavouras são o milho e a soja, sendo também responsáveis pelo maior valor da produção. Destacamos ainda que, a produção de erva-mate é bastante expressiva, fazendo parte das culturas tradicionais do município.

Quanto ao uso do solo, a maior parte dos estabelecimentos familiares, principalmente entre os faxinalenses, combina pastagens e matas. Vale destacar que mais da metade dos estabelecimentos familiares do município possuem áreas com cobertura vegetal, na forma de Área de Preservação Permanente (APP) ou Reserva Legal (PLANO DIRETOR MUNICIPAL, 2009).

Destaca-se ainda a produção de leite como uma das principais fontes de renda de origem animal. Segundo dados do caderno do Instituto Paranaense de Desenvolvimento

⁴⁷ Localiza-se na área rural do município, a Nordeste da sede, próxima à comunidade de Faxinal da Boa Vista.

⁴⁸ Em relação ao PIB Agropecuário o município conta R\$ 55,27 milhões e PIB Serviços com R\$ 57,14 milhões.

Econômico e Social (IPARDES, 2015), a produção média de cada produtor é de 11.562 mil litros anuais, gerando R\$ 9.828,00 bruto.

3.2. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Da população total de Turvo-PR (13.811 habitantes), 63,45% residem na área rural e apenas 36,55% está na área urbana (quadro 4) (IBGE, Censo Demográfico, 2010).

Tipo de domicílio	Masculina	Feminina	Total
Urbano	2.435	2.613	5.048
Rural	4.545	4.218	8.763
Total	6.980	6.831	13.811

Quadro 4: População censitária em Turvo-PR segundo tipo de domicílio e sexo.
Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010). Organização: Neumann, E. (2015).

Localizado na Microrregião Geográfica de Guarapuava (mesorregião Centro-Sul), a altitude média do município de Turvo é de 1.040 metros, a latitude é de 25°02'34" Sul e a longitude é 51°31'47" Oeste. O município possui uma área territorial de 925,662 km², sendo um dos municípios mais extensos da Microrregião (figura 1) (IBGE, 2010).

Para melhor contextualizar nosso objeto de estudo, que é analisar a pluriatividade na agricultura familiar do município de Turvo-PR, torna-se necessário destacar alguns dados referentes ao município.



Figura 1: Localização geográfica do município de Turvo, no Paraná, Brasil.
Base de Dados: IBGE, 2015.
Elaboração: Neumann, E. (2015).

Segundo os dados do Censo agropecuário (2006), no Sul do Brasil mais de 84% dos estabelecimentos são familiares e no Paraná 81,63% dos estabelecimentos são familiares. No município de Turvo-PR predominam estabelecimentos familiares, correspondendo a 83,7% do total. Já os estabelecimentos não familiares compreendem a apenas 16,3% do total, como podemos observar no quadro 5.

Região, Estado e Município	Agricultura Familiar	%	Agricultura não Familiar	%	Total de estabelecimentos
Sul	849.997	84,48	156.184	15,52	1.006.181
Paraná	302.907	81,63	68.144	18,37	371.051
Turvo	1.408	83,7	274	16,3	1.682

Quadro 5: Número de estabelecimentos com agricultura familiar e não familiar (Sul do Brasil, Paraná e Turvo).

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Organização: Neumann, E. (2014).

O gráfico 4 destaca a distribuição da área dos estabelecimentos agropecuários entre agricultores familiares e não familiares em Turvo-PR.

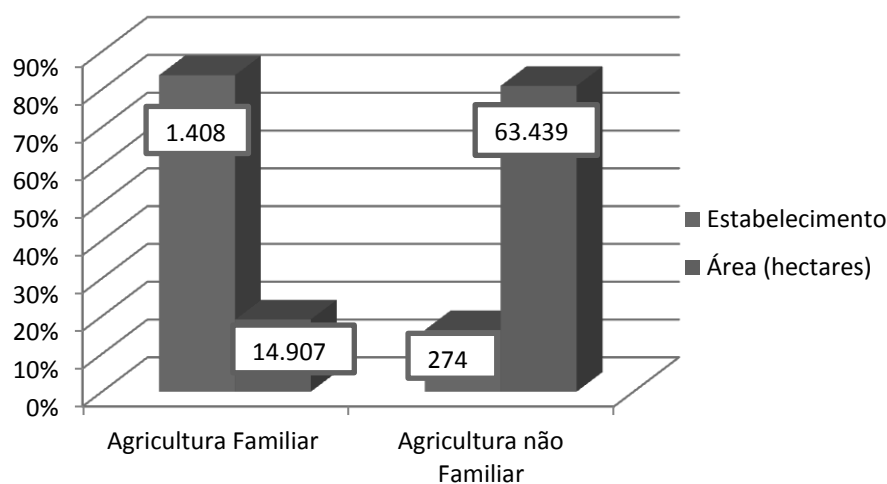


Gráfico 4: Número e Área (hectares) dos estabelecimentos agropecuários com agricultura familiar e não familiar em Turvo-PR.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Organização: Neumann, E. (2016).

Turvo caracteriza-se por possuir população predominantemente rural (63,5%) e estabelecimentos predominantemente familiares (83,7%). No entanto, a má distribuição de terras que ocorre em muitas áreas do Brasil, também acontece em Turvo-PR. O município caracteriza-se por uma estrutura fundiária marcadamente concentrada. Apesar do predomínio da agricultura familiar, a mesma conta apenas com 19,1% (14.907 hectares) da área total dos estabelecimentos. Entretanto, os estabelecimentos não familiares, que são

apenas 274, concentram 80,9% (63.439 hectares) da área total dos estabelecimentos do município.

O quadro 6 tem por objetivo apresentar mais detalhadamente a distribuição dos estabelecimentos por grupos de área total. Percebemos que até 50 hectares há 79,23% do total de estabelecimentos, que ocupam somente 16,89% da área total.

Grupos de área total (hectares)	Variável			
	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
< de 20	1118	66,45	6.607	8,39
20 - 50	215	12,78	6.675	8,50
50 - 100	101	6,00	7.294	9,28
100 - 200	53	3,15	7.390	9,41
200 - 500	47	2,79	14.272	18,17
500 - 2500	12	0,72	9.506	12,1
> de 2500	2	0,12	X	X
Total	1.682	100,00	78.564	100,00

Quadro 6: Número e área dos estabelecimentos agropecuários em relação aos grupos de área total – Turvo-PR.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Organização: Neumann, E. (2015).

Obs: Os dados das Unidades Territoriais com menos de 3 (três) informantes estão desidentificados com o caracter X.

Destacamos nos grupos de área de até 20 hectares 266 estabelecimentos (15,81% do total de estabelecimentos) com até 1 hectare, distribuídos em apenas 92 hectares (0,11% da área total dos estabelecimentos) (IBGE, 2006). No grupo de 1 até 5 hectares são 383 estabelecimentos (22,76% do número total de estabelecimentos) ocupando 1.158 hectares (1,47% da área total) (IBGE, 2006).

Já de 5 a 50 hectares são 684 estabelecimentos agropecuários (40,60% do total de estabelecimentos) distribuídos em 12.032 hectares (15,31% da área total).

Entretanto, ao somarmos os grupos de área de 50 até mais de 2.500 hectares, obtemos um total de apenas 215 estabelecimentos (12,78% do número total) distribuídos em 38.462 hectares (48,96% do total). Enquanto os estabelecimentos com até 50 hectares são ao todo 1.333 (79,17% do total de estabelecimentos) distribuídos em uma área de apenas 13.282 hectares (17,88% do total).

O que a análise dos dados da estrutura fundiária do município de Turvo-PR nos remete vai muito além da má distribuição de terras entre agricultura familiar e agricultura

não familiar. Analisando o gráfico 5 percebemos que, no grupo de área de até 20 hectares, há 1.118 estabelecimentos (66,45% do total de estabelecimentos do município), ocupando apenas 8,39% da área total dos estabelecimentos.

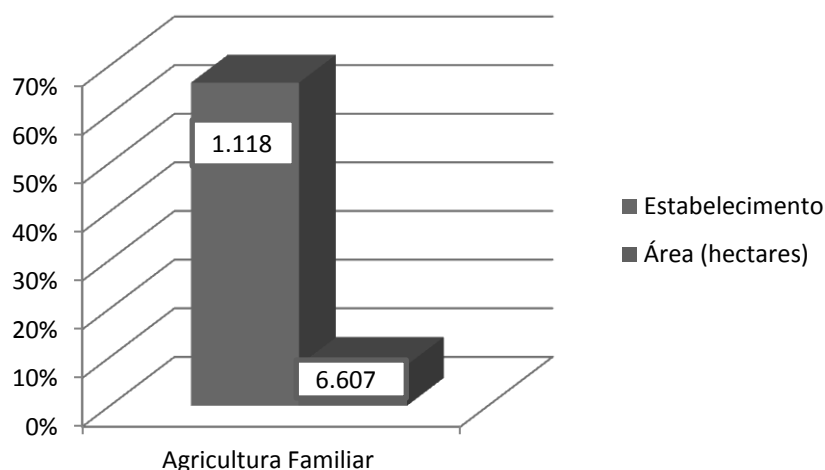


Gráfico 5: Número e porcentagem dos estabelecimentos familiares em relação aos grupos de área de até 20 hectares – Turvo-PR (2006).

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (2006).

Organização: Neumann, E. (2015).

Devemos levar em conta ainda que esses estabelecimentos que possuem até 20 hectares de terras, possuem Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente. Portanto, há áreas que são inadequadas para o cultivo, como exemplo, áreas muito íngremes, margens de rios, banhados, etc.

3.3. ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A DIVERSIDADE CULTURAL E TERRITORIAL

A organização da sociedade civil deu origem a diversas associações e entidades sociais contribuindo na luta dos agricultores familiares do município. Atualmente há um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), que tem o objetivo de reunir mensalmente técnicos, representantes das associações, secretário da agricultura da prefeitura municipal de Turvo-PR e técnicos da Emater, a fim de discutirem e encaminharem propostas de desenvolvimento para as áreas rurais.

A Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo, fundada em 1978, tem grande representatividade, principalmente no segmento da atividade leiteira. Desde então têm tido grande representatividade para a agricultura familiar do município, pois atualmente

viabiliza a produção de leite em pequenas propriedades, onde coleta, armazena e entrega para a indústria do setor (ROSÁRIO, 2006). Historicamente as primeiras ações da Associação eram de organizar feiras para que os agricultores familiares associados pudessem comercializar seu excedente. Era responsável ainda pela venda de insumos como rações e pintinhos para avicultura. Além das atividades relacionadas à produção de frango e verduras em geral, a Associação incentivou outros tipos de cultivos e criações a fim de diversificar a produção dos agricultores familiares. Em 1984 foi concluída a sede própria da Associação, onde foram instaladas máquinas para utilização dos associados, como secador e descascador.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo (STR) foi fundado em fevereiro de 1986, através do processo de organização dos agricultores familiares do município. Sua fundação fortaleceu a agricultura familiar. Contribuiu com a melhoria das condições de vida no meio rural através da organização de grupos de produção que desenvolvem alternativas para os agricultores, fortalece a articulação das agricultoras e apoia a manutenção do jovem no campo. Damos destaque ainda à importância do STR para os agricultores familiares, que entre seus objetivos destacamos alguns presentes no Art. 04 do Estatuto do STR: a) representar perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da categoria e os interesses individuais dos associados; d) colaborar como órgão técnico e consultivo no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a categoria; g) constituir serviços para a promoção de atividades culturais, profissionais e de comunicação; m) estabelecer negociações junto ao Estado visando à obtenção de conquistas para a categoria, e o desenvolvimento do meio onde vivem seus associados. Desta forma, o STR atua como prestador de serviços e “veículo” de comunicação entre os trabalhadores e o Estado, levando os interesses dos mesmos ao conhecimento dos setores administrativo e judiciário.

Além destas, podemos ainda mencionar algumas outras entidades que surgiram no município como a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural do Centro-Oeste do Paraná (RURECO), organização não governamental fundada no ano de 1986, em Turvo, com o objetivo de articular e apoiar regionalmente os agricultores familiares e de ser uma entidade de assessoria aos STRs e Associações de abrangência municipal nas áreas de produção, organização, gestão, comercialização e industrialização. A partir de 1989 transferiu sua sede administrativa para a cidade de Guarapuava. A Rureco se destacou, inicialmente, pelos trabalhos que desenvolveu em Turvo (CALEGARI, et al., 2011).

Podemos mencionar ainda o Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort (IAF), uma Organização Não-Governamental (ONG) fundada em 1995, por professores, técnicos, agricultores e um líder comunitário, que perceberam a descaracterização e degradação pela qual passava a floresta com araucária no município de Turvo-PR e região. Surgiu com objetivo de orientar os agricultores familiares na produção agroecológica de plantas medicinais, como também na formação de sistemas agroflorestais, resgate cultural de sementes crioulas⁴⁹, geração de renda em ambiente florestal, produção de alimentos básicos visando a segurança alimentar, a valorização do trabalho feminino, recuperação e conservação ambiental e a manutenção de sistemas tradicionais de uso da terra (faxinais).

A Associação dos Grupos Ecológicos de Turvo (Agaeco), uma organização fundada em 2001, por um grupo de agricultores ecologistas, com objetivo de avaliar e planejar ações do trabalho com agroecologia.

A Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo (Coopaflorea) foi fundada em janeiro de 2006, com o objetivo de organizar o processo de comercialização de plantas medicinais aromáticas e condimentares, erva-mate e outros produtos.

Destacamos ainda que os primeiros movimentos sociais do município de Turvo deram-se a partir dos anos de 1970, antes mesmo de sua emancipação, com a chegada do Padre João Adolfo e posteriormente de Bernardo Hakvoort⁵⁰. Fortemente marcada pela agricultura predominantemente de subsistência, as famílias agricultoras passavam por diversas dificuldades devido à falta de assistência técnica bem como de organização das comunidades as quais pertenciam. Naquela época, os agricultores encontravam-se em meio ao processo de modernização da agricultura. Então, o Padre João Adolfo diagnosticou os problemas e passou a incentivar, junto às famílias, a criação de lideranças comunitárias, e em 1977 convidou um engenheiro agrônomo holandês para prestar serviços e auxiliar nas comunidades rurais do município. Aceitando o convite, Bernardus Henricus Franciscus Hakvoort, posteriormente chamado de Bernardo holandês pela população, começou a visitar as comunidades levantando, inicialmente, os principais problemas.

⁴⁹ Sem agroquímicos, alimentos derivados de sementes sem mudança genética, e cultivados com adubos e fertilizantes orgânicos (ABRASCO, 2015).

⁵⁰ Bernardo Hakvoort (*in memoriam*), produtor rural, engenheiro formado pela Escola Superior de Águas, Solos e Florestas da Holanda, especializado em Planejamento e Política de Desenvolvimento Rural, com estágios e cursos em Israel, Oklahoma (EUA), Portugal, Alemanha e Suíça foi co-fundador da Pastoral Rural da Diocese de Guarapuava, da Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo, Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Fundação RURECO) e do Instituto Agroflorestal (IAF) (HAKVOORT, 1997).

Chegou em Turvo em 1977, com sua esposa Agnes (Inez) Hakvoort e seu primeiro trabalho foi visitar as comunidades em companhia do Padre João Adolfo Barendse, conhecendo a situação de cada uma. Em seguida passou a implantar nas comunidades campos demonstrativos de como melhorar a produção das lavouras tradicionais de milho e feijão, ao mesmo tempo em que junto com sua esposa começava a organizar grupos de jovens e de mulheres enviando lideranças para curso de formação (HAKVOORT, 1997, p. 39).

Desta forma, Hakvoort dava apoio técnico aos agricultores familiares, orientava como utilizar melhor o solo, a desenvolver a horticultura, fruticultura, a fazer adubo orgânico. Orientou os agricultores a diversificarem a produção, que, na época, era composta basicamente pelas culturas de milho e feijão.

Dentre estas entidades e organizações sociais originadas no município, destacamos a Associação de Hortifrutigranjeiros e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Segundo os agricultores, elas se destacam pela importância, principalmente na viabilização da comercialização do leite e na expedição de documentos, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), auxílio à obtenção de aposentadoria rural, cursos, convênios médicos, habitação rural, entre outros.

3.4. UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE A DIVERSIDADE TERRITORIAL DAS COMUNIDADES RURAIS PESQUISADAS

As comunidades rurais representam a diversidade cultural e étnica do município, contendo comunidades tradicionais, como quilombolas⁵¹ (Curitibinha/Campina dos Morenos), reserva indígena (Marrecas) com tribos Guaranis e Kaigangs e sistema de faxinal (Faxinal Saudade Santa Anita e Faxinal dos Rodrigues).

Atualmente o município de Turvo é composto por diversas comunidades rurais, como: Dodge, Cachoeira dos Turcos, Pachecos, Rio do Salto, Campina das Palmeiras, Ilha das Bandeiras, Porterinha, Saudade Santa Anita, Saudade Penha, Rio Bonito, Cambucica, Rio Pedrinho, Passa Quatro, Santinho, Colônia Velha Ivaí, Banhado Vermelho, Faxinal da Boa Vista, Cachoeira dos Mendes, Carriel, Arvoredo, Arroio Fundo dos Pupo, Arroio Fundo Neumann, Arroio Fundo Rizi entre outras (figura 2).

⁵¹ Quilombos são comunidades formadas por grupos étnicos de população predominantemente negra, podendo ser residentes urbanos ou rurais, que tem ligações com a terra. Esses grupos se autodefinem por laços de parentesco, por ocupação de um território delimitado e cultura própria (CARNEIRO, 2010).

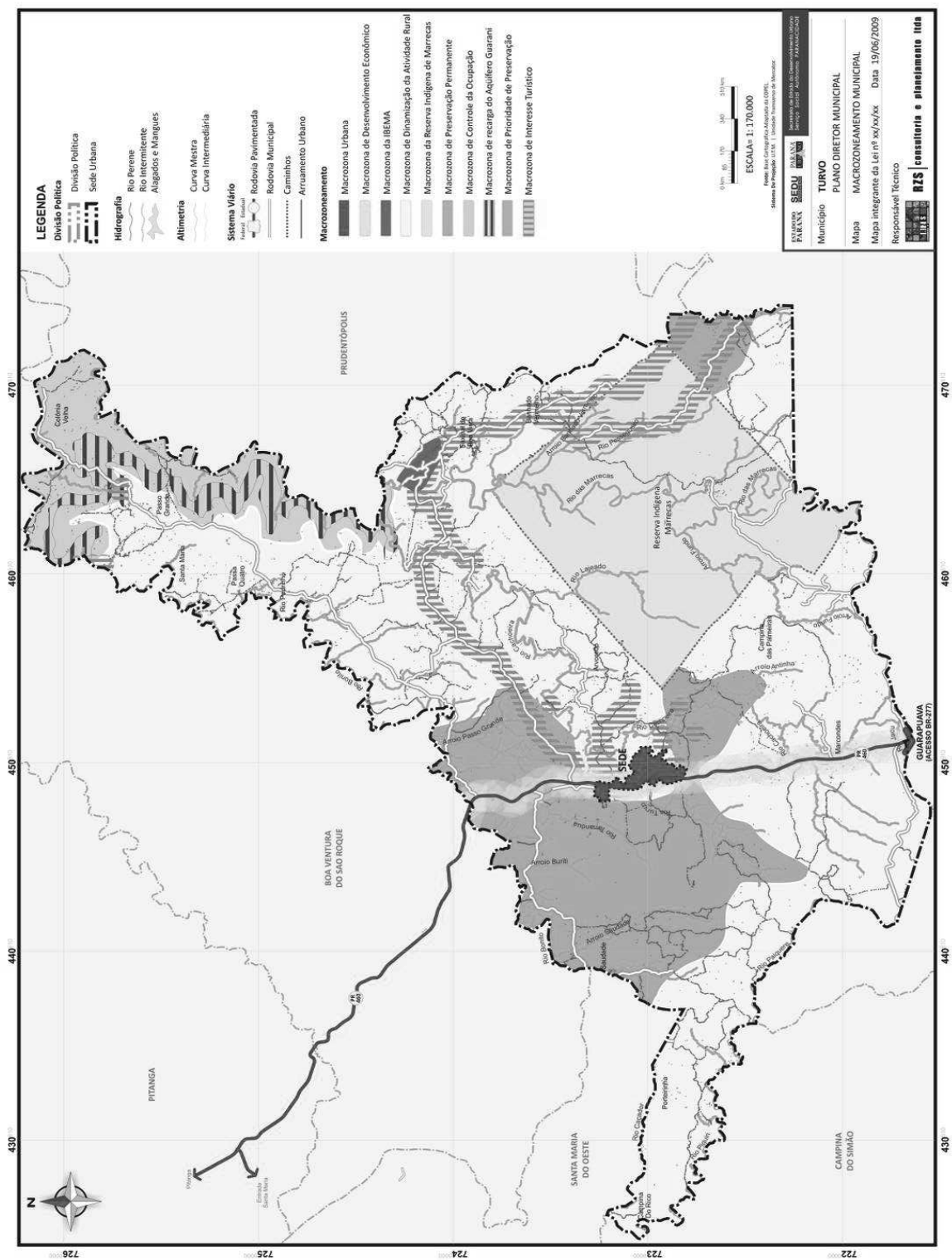


Figura 2: Mapa de Macrozonamento do Município de Turvo – Paraná – 2009.
 Fonte: Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Turvo – PR, 2009.

Conforme a figura 2, que apresenta o mapa de macrozoneamento do município de Turvo-PR, podemos identificar um pouco da diversidade que o mesmo possui. A rodovia pavimentada que corta o município liga os municípios de Pitanga e Guarapuava. Na cor vermelha podemos verificar a área urbana do município que corresponde a aproximadamente 372 hectares (3,72 km²), contendo 36,55% da população total.

O restante da área (em cor bege mais clara) corresponde à área rural, que conta com 63,45% da população do município. A cor bege escura corresponde à reserva indígena do município que possui aproximadamente 16.838 hectares.

A cor verde representa à Área de Preservação Permanente (APP) com aproximadamente 16.000 hectares. Evidenciamos que nesta, há uma área de faxinal reconhecida como Área Regulamentada de Uso Sustentável (Aresur)⁵². A exemplo do município, o Faxinal Saudade Santa Anita possui uma grande diversidade agrícola e não agrícola, dentre elas, a presença de agroindústria familiar, com a produção de pães, bolachas e doces, escola municipal e estadual, unidade básica de saúde, mercado e loja de confecções. A agropecuária se caracteriza principalmente pela produção de milho e feijão e criatórios de bovinos e suínos. Há também o cultivo de plantas aromáticas, ervas medicinais e o extrativismo de erva-mate e pinhão.

Já a área em roxo corresponde a uma unidade da Ibema⁵³. A empresa foi fundada em abril de 1988 e desde então é responsável por uma grande demanda de empregos na região. Conseqüentemente é responsável por dinamizar o espaço rural do município, principalmente das comunidades rurais próximas à sede da indústria, onde alguns membros das famílias, principalmente os mais jovens, optam por trabalhar na empresa, configurando-as como pluriativas. A porção nordeste do mapa corresponde à área de recarga do Aquífero Guarani.

Destaca-se ainda a Rio Bonito Embalagens⁵⁴, que tem sua sede no município de Boa Ventura de São Roque, no entanto, oferece mão de obra também à população do

⁵² Foram criadas em 1997, através do Decreto Estadual 3.446/1997, com objetivo de melhorar as condições de qualidade de vida das comunidades tradicionais e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades com a conservação ambiental. Incluem também a proteção da *Araucária angustifolia*, através do recebimento por parte do município de ICMS Ecológico - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (PARANÁ, 1997).

⁵³ Companhia Brasileira de Papel – Indústria de papel e celulose. Seu ramo de atividade principal é a fabricação de papel, sendo considerada uma empresa de grande porte.

⁵⁴ A Rio Bonito Embalagens Ltda foi fundada em 1995. Pertence ao ramo de fabricação de embalagens de papel, sendo de grande importância na oferta de empregos para população dos municípios (principalmente de Turvo e Boa Ventura de São Roque). Em entrevista a um agricultor familiar pluriativo, relatou-se que, se não fosse pela empresa sua família já teria migrado para outra região ou município em busca de emprego, devido a impossibilidade de viver apenas da agricultura e porque a área útil de terra é pequena.

município de Turvo, principalmente para aquela localizada próxima a indústria, que está instalada às margens do Rio Bonito, rio que divide os municípios. Este mesmo rio dá nome a uma comunidade do município de Turvo, que fica próxima a indústria. Ressaltamos ainda que a empresa está construindo uma de suas usinas de beneficiamento em território turvense, bem como possui áreas em Turvo, com reflorestamento de pinus.

Ainda no mapa de macrozoneamento podemos identificar as várias comunidades rurais do município, onde foram realizados os trabalhos de campo da pesquisa. O território do município se estende das margens do rio Piquiri às margens do rio Ivaí.

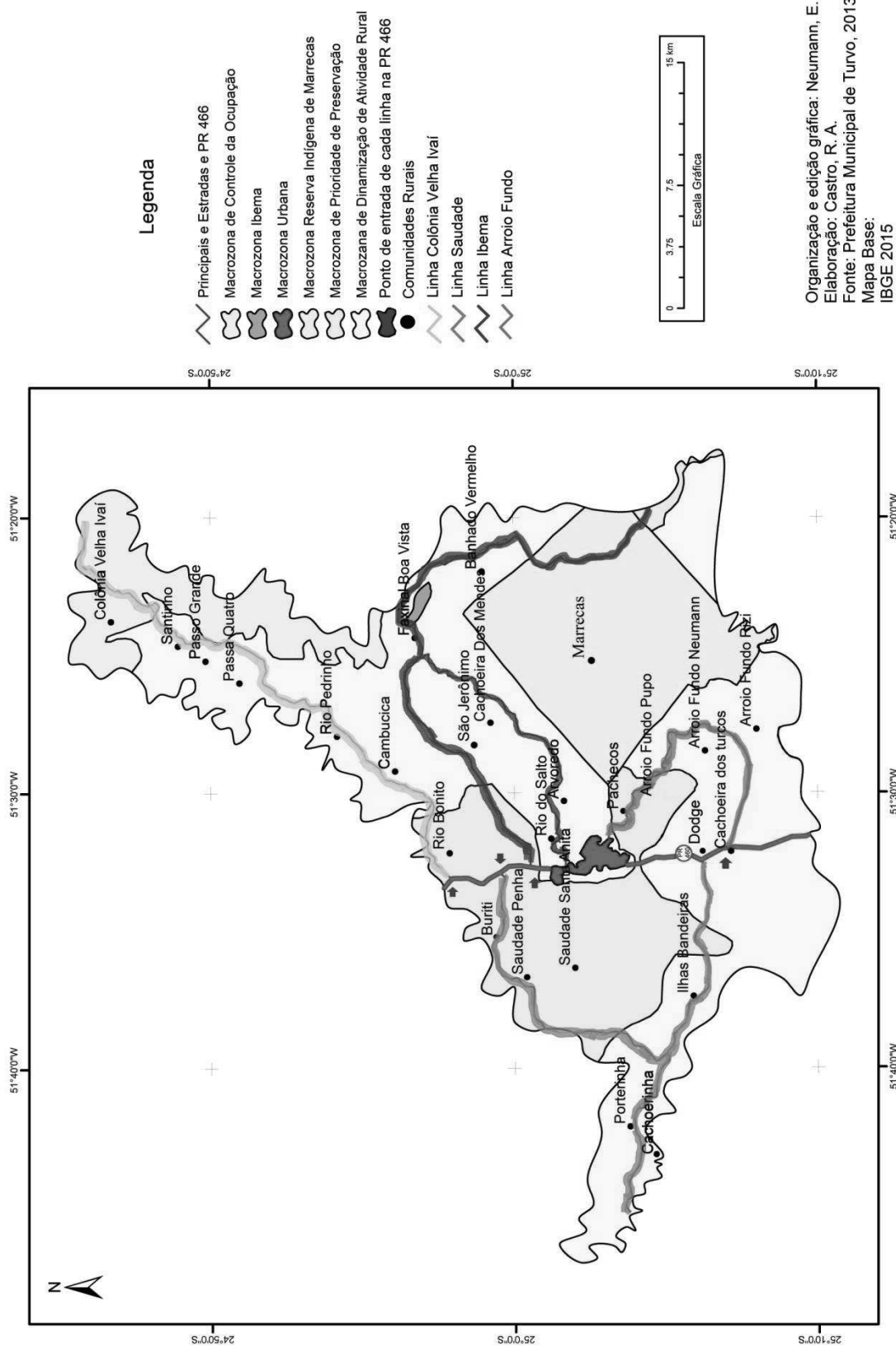
Desta forma, o macrozoneamento não representa só a delimitação do município, mas também as características e diversidades da paisagem rural de Turvo.

Os anos de 1996 e 1997 foram marcados pelo surgimento, no meio rural, de várias associações em nível de comunidade. Elas foram o resultado do trabalho das diversas entidades da sociedade civil do município. Ao todo foram criadas 14 associações, atingindo 19 comunidades (CALEGARI, et al., 2011). Atualmente, segundo a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente (2013) o município possui cerca de 20 Associações e aproximadamente 40 comunidades/localidades rurais.

Em todas as comunidades há associações, englobando comunidades menores. As associações têm por objetivo auxiliar na organização dos agricultores, os quais elegem um presidente, que será o representante da comunidade. Algumas dessas associações recebem da governança municipal máquinas agrícolas (patrulha agrícola) e assistência técnica para auxiliar na produção. Com base em um regimento interno um dos membros da associação é escolhido para ser o operador das máquinas, o qual recebe por hora de serviço prestado. Tanto o valor da hora-máquina quanto o do combustível são acessíveis aos associados em comparação com os valores cobrados por particulares.

Para analisarmos a pluriatividade no município de Turvo, buscamos elaborar um mapa (figura 3), com objetivo de delimitar quatro Linhas principais que ligam as comunidades. Cada Linha principal que liga às comunidades localizadas em cada extremo do município possui uma dinâmica socioeconômica particular, que está associada tanto às atividades agrícolas (influenciada pelo microclima, relevo, temperatura, tipo de solo etc.), quanto às atividades não agrícolas (prestação de serviços em órgãos públicos; ocupação no setor privado, tanto na área urbana quanto rural do município; ocupação no setor industrial, autônomos, etc.).

Caracterização das Comunidades de Turvo - PR



Organização e edição gráfica: Neumann, E.
 Elaboração: Castro, R. A.
 Fonte: Prefeitura Municipal de Turvo, 2013
 Mapa Base: IBGE 2015

Figura 3: Localização geográfica das comunidades/Linhas rurais do município de Turvo-PR.

A seguir discutiremos a diversidade da pluriatividade na agricultura familiar a partir de quatro Linhas principais que ligam as comunidades (e suas respectivas distâncias da sede do município, tendo como ponto de referência o Hotel Bettega, localizado as margens da PR 466, km 223, antigo km 38, entre os dois trevos de acesso à sede), como podem ser vistas na figura 3.

A Linha 1 ou Linha Ivaí⁵⁵, liga a PR 466 à Colônia Velha Ivaí (50 km), passando por Rio Bonito (11 km), Cambucica (20 km), Rio Pedrinho (28 km), Passa Quatro (30 km), Passo Grande (40 km), Santinho (45 km), e outras comunidades que não estão representadas no mapa, como já citado.

A Linha 2 ou Linha Saudade Santa Anita⁵⁶, liga a PR 466 com a Saudade Santa Anita (27 km), e outras comunidades como Rio Bonito II⁵⁷ (15 km), Buriti (13 km), Saudade Penha (16 km), Porterinha (32 km), Cachoeirinha (37 km), entre outras. Esta Linha permite ligação à Ilha Bandeiras também por outra via/estrada (10 km).

A Linha 3 ou Linha da Ibema⁵⁸, liga a PR 466 com Banhado Vermelho (36 km) e Salto São Francisco (60 km), passando por comunidades como São Jerônimo (16 km), Rio do Salto (5 km), Arvoredo (8 km), Cachoeira dos Mendes (24 km), Carriel e Faxinal da Boa Vista (31 km).

A Linha 4 ou Linha Arroio Fundo⁵⁹, liga a PR 466 às comunidades de Arroio Fundo dos Neumann (16 km), Arroio Fundo dos Rizi (16 km), Arroio Fundo dos Pupo (7 km), Pachecos (3 km), Dodge (7 km), Cachoeira dos Turcos (10 km) e Campina das Palmeiras (15 km). Destacamos que essa linha parte de dois pontos: PR 466 e área urbana do município (11 km).

Desta forma, buscamos analisar e compreender, a seguir (capítulo IV), a pluriatividade do município a partir das principais Linhas que ligam as comunidades. Cada Linha é caracterizada por uma dinâmica socioeconômica diferente, podendo influenciar nas famílias na hora de decidirem por desenvolverem ou não atividades não agrícolas.

⁵⁵ São 10 km da sede (Hotel Bettega) do município a entrada da linha, na PR 466.

⁵⁶ São 7 km da sede (Hotel Bettega) do município a entrada da linha, na PR 466.

⁵⁷ Rio Bonito é o nome do rio que divide os municípios de Turvo e Boa Ventura de São Roque. A comunidade Rio Bonito, que está localizada no extremo Norte do município, é “cortada” pela PR 466. Assim, uma pequena porcentagem das famílias da comunidade ficou de um lado da PR 466, a Oeste, a qual denominamos como Rio Bonito II, e uma maior parte, do lado Leste, definimos como Rio Bonito. Percebemos, segundo o mapa (figura 03), que as linhas citadas partem da PR 466, uma em direção oeste, e outra para leste do município. A PR 466 foi usada como delimitador das linhas, sendo o ponto de partida de cada uma delas. Desta forma, Rio Bonito II fica fora da linha Colônia Velha Ivaí e dentro da linha da Saudade.

⁵⁸ São 5 km da sede (Hotel Bettega) do município a entrada da linha na PR 466.

⁵⁹ São 10 km da sede (Hotel Bettega) do município a entrada da linha na PR 466.

CAPÍTULO IV



**A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR A
PARTIR DA DINÂMICA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO
DE TURVO-PR**

Para Fonseca (2002), a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa. Utilizamos a pesquisa participante que, caracteriza-se pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Sendo assim, após os apontamentos teóricos feitos nos capítulos I e II, e a contextualização do município no capítulo III, este último capítulo tem por objetivo analisar empiricamente a pesquisa, onde trabalharemos o objeto de estudo, que é a pluriatividade na agricultura familiar do município de Turvo-PR.

Portanto, dividimos este capítulo em duas seções: “análise e sistematização dos dados obtidos em campo”, onde discutimos os dados primários, com objetivo de compreender a realidade em que os agricultores estão inseridos, discutindo e apresentando as especificidades de cada uma das quatro linhas; e a seção “análise da pluriatividade na agricultura familiar como estratégia de permanência no espaço rural”, que encerra o capítulo, e teve por objetivo analisar a diversidade do espaço rural de Turvo, bem como discutir a pluriatividade na agricultura familiar do município.

4.1. ANÁLISE E SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS EM CAMPO

Segundo Gil (2007, p. 17), podemos definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se através de um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Desta forma, elaboramos este subitem para apresentação dos dados obtidos em campo. Partimos inicialmente da análise dos dados obtidos de cada Linha de forma individual. Apresentamos algumas especificidades e aspectos da dinâmica agrícola e não agrícola, entre outras características, que dinamizam e motivam a pluriatividade em cada Linha. Apresentamos ainda, registros fotográficos e relatos dos entrevistados. Finalizamos com uma síntese das quatro Linhas.

4.1.1. Linha Colônia Velha Ivaí

Das quatro Linhas estudadas, a Linha do Ivaí (Colônia Velha Ivaí) é a que apresenta as comunidades mais distantes e “isoladas” do município. Há comunidades que

estão a, aproximadamente, 55 km da sede do município. A estrada principal é apenas “cascalhada”. O relevo se caracteriza por ser forte ondulado, e escarpado nas vertentes dos rios Ivaí e Marrecas, na porção Norte do município. As altitudes variam de 450 metros no vale do Rio Ivaí até cerca de 1.220 metros na cabeceira do rio Marrecas (PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, 2013). A Linha inicia-se na comunidade Rio Bonito, onde faz divisa com o município de Boa Ventura de São Roque e a altitude é de 985 metros e termina na comunidade de Colônia Velha Ivaí, onde faz divisa com Cândido de Abreu e Prudentópolis e a altitude é de 450 metros.

A dinâmica agrícola (intensiva) desta Linha inicia-se na comunidade Rio Bonito com as culturas da soja, pínus e eucalipto, estendendo-se principalmente até a comunidade de Cambucica (figura 4).



Figura 4: Comunidade de Cambucica, em meio à extensa área de cultivo de soja. Linha Colônia Velha Ivaí.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

A partir da comunidade de Passa Quatro, localizada a uma altitude média de 960 metros, em direção ao Passo Grande, a altitude começa a diminuir até chegar a 450 metros, na Colônia Velha Ivaí. Nesta área as temperaturas são maiores (3 a 4 graus) e o relevo é escarpado (figura 5), impedindo o desenvolvimento da agricultura intensiva. Ganha lugar a agricultura extensiva, pastagem natural e a criação de bovinos. Destacamos ainda a fruticultura com a produção de abacate, mamão, laranja, abacaxi entre outros.



Figura 5: Relevo forte ondulado em direção à comunidade Colônia Velha Ivaí, Linha Colônia Velha Ivaí.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

No que refere-se à área de terras das 15 famílias entrevistadas, 13 possuem até 1 (um) módulo fiscal (18 hectares), sendo as outras duas com até 2 módulos fiscais, como verificamos no gráfico 6.

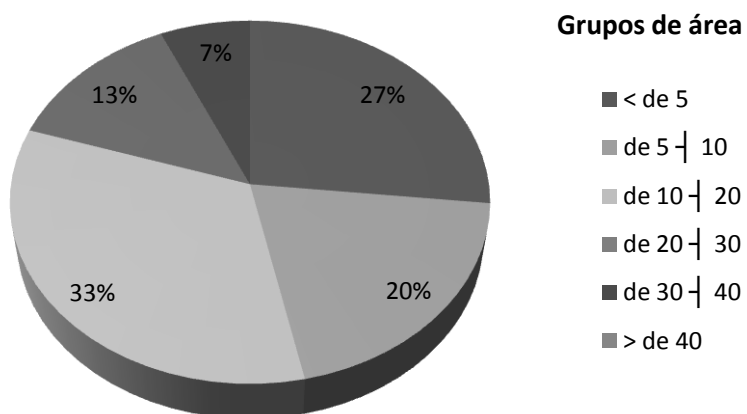


Gráfico 6: Percentual de estabelecimentos familiares por grupos de área na Linha Colônia Velha Ivaí.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Notamos que 80% dos estabelecimentos entrevistados possuem até 20 hectares. Dos estabelecimentos analisados, 33% possuem áreas de terras com 10 a menos de 20 hectares. Já no grupo de área de 5 a menos de 10 hectares são 20% dos estabelecimentos entrevistados e com menos de 5 hectares são 27% dos estabelecimentos.

Em relação ao tipo de atividades agropecuárias que essas famílias desenvolvem destacamos a pecuária de corte e de leite, presentes em 12 estabelecimentos analisados (80%). A atividade é frequente nos estabelecimentos devido ao relevo acidentado, o que dificulta a agricultura (intensiva). No entanto, há pecuária de corte, presente em 11 estabelecimentos (73,33%). A pecuária leiteira está presente em 8 estabelecimentos, sendo que destes apenas 3 comercializam o leite, os outros 5 o utilizam apenas para o autoconsumo.

Destacamos agricultores familiares que cultivam mandioca, presente em 14 estabelecimentos (93,33%). O cultivo é responsável por complementar a renda dos agricultores, que comercializam em feiras locais ou vendem para “atravessadores”.

Importante complemento na renda dos agricultores familiares pluriativos desta linha, a mandioca é cultivada, colhida e preparada com a mão de obra apenas familiar (figura 6). A família desta imagem, mesmo com uma propriedade pequena (12 hectares), diversifica a produção entre o cultivo de hortaliças para venda, milho, feijão e arroz (única família, das 60 entrevistadas, com o cultivo do cereal).

Outro fator importante que devemos destacar é que dos 4 membros dessa família, 3 desenvolvem exclusivamente a agricultura e apenas um desenvolve atividade não agrícola fora do estabelecimento (transporte de alunos), e de forma parcial, dedicando seu tempo predominantemente à agricultura. Durante a entrevista a família relatou que a motivação que leva um dos membros a desenvolver atividade fora do estabelecimento é a complementação de renda, principalmente em épocas que algum cultivo não traz retorno suficiente.



Figura 6: Processo de lavagem e corte da mandioca na comunidade Colônia Velha Ivaí, Linha Colônia Velha Ivaí.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Na figura 7 temos a visão parcial de um estabelecimento na comunidade de Rio Bonito, com área de 2,5 hectares, com cultivo de erva-mate, mandioca e milho. O estabelecimento fica ao lado de uma plantação de pinus, em estabelecimento não familiar. O chefe da família desse estabelecimento além de desenvolver atividades agrícolas também desenvolve uma atividade não agrícola. É funcionário na Rio Bonito Embalagens.



Figura 7: Cultivo de milho, Erva-Mate e Mandioca, na comunidade Rio Bonito, Linha Colônia Velha Ivaí.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Do total de famílias entrevistadas em todas as Linhas, apenas uma, em Passo Grande, possui agroindústria familiar, estando legalizada segundo normas fiscais e sanitárias. Além da agroindústria (padaria e confeitaria), a família cultiva hortaliças (autoconsumo e venda), desenvolve a pecuária leiteira (autoconsumo e venda) e criação de suínos e aves para o autoconsumo. O chefe da família, além de desenvolver atividades agrícolas, também desempenha uma atividade não agrícola, como professor na escola da Comunidade Passa Quatro.

A família é composta por três membros. O marido (34 anos) ocupa-se predominantemente na escola, a esposa (33 anos) ocupa-se predominantemente na agroindústria e a filha (12 anos) é estudante.

Outro destaque, é que nesta Linha encontramos uma das poucas ocupações por conta própria (figura 8). A família é composta por três membros: um ocupa-se exclusivamente na agricultura (esposa), outro ocupa-se exclusivamente em atividade não agrícola fora do estabelecimento (filho) e um que ocupa-se parcialmente em atividade não agrícola no estabelecimento (chefe da família⁶⁰) e parcialmente na agricultura (no estabelecimento).

Os entrevistados destacaram que desenvolvem as duas atividades não agrícolas devido à desvalorização da produção de hortaliças. Segundo eles, não é possível permanecer apenas com atividades agrícolas sendo necessário combinar atividades agrícolas e não agrícolas para poderem viver mais confortavelmente. Apesar de dois membros desenvolverem atividades não agrícolas, a maior fonte da renda tem origem nas atividades agrícolas do estabelecimento e, em duas aposentadorias.

⁶⁰ Sofreu acidente de trabalho quando tinha ocupação fora do estabelecimento, por este motivo desenvolve atividades em tempo parcial.



Figura 8: Borracharia e cultivo de hortaliças em estabelecimento familiar pluriativo. Comunidade Cambucica, Linha Colônia Velha Ivaí.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

As atividades não agrícolas que destacam-se nas comunidades do Passo Grande, Passa Quatro, Santinho e Colônia Velha Ivaí estão ligadas aos serviços públicos (posto de saúde e escolas municipal e estadual), que ocupam 38% (8) dos membros das famílias investigadas, enquanto que o setor privado representa 29% (6 membros), autônomos 24% (5 membros) e ocupados em entidades sociais 9% (2 membros). O destaque no setor privado é a Rio Bonito Embalagens, que oferece empregos principalmente para população do Rio Bonito e Cambucia, totalizando cinco membros ocupados nesta empresa.

Ainda, referente ao local de trabalho das famílias entrevistadas, encontramos apenas dois membros que trabalham na área urbana do município: um reside na comunidade da Colônia Velha Ivaí, que é motorista, e o outro reside na comunidade Rio Bonito, e trabalha na associação de hortifrutigranjeiros. Desta forma, o deslocamento é facilitado⁶¹, já que a Comunidade de Rio Bonito fica a 11 km da sede, sendo apenas 1 (um) km de estrada de chão batido.

Dos membros das famílias entrevistadas que trabalham fora do estabelecimento, predomina o marido em 47% dos casos. A esposa e filhos representam, ambos, 24% dos casos. Destacamos que houve famílias com mais de um membro ocupado em atividades não agrícolas. Nesta linha identificamos 21 pessoas desenvolvendo atividades não agrícolas (gráfico 7).

⁶¹ Entretanto, a principal reclamação dos agricultores é em relação ao estado de conservação das estradas, que é ruim. Este fato torna ainda mais difícil o acesso dos moradores de comunidades mais distantes à sede do município. Muitas comunidades, em épocas de chuvas intensas, ficam isoladas.

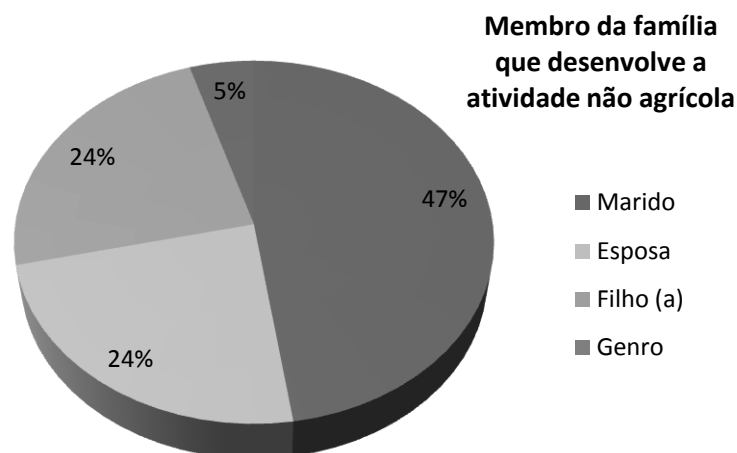


Gráfico 7: Membro da família que desenvolve a atividade não agrícola na Linha Colônia Velha Ivaí.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Dentre as motivações que levam os membros das famílias a decidirem por desenvolver atividades não agrícolas estão àquelas ligadas a complementação da renda (71%). Já as atividades não agrícolas são a principal fonte de renda para 19% dos entrevistados.

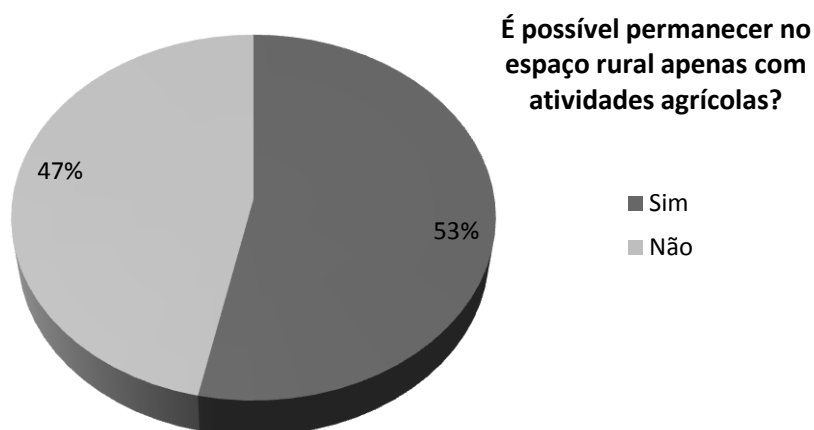


Gráfico 8: Possibilidade de permanecer no espaço rural apenas com atividades agrícolas.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Percebe-se que independente das motivações que levem as famílias a desenvolverem atividades não agrícolas em combinação com atividades agrícolas, em geral elas estão cientes da importância das atividades agrícolas no estabelecimento. Das 15

famílias entrevistadas, 47% disseram não ser possível permanecer no meio rural apenas desenvolvendo atividades agrícolas (gráfico 8).

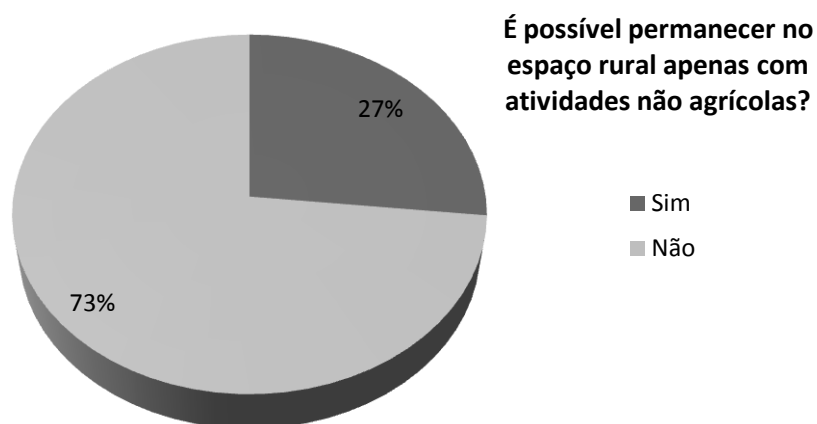


Gráfico 9: Possibilidade de permanecer no espaço rural apenas com atividades não agrícolas.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Em contrapartida, 73% disseram não ser possível permanecer apenas com atividades não agrícolas (gráfico 9), o que indica que não há tendência de abandono das atividades agrícolas. Até mesmo os agricultores que disseram ser possível permanecer apenas com atividades não agrícolas, estão conscientes das dificuldades que passariam.

Para o conjunto das famílias, uma das motivações da permanência no espaço rural é o custo de vida mais baixo, justamente devido a possibilidade de produção agropecuária mesmo que para o autoconsumo. Desta forma, a maioria vê como inviável o abandono da prática agrícola.

Destacamos ainda que das 4 famílias que disseram ser possível permanecer apenas desenvolvendo atividades não agrícolas, 3 são funcionários públicos que trabalham na escola municipal e estadual desta Linha. O que os motiva é a estabilidade financeira e a renda mensal fixa. Por fim, dos 73% que disseram não ser possível permanecer apenas de atividades não agrícolas, disseram, unanimemente, que é preciso combinar atividades agrícolas com não agrícolas, e que a renda de uma, complementa a de outra.

4.1.2. Linha Saudade

Uma das principais características da Linha Saudade é a presença do Faxinal Saudade Santa Anita, reconhecido como Aresur. O extrativismo da erva-mate é uma importante fonte de renda dos faxinalenses e das demais comunidades que fazem parte

desta Linha. Entrevistamos 15 famílias, e destas, 13 afirmaram realizar a extração da erva-mate. De modo geral, a Linha Saudade é a que tem maior predominância desta atividade.

A tração animal (figura 9) é utilizada pelos agricultores familiares, onde as “bolas de erva” são colocadas em cima de uma espécie de suporte de madeira ou metal, e puxados por cavalos ou bois até o local onde a indústria compradora recolherá. Destacamos que o estabelecimento da figura 9 pertence ao faxinal Saudade Santa Anita, mas seus moradores não se identificam como faxinalenses, mas como produtores rurais. Isto demonstra a presença de conflito de identidade, além daquele presente com a grande produção.



Figura 9: Tração animal no transporte das “bolas de erva” e depósito de ração. Faxinal Saudade Santa Anita.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Por outro lado, outra família entrevistada, mesmo localizada fora da área do faxinal Saudade Santa Anita, informou que se sentia pertencente a ele. O chefe da família destacou sentir-se pertencente ao faxinal, pois nasceu e cresceu no mesmo.

Outra atividade desenvolvida na Linha Saudade, bem como na Linha Ivaí, é a pecuária de corte. São 11 famílias que a praticam na Linha Saudade. Destacamos também que 10 famílias desenvolvem a pecuária leiteira, sendo que destas, 8 para comercialização.

O extrativismo do pinhão na Linha Saudade é o mais expressivo entre as 4 Linhas, e está presente nas atividades de 7 famílias. Os faxinalenses combinam áreas de pastagens com florestas, sendo a araucária predominante na região (figura 10).



Figura 10: Residência em meio a Floresta Ombrófila Mista, Comunidade Saudade, Linha Saudade. Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Ainda a respeito das atividades econômicas desenvolvidas nos estabelecimentos familiares, destacamos que o maior número de criatórios de suínos entre as quatro Linhas estão presentes na Linha Saudade. A produção de milho, estimulada pela criação de suínos, está presente em 14 dos 15 estabelecimentos analisados.

Outra cultura agrícola presente nesta Linha, como também na Linha Ibema, é a soja, cultivada por 5 famílias. Uma das hipóteses para explicar o cultivo da soja por estas 5 famílias, é que os estabelecimentos se encontram em áreas planas e mecanizáveis (figura 11).



Figura 11: Extensa área de soja, Comunidade Cachoeirinha, Linha Saudade. Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

O cultivo da soja foi identificado em áreas de terras de 20 a mais de 40 hectares. Ressaltamos, entretanto, que o número de estabelecimentos com área entre 20 a menos de 30 hectares é de 5 estabelecimentos, e que o número de estabelecimentos com área superior a 40 hectares é de 3 estabelecimentos, sendo então, a linha com o maior número de estabelecimentos com mais de 40 hectares (gráfico 10).

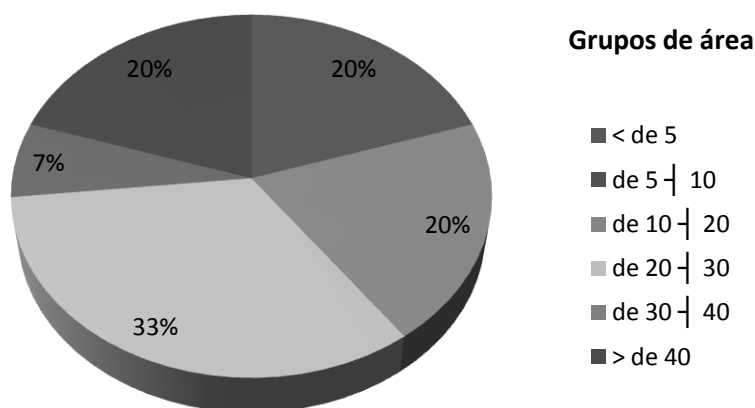


Gráfico 10: Número de famílias por grupos de área da Linha Saudade.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Identificamos no grupo de área de mais de 40 hectares um estabelecimento familiar com 72 hectares (exatos), localizado na comunidade Cachoeirinha. Do total de 5 membros da família que reside neste estabelecimento, 2 já migraram, mesmo que o estabelecimento familiar possua boa infraestrutura para o desenvolvimento das atividades diárias e área significativa, para os padrões locais. Atualmente apenas 3 pessoas residem na unidade de produção. O chefe do estabelecimento e seu filho desenvolvem exclusivamente atividades agrícolas, e a esposa desenvolve exclusivamente atividade não agrícola fora do estabelecimento. Ela é professora, e as motivações que a levam a permanecer na atividade é a identificação com a profissão, complemento de renda e autonomia.

Até a década de 1990 essa família produzia apenas feijão, milho e leite (autoconsumo), tendo aderido ao cultivo da soja e da pecuária leiteira, para comercialização, após 1990. A pecuária leiteira foi abandonada recentemente, em função do baixo preço e dos altos custos de produção. A atividade não agrícola no estabelecimento é desenvolvida pela esposa do chefe do estabelecimento desde antes da década de 1990.

Temos percebido um aumento no cultivo da soja entre as famílias de agricultores familiares. Tradicionalmente esse cultivo predomina entre os agricultores com maiores porções de terras.

No que diz respeito às vias de acesso a esta Linha, devemos destacar que a estrada principal que liga as comunidades não é pavimentada e as estradas secundárias, em períodos de chuvas intensas, ficam intransitáveis (figura 12). Algumas famílias entrevistadas relataram que ficaram “ilhadas” em suas residências no período de chuvas que ocorreu nos últimos meses de 2015.



Figura 12: Agricultor não familiar “tentando” arrumar a estrada secundária que dá acesso à sua propriedade, na Comunidade Saudade Santa Anita, na Linha Saudade.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

A exemplo da Linha da Colônia Velha Ivaí, a Linha Saudade também possui escolas públicas, municipal e estadual, e atividades comerciais, com mercado e armazém. Dentre os serviços públicos conta com uma unidade de saúde em funcionamento. Tais atividades influenciam no dinamismo da pluriatividade na linha.

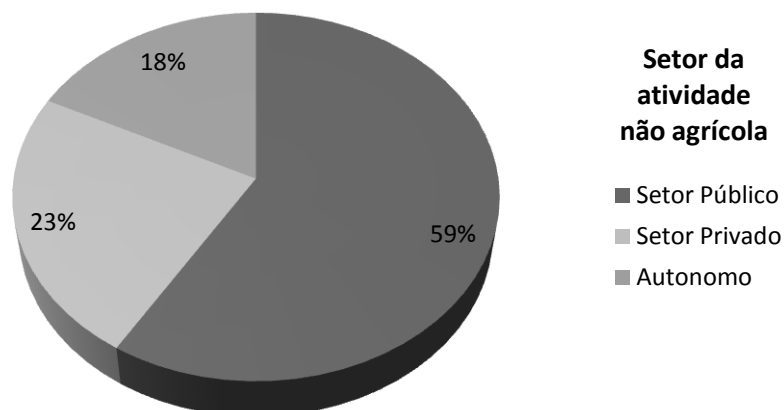


Gráfico 11: Setor em que desenvolve atividade não agrícola. Linha Saudade.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Dentre as quatro linhas, é na Linha Saudade que o setor público absorve maior número de membros de famílias que se empregam em atividades não agrícolas (gráfico 11). Assim, o setor público ocupa 59% dos 17 membros que tem ocupação fora da agricultura na referida Linha. Destacamos ainda, que é na Linha Saudade onde há um menor número de ocupados fora da agricultura.

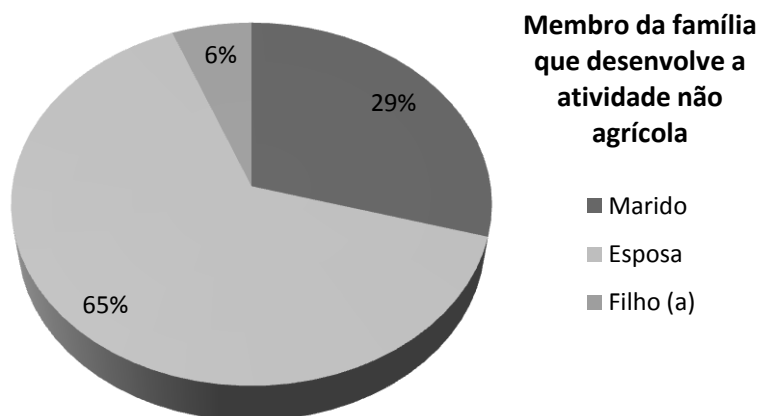


Gráfico 12: Membro da família que desenvolve a atividade não agrícola. Linha Saudade.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Em relação ao membro da família que desenvolve atividade não agrícola (gráfico 12), destacamos a esposa, com um percentual de 65% (onze esposas), marido com 29% (5 maridos) e filha 6% (uma filha). Das esposas, dez possuem atividades não agrícolas na própria localidade e apenas uma na área urbana, devido à proximidade da Comunidade Ilha das Bandeiras a sede. Outro membro que trabalha na área urbana, dentre outros motivos devido a proximidade da Comunidade a sede, é a filha (uma), que reside na comunidade Rio Bonito II. Ela se desloca até a sede do município pela PR 466.

Das motivações que levam os membros das famílias entrevistadas a desenvolverem atividades não agrícolas, destacamos o complemento na renda, com 42%, e identidade com a profissão, com 23%. Apenas 3% declararam que a atividade não agrícola é a principal fonte de renda do estabelecimento.

Questionadas sobre a possibilidade de permanecerem no espaço rural apenas com a renda gerada das atividades agrícolas, 53% dos estabelecimentos entrevistados disseram que é possível. Mesmo percentual foi obtido na Linha do Ivaí. No entanto, indagados sobre a possibilidade de permanecerem no espaço rural desenvolvendo apenas atividades não agrícolas, 100% responderam que isto não é possível. O tamanho dos estabelecimentos é

pequeno. Mesmo sendo os maiores dentre os agricultores familiares de todas as linhas, as áreas pequenas inviabilizam a expansão, sobretudo, das atividades agrícolas.

A principal fonte de renda de 12, das 15 famílias analisadas, ainda é a agricultura. Então, o abandono das atividades agrícolas é algo que estas famílias não cogitam em hipótese alguma.

4.1.3. Linha IBEMA

A presença da Companhia Brasileira de Papel (Ibema) é uma das características desta Linha. Devido ao seu porte, ela dinamiza o espaço rural em que está instalada (figura 13).



Figura 13: Localização da Indústria de Papel Ibema (esquerda) e Comunidade Faxinal da Boa Vista (direita). Na Linha Ibema.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Ela é responsável pela atração de diversificadas atividades, que permitem o emprego não agrícola da população rural, tanto na empresa, quanto nestas atividades, tais como: posto de combustíveis, agência dos Correios, banco Bradesco, loja agropecuária e de material de construção, mercado, panificadora, farmácia entre outros setores do comércio. O setor público se faz presente com escola municipal e Unidade Básica de Saúde.

As comunidades próximas à sede da empresa são as que apresentam a maior densidade demográfica do município. Segundo o Plano Diretor (2009), a densidade é de

0,5 a 1,00 hab./ha, perdendo apenas para área urbana. Grande parte da população que vive na Linha Ibema necessita deslocar-se diariamente até áreas urbanas, seja a população jovem que estuda em faculdades em Guarapuava e Pitanga, mas, principalmente àquela que trabalha na Ibema. Evidenciamos que a Linha da Ibema é a única das 4 Linhas que possui pavimentação asfáltica, com extensão de aproximadamente 25 km, ligando a PR 466 com a sede da empresa.

No entanto, a acessibilidade é um dos problemas para a população da Linha Ibema. Destacamos o mal estado de conservação do asfalto, que necessitaria de manutenção mais frequente. Devido o intenso fluxo de caminhões que transportam a produção da fábrica, diversos pontos do asfalto encontrassem “esburacados”, dificultando assim o deslocamento.

A exemplo das Linhas Ivaí e Saudade, a Linha Ibema também possui extensas áreas com cultivo de soja (figura 14).



Figura 14: Área de cultivo de soja. Comunidade São Jerônimo, Linha Ibema.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Quanto às atividades agrícolas desenvolvidas entre os agricultores familiares da Linha Ibema, destacamos a produção de milho, onde todas as 15 famílias entrevistadas o cultivam, e o feijão, que das 15 famílias analisadas 10 o produzem. Mesmo com a menor média de tamanho das propriedades, entre as 4 Linhas, há na Linha Ibema a maior diversidade de produção, principalmente aquela para o autoconsumo, desde milho, leite, feijão, mandioca e hortaliças em geral.

Das 4 linhas, a da Ibema é a única que apresenta estabelecimento com menos de 0,1 hectare, especificamente 0,09 hectare (900 m²). Desta área, apenas 0,06 hectare (600

m²) é destinado à agricultura e o restante é o local da residência, que está localizada na comunidade de Faxinal da Boa Vista.

No estabelecimento residem 5 pessoas: o chefe da família (50 anos), ocupado parcialmente na agricultura e predominantemente em atividade não agrícola fora do estabelecimento (Ibema); esposa (35 anos), ocupada exclusivamente na agricultura; filho (18 anos), ocupado exclusivamente na atividade não agrícola (Ibema); nora (16 anos), estudante; e filha (8 anos).

Apesar do tamanho reduzido do estabelecimento, há atividade agrícola diversificada. A área ao redor da residência é ocupada predominantemente por milho, contendo ainda mandioca, abóbora, dentre outros tipos de hortaliças e algumas galinhas.

A principal fonte de renda da família é a atividade não agrícola fora do estabelecimento. Entretanto, informaram que há necessidade de combinar atividades agrícolas e não agrícolas. Mesmo morando em um estabelecimento com pouquíssima área para cultivo, o pouco que produzem é o necessário para alimentação básica da família. A intensa ligação e identidade que possuem com a terra são fatores determinantes para o não abandono das atividades agrícolas.

Destacamos ainda, no que se refere à estrutura fundiária dos entrevistados (gráfico 13), outras 4 famílias da linha da Ibema com menos de 1 (um) hectare de terra. Uma delas possui 0,2 hectare, e outras 3 possuem 0,7 hectare (Vila Rural⁶²). Nas quatro famílias há membros ocupados na Ibema.

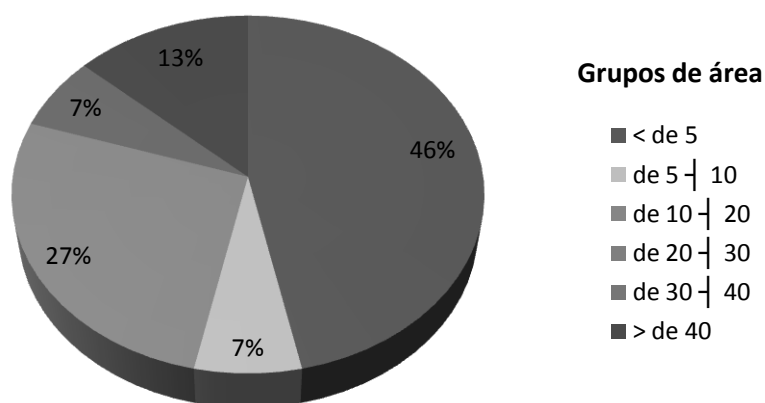


Gráfico 13: Número de famílias por grupos de área na Linha Ibema.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

⁶² Em 1996 iniciou-se através de programas do governo do Estado a implantação no município de duas vilas rurais, sendo que uma, envolveu além dos poderes públicos Estadual e Municipal a parceria com a iniciativa privada (Ibema). As vilas rurais de Turvo foram inauguradas em 08 de agosto de 1997, beneficiando 52 famílias de trabalhadores, organizadas em duas associações (TURVO, 2009).

Outra família pluriativa que damos destaque é uma constituída de 7 pessoas. Todas elas residem no estabelecimento, que possui 48 hectares. Mesmo com 5 membros da família trabalhando parcialmente com atividade não agrícola fora do estabelecimento (4 na Ibema e um no setor privado) as atividades agrícolas recebem maior atenção. Os quadros a seguir (quadros 7 e 8) buscam identificar a tendência de abandono ou não da atividade agrícola, bem como analisar se aqueles membros ocupados fora do estabelecimento destinam algum tempo à agricultura.

Membros da família	Idade	Reside dentro ou fora do estabelecimento	Tempo destinado à atividade agrícola	Tempo destinado à atividade não agrícola
Marido	56	Dentro	Predominantemente	Parcialmente
Esposa	51	Dentro	Exclusivamente	Nunca
Filho	28	Dentro	Parcialmente	Parcialmente
Filho	26	Dentro	Predominantemente	Parcialmente
Filho	23	Dentro	Exclusivamente	Nunca
Filho	19	Dentro	Predominantemente	Parcialmente
Filho	17	Dentro	Predominantemente	Parcialmente

Quadro 7: Composição da família, local de residência e tempo destinado às atividades agrícolas e não agrícolas. Linha Ibema.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Atividades agrícolas*		Atividades não agrícolas*	
Até a década de 1990	Pós década de 1990	Até a década de 1990	Pós década de 1990
Milho, Feijão, Hortaliças e Erva-Mate.	Milho, Hortaliças, pecuária leiteira e de corte e Erva-Mate.	Embalador	Mecânico, embalador, área de produção e soldador.

Quadro 8: Atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas antes e após a década de 1990.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

*Desconsideramos para esta análise famílias formadas após 1990, bem como famílias que residiam em outro estabelecimento antes de 1990.

Com relação aos quadros 7 e 8, notamos que antes da década de 1990 os filhos que já haviam nascido não tinham idade para trabalhar. Desta forma, as atividades eram desenvolvidas pelo marido (que já desenvolvia atividade não agrícola).

No que diz respeito às atividades agrícolas desenvolvidas até a década de 1990, e desta, até a atualidade, houve o abandono apenas do feijão, no entanto, a família passou a desenvolver à pecuária leiteira e de corte. Destacamos também que após os anos de 1990, 4 dos 5 filhos passaram a desenvolver atividades não agrícolas.

Dentre as motivações que levaram os membros desta família a desenvolver as atividades não agrícolas podemos destacar a geração de renda que passou a ser transferida para as atividades no estabelecimento. A família destacou ainda que a combinação de

atividades agrícolas e não agrícolas entre os membros do estabelecimento permitiu a melhoria da qualidade de vida de todos eles. Por fim, ao serem questionados sobre a possibilidade de permanecerem no espaço rural apenas desenvolvendo atividades agrícolas ou apenas atividades não agrícolas os membros relataram:

Devido à área de terra ser de um tamanho bom, daria sim, para se virar só com a agricultura, o custo de vida fica baixo tirando os alimentos da propriedade, mas essa estabilidade que temos hoje só foi possível graças à combinação com a atividade não agrícola. E só do trabalho de fora também daria para viver, porque dá uma renda boa, mas seria mais apertado e não sobraria mais dinheiro para investir na propriedade.

Portanto, identificamos que nesta família a maior motivação para a combinação das atividades agrícolas e não agrícola, é o investimento que ela proporciona na propriedade. Mesmo com a maioria dos membros ocupados em atividades não agrícolas, estes não tem a tendência de abandonar as atividades agrícolas e nem o espaço rural.

A Linha Ibema é a que mais tem membros, do total das famílias analisadas, em ocupações não agrícolas. Ao todo são 24 membros, destes, 71% (17 membros) estão empregados no setor privado, sendo que 11 destes têm como local de trabalho a Ibema. O setor público e os autônomos tem pouca relevância, em ocupações, em comparação com o setor privado (gráfico 14).

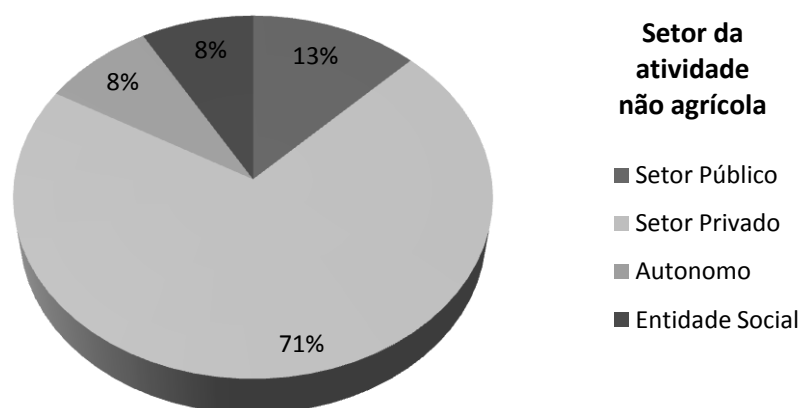


Gráfico 14: Setor em que desenvolve atividade não agrícola. Linha Ibema.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

A Ibema se mostra bastante “tentadora” para a população jovem do espaço rural. Além dela ofertar empregos, oferece também bolsas de estudos, em faculdades e universidades da região onde tenham cursos do segmento da empresa. Desta forma, o jovem além de trabalhar, realiza um curso superior, e após o término pode ter emprego

garantido na empresa. Destacamos ainda o Programa Jovem Aprendiz, onde jovens que ainda não completaram 18 anos fazem estágio, preparando-se durante quase dois anos na empresa. Após esse tempo, dependendo da avaliação do seu desempenho individual, ele é contratado em definitivo.

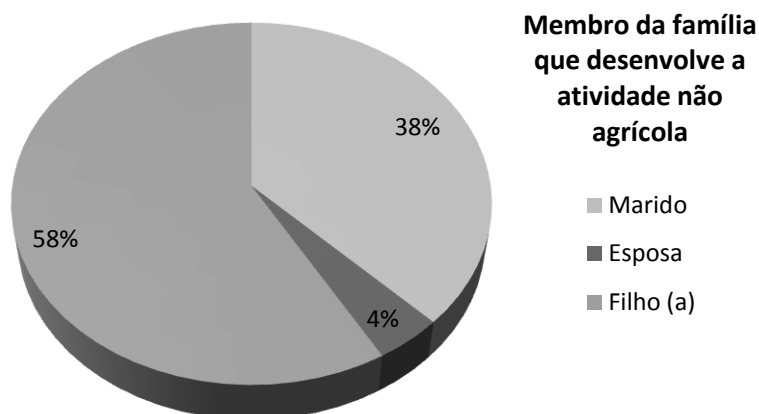


Gráfico 15: Membro da família que desenvolve a atividade não agrícola. Linha Ibema.
Fonte – Neumann, E. *Trabalho de campo* (2015-2016).

Analisando o gráfico 15 percebemos a predominância dos filhos no desenvolvimento da atividade não agrícola, representando 58% (14 membros) dos vinte e quatro empregados nessa atividade, seguido pelo marido com 38% (9 membros) e esposa com apenas 4% (um membro).

Diferente da Linha Saudade, onde nenhuma família disse ser possível permanecer no espaço rural apenas desenvolvendo atividade não agrícola, a Linha Ibema apresentou o oposto. Das 15 famílias entrevistadas, 7 (47%) afirmaram ser possível permanecer apenas desenvolvendo atividades não agrícolas. As famílias que afirmaram não ser possível sobreviver apenas com atividades não agrícolas foram 53% (gráfico 16).

No que diz respeito à possibilidade de permanecer no espaço rural apenas desenvolvendo atividades agrícolas, a Ibema foi a linha em que mais famílias (8) disseram não ser possível (53%). Apenas 7 famílias afirmaram ser possível (47%) (gráficos 16 e 17).

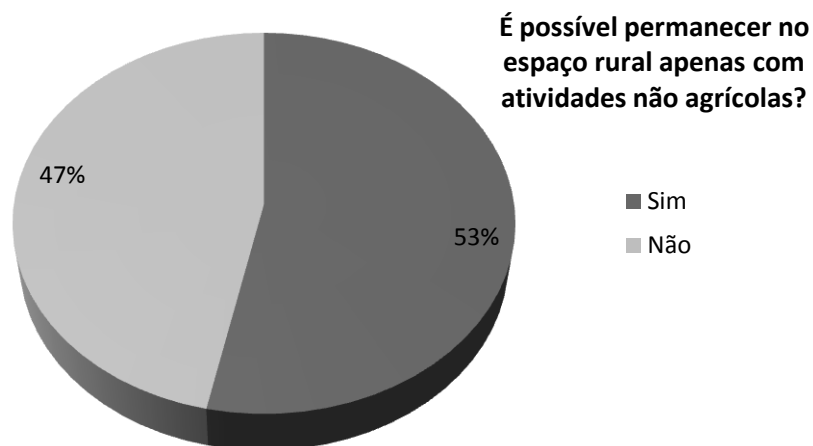


Gráfico 16: Possibilidade de permanecer no espaço rural apenas com atividades não agrícolas. Linha Ibema.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

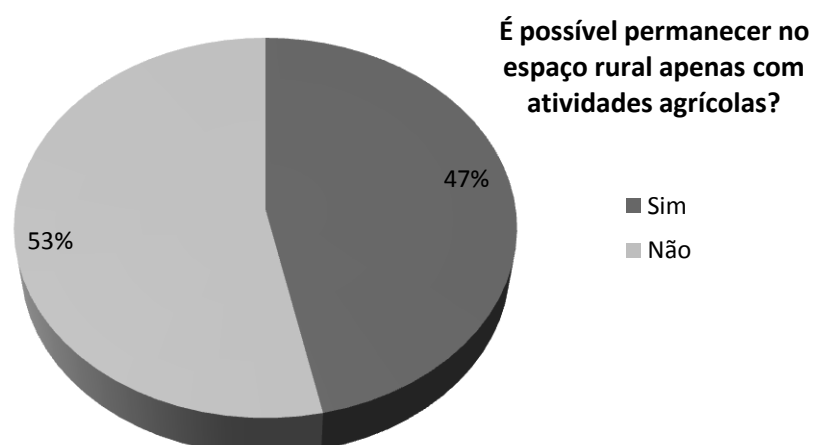


Gráfico 17: Possibilidade de permanecer no espaço rural apenas com atividades agrícolas. Linha Ibema.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

4.1.4. Linha Arroio Fundo

Finalizamos a análise das especificidades de cada Linha com a do Arroio Fundo. Nesta linha há dois pontos de partida às comunidades do “interior” do município. Uma delas é pela PR 466, ao Sul da sede e para direção Leste, e outra é da própria sede, também para direção Leste. Enquanto as outras Linhas estão localizadas predominantemente na região Norte do município, a do Arroio Fundo está a Sul, fazendo divisa com Guarapuava.

Outra característica desta Linha é a proximidade das comunidades com a sede do município, o que facilita a prestação de serviços nela.

Diferente das outras Linhas, esta é a que menos possui infraestruturas públicas e privadas, tais como: atividades comerciais, Unidades Básicas de Saúde ou escolas. Assim, torna-se, desta forma, totalmente dependente da área urbana do município.

No que se refere à produção agropecuária, e com base nas entrevistas realizadas, a Linha do Arroio Fundo se destaca na pecuária leiteira (figura 15), com a maior produção entre as quatro Linhas. No entanto, grande parte da produção é destinada para o autoconsumo. Das dez famílias com pecuária leiteira, 60% destinam ao autoconsumo e os outros 40% para autoconsumo e comercialização.



Figura 15: Local de ordenha. Comunidade Arroio Fundo dos Neumann, Linha do Arroio Fundo. Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2016).

Entretanto, na pecuária de corte a Linha se destaca por ser aquela que mais destina a produção para a comercialização. Nenhuma família destina apenas para o autoconsumo. Das nove famílias com pecuária de corte, quatro destinam a produção apenas para comercialização, e cinco para comercialização e consumo.

A criação de animais de pequeno porte para o autoconsumo, principalmente aves e suínos, está presente em todos os estabelecimentos desta Linha (figura 16).



Figura 16: Chiqueiro. Comunidade Campina das Palmeiras, Linha Arroio Fundo.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Em relação às atividades agrícolas, se destaca a produção de milho (figura 17), presente em 13 das 15 famílias entrevistadas.



Figura 17: Lavoura de Milho. Comunidade Arroio Fundo dos Neumann, Linha Arroio Fundo.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2016).

Na Linha do Arroio Fundo predominam estabelecimentos entre 5 e menos de 10 hectares (33%), sendo apenas 3 estabelecimentos com menos de 5 hectares (20%) e de 10 a menos de 20 hectares (33%) e de 20 a menos de 40 hectares (14%). Oitenta e sete por cento (87%) dos estabelecimentos não tem mais que 18 hectares (1 módulo fiscal).

No gráfico 18 destacamos o número de profissionais autônomos da Linha Arroio Fundo. Das quatro linhas, é a do Arroio Fundo onde predomina esta atividade não agrícola entre os membros dos estabelecimentos analisados.

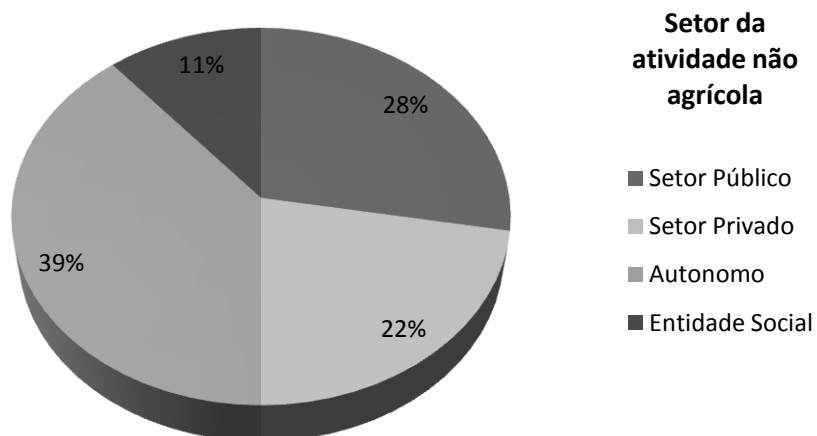


Gráfico 18: Setor em que desenvolve atividade não agrícola. Linha do Arroio Fundo. Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

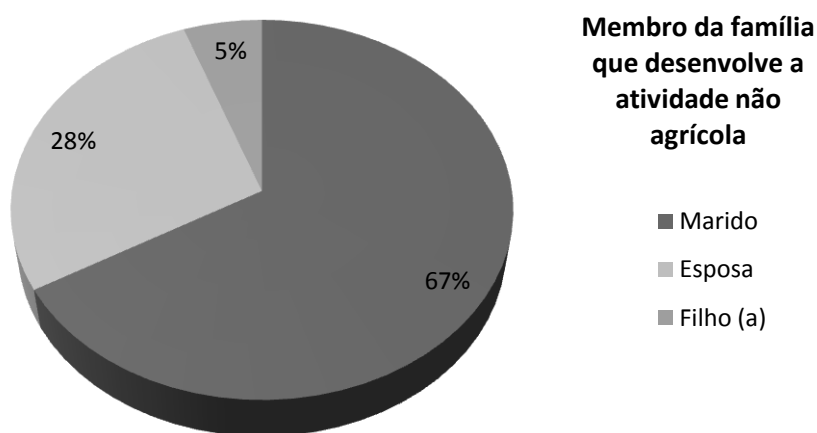


Gráfico 19: Membro da família que desenvolve atividade não agrícola. Linha do Arroio Fundo. Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

O percentual de participação do marido em atividades não agrícolas chega a 67% (doze membros) do total (gráfico 19). Destes, metade nunca desenvolveu à atividade agrícola, destinando exclusivamente o tempo à atividade não agrícola. Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se as de predeiro, em seguida motorista, pintor e presidência de entidades sociais.

O destaque principal desta Linha é a proximidade com a área urbana, sendo fator determinante para os membros das famílias entrevistadas desenvolverem atividades não agrícolas na sede do município. Conforme dados do gráfico 20, 67% dos membros ocupados em atividades não agrícolas as desenvolvem na sede do município, e apenas 11% dos que desenvolvem atividades não agrícolas as realizam na própria comunidade. Destacamos ainda uma família pluriativa constituída por duas pessoas, onde o marido desenvolve exclusivamente a atividade agrícola e a esposa desenvolve exclusivamente uma atividade não agrícola, sendo esta de costureira para uma alfaiataria de Guarapuava (a atividade não agrícola é desenvolvida no estabelecimento).

Quanto à possibilidade de permanecer no espaço rural apenas com uma atividade, a família destacou a importância de combinar atividades agrícolas e não agrícolas. Ressaltaram que não é possível permanecer apenas desenvolvendo uma atividade, sobretudo pela dimensão do estabelecimento de 1,5 hectare. Mesmo assim buscam diversificar a produção, com o cultivo de milho, feijão, verduras, erva-mate e criação de aves e suínos.

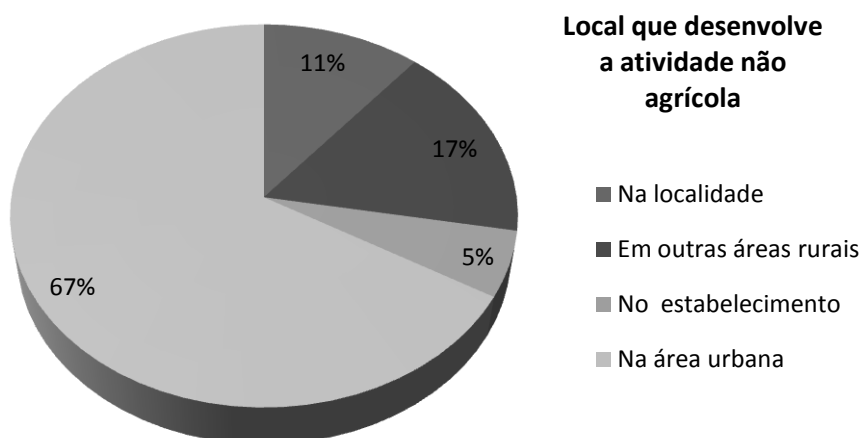


Gráfico 20: Local em que desenvolve a atividade não agrícola. Linha do Arroio Fundo.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Em síntese, conforme o gráfico 21, na Linha do Ivaí o marido tem maior predominância na atividade não agrícola, na Linha da Saudade predominantemente a esposa, e na Linha Ibema, percebemos a grande predominância dos filhos no desenvolvimento da atividade não agrícola, representando 58% (quatorze membros) dos vinte e quatro empregados nessa atividade, seguido pelo marido com 38% (nove membros) e esposa com apenas 4% (um membro).

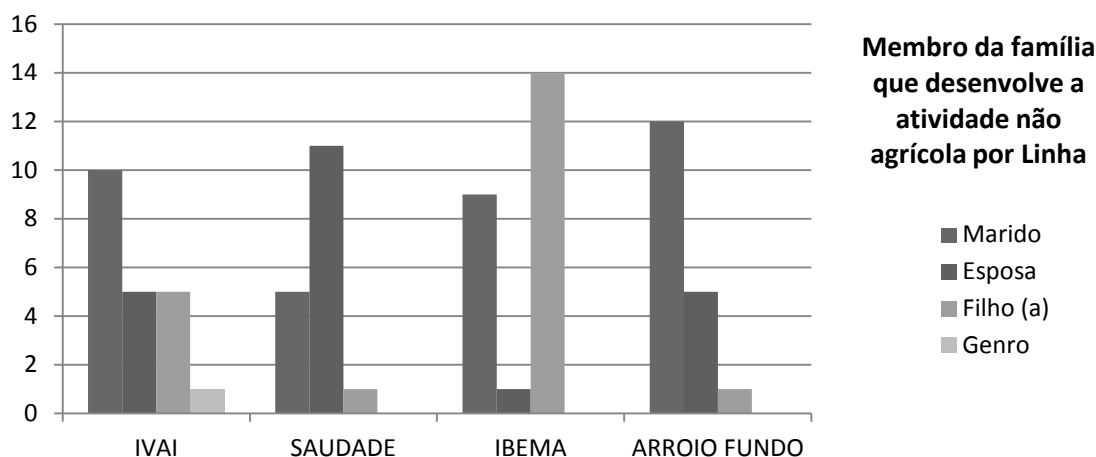


Gráfico 21: Número de membros das famílias com ocupação na atividade não agrícola (por linhas).
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

No gráfico 22 percebemos que os fatores externos aos estabelecimentos, sobretudo a oferta de serviços próximos a Linha, influencia os membros a optarem pela atividade não agrícola.

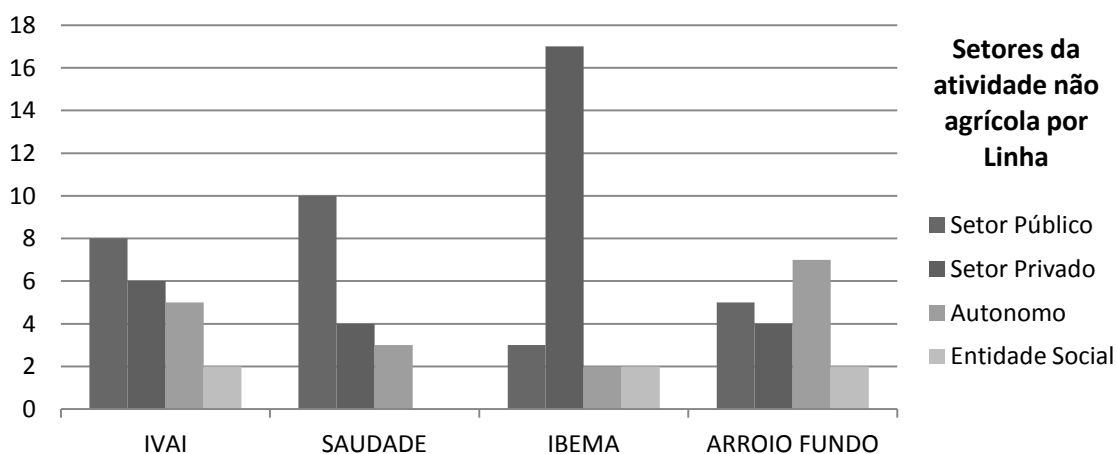


Gráfico 22: Número de membros ocupados por setores da atividade não agrícola (por linhas).
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Uma das possíveis motivações que levam os filhos a desenvolverem a atividade não agrícola fora do estabelecimento se deve a oferta de trabalho na Ibema, que como já mencionado, possui vários programas que buscam atrair os jovens para o desempenho de atividades na empresa. Já uma das motivações para as mulheres se ocuparem em atividade não agrícola na Linha Saudade se deve à oferta de trabalho no setor público especificamente nas duas escolas e a Unidade Básica de Saúde. Na Linha do Arroio Fundo ganham destaque os autônomos (pedreiros, carpinteiros, pintores, latoeiro entre outros), devido à falta de emprego na Linha, e os que se ocupam na área urbana do município (12 membros).

Com relação às atividades agropecuárias predominantes desenvolvidas pelas famílias pluriativas em cada linha, destacamos, conforme o gráfico 23, a erva-mate na Linha da Saudade, as hortaliças (mandioca) na Linha Ivaí e a produção de milho, tanto na Linha da Ibema, quanto do Arroio Fundo.

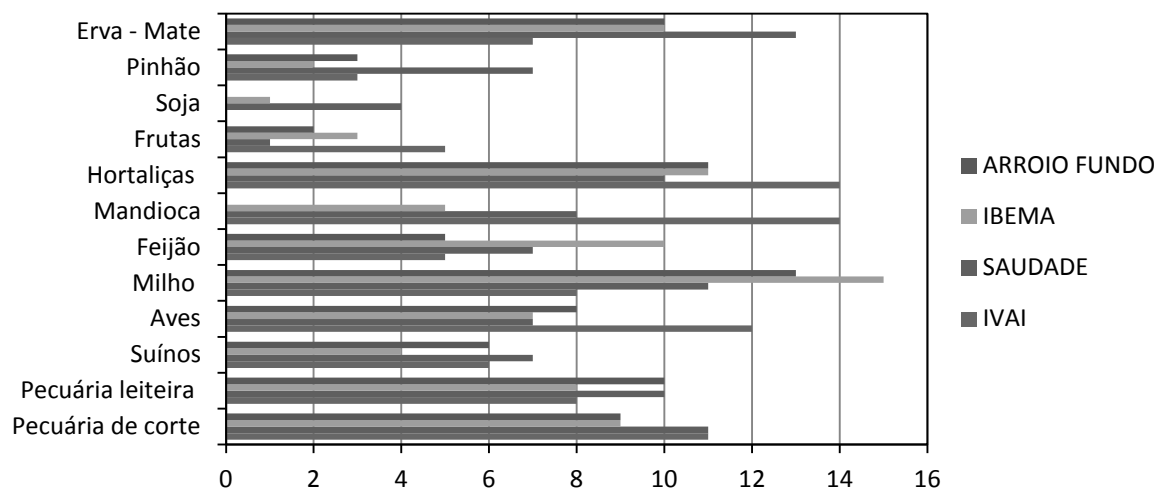


Gráfico 23: Atividades agropecuárias predominantes em cada Linha.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

No que diz respeito às atividades agropecuárias predominantes na agricultura não familiar de cada Linha, destacamos que em todas elas predominam o cultivo de soja (figura 18), pinus e eucalipto, sendo mais expressivos na Linha do Ivaí, Linha Ibema, Linha da Saudade e Linha do Arroio Fundo, respectivamente.



Figura 18: Cultivos de soja e pinus em meio a remanescentes da Floresta Ombrófila Mista. Comunidade Campina das Palmeiras, Linha Arroio Fundo.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

No entanto, permanece em meio às culturas de soja, pínus e eucalipto, um rico remanescente de Floresta Ombrófila Mista (FOM), como pode ser visto da figura 19.



Figura 19: Remanescentes da Floresta Ombrófila Mista. Comunidade Pachecos, Linha Arroio Fundo.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Assim, foi possível verificar as diferentes formas pelas quais a pluriatividade manifesta-se em cada Linha. A interação entre atividades agrícolas e não agrícola tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem inseridas (SCHNEIDER, 2006).

4.2. ANÁLISE DA PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR COMO ESTRATÉGIA DE PERMANÊNCIA NO ESPAÇO RURAL

Destacamos, a seguir, o tempo destinado pelos membros das famílias entrevistadas às atividades agrícolas e não agrícolas. Acreditamos que isto seja o fator determinante do entendimento da pluriatividade na agricultura familiar. Muito se crítica a ocupação não agrícola dos membros das famílias pluriativas, no entanto, pouco investiga-se sobre o tempo destinado a essa ocupação. Desta forma, analisamos os dados obtidos em campo, tabulados e organizados no quadro 9. Os dados foram obtidos em campo, onde aplicamos um quadro a cada família a fim de entendermos a tendência dos membros a desenvolverem atividades agrícolas ou não agrícolas.

Membros da família	Frequência	Atividade agrícola	Atividade não agrícola
Marido	Exclusivamente	20	7
	Predominantemente	13	18
	Parcialmente	19	14
	Nunca	7	20
	Total	60	60
Esposa	Exclusivamente	33	11
	Predominantemente	3	11
	Parcialmente	11	
	Nunca	12	37
	Total	59	59
Filho	Exclusivamente	9	6
	Predominantemente	5	5
	Parcialmente	7	6
	Nunca	6	10
	Total	27	27
Filha	Exclusivamente	6	4
	Predominantemente		
	Parcialmente	2	1
	Nunca	4	7
	Total	12	12
Genro	Exclusivamente		
	Predominantemente	1	
	Parcialmente		1
	Nunca		
	Total	1	1
Nora	Exclusivamente		
	Predominantemente	1	
	Parcialmente	2	
	Nunca		3
	Total	3	3
Avô	Exclusivamente		
	Predominantemente		
	Parcialmente	1	
	Nunca		1
	Total	1	1
Primo	Exclusivamente		
	Predominantemente		
	Parcialmente	1	
	Nunca		1
	Total	1	1
	Total Geral	163	163

Quadro 9: Membros das famílias entrevistadas e frequência destinada às atividades agrícolas e não agrícolas.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Das 60 famílias entrevistadas nas quatro linhas, com um total de 267 membros, 204 (76,4%) pessoas ainda residem nos estabelecimentos. O maior percentual foi encontrado na Linha Ibema, com 28% (58 membros) e o menor número, na Linha Saudade, com 23% (47 membros) (gráfico 24).

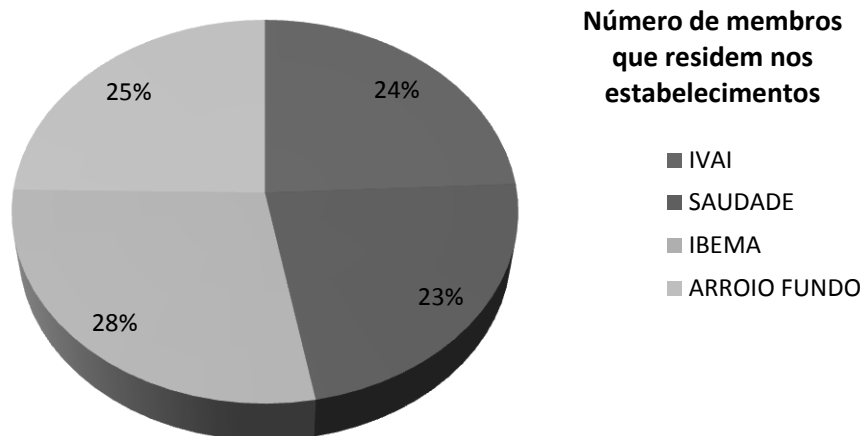


Gráfico 24: Percentual de membros das famílias analisadas que residem no estabelecimento.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Dos 204 membros das famílias entrevistadas, foram retiradas duas amostras: a primeira, constituída de 163 membros com algum tipo de ocupação, definidos como membros ativos (gráfico 25); e a segunda, constituída de 41 membros sem nenhum tipo de ocupação, definidos como “nunca-nunca” (nem atividade agrícola, nem atividade não agrícola). Destacamos que para esta amostra incluímos crianças e idosos, que não pertencem a População Economicamente Ativa, e uma porcentagem mínima de membros, que mesmo com idade para trabalhar, declararam não ter ocupação.

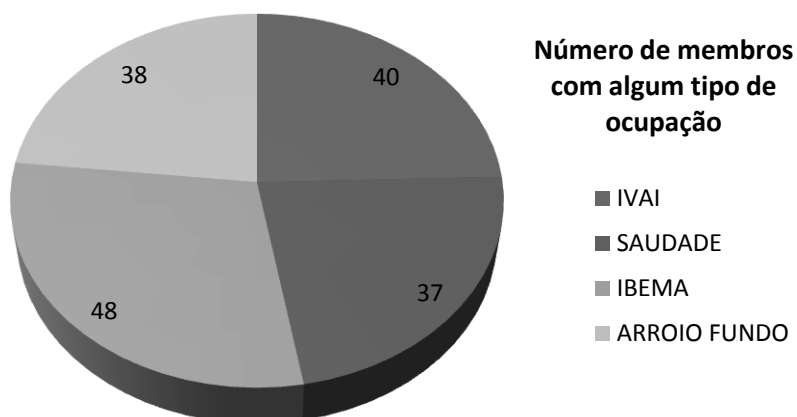


Gráfico 25: Número de membros das famílias analisadas, por Linha, com algum tipo de ocupação.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Das 267⁶³ pessoas que representam o total das 60 famílias entrevistadas, 63 membros saíram dos estabelecimentos. Destes, 68% são representados por mulheres, e apenas 32% pelos homens (gráfico 26).

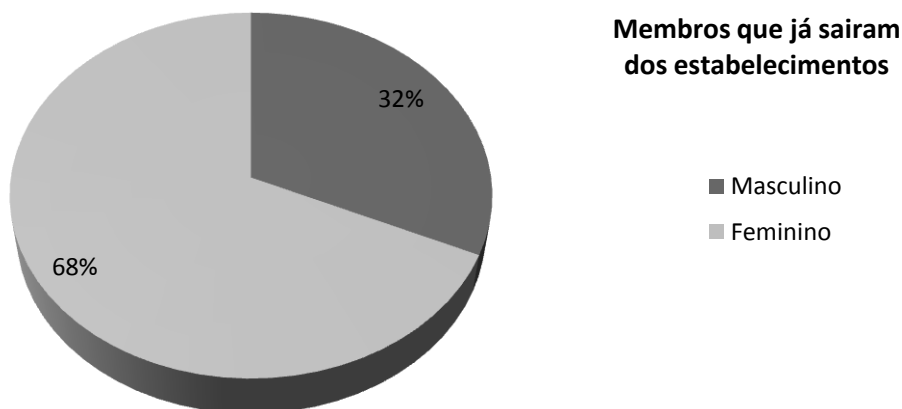


Gráfico 26: Percentual de membros que já saíram dos estabelecimentos.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

O gráfico a seguir apresenta o percentual de membros das famílias analisadas que desenvolvem apenas uma atividade e membros que desenvolvem mais de uma atividade (agrícola ou não agrícola). Desta forma, do total de 163 membros ocupados, foram identificados 108 (66%) que ocupam-se em apenas uma atividade. Os 55 (34%) membros restantes, ocupam-se em pelo menos duas atividades, atuando de forma predominante em uma atividade e parcial em outra, sendo uma delas, agrícola (gráfico 27).

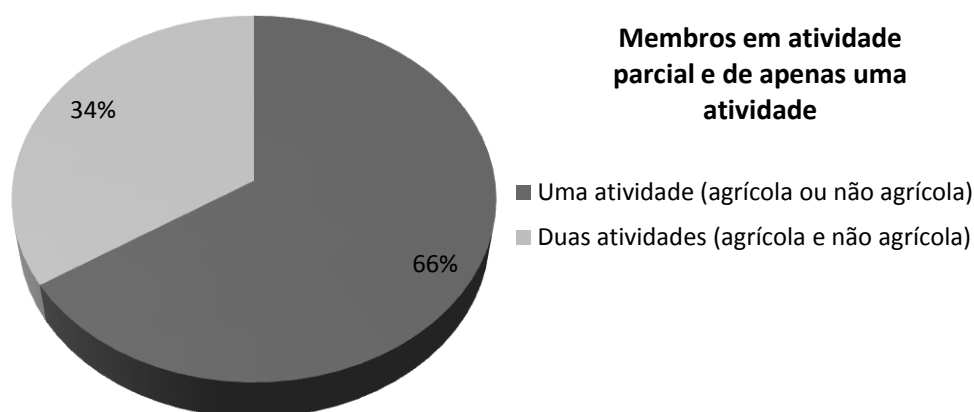


Gráfico 27: Membros dos estabelecimentos que destinam o tempo a uma ou mais atividades (agrícola e não agrícola)

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Dos 108 membros que tem ocupação em apenas uma atividade destacamos que, 79 membros (73%) ocupam-se exclusivamente na agricultura e apenas 29 membros (27%)

⁶³ Inclui os membros que já saíram dos estabelecimentos.

em atividades não agrícolas (gráfico 28). Desta forma, ao somarmos os 79 membros que desenvolvem exclusivamente a atividade agrícola com os 55 membros que a desenvolvem em tempo parcial, totalizamos 134 membros ocupados na agricultura, seja de forma exclusiva (tempo integral), predominante ou parcial. Apenas 29 membros atuam exclusivamente em atividades não agrícolas. Destacamos, que a Linha Arroio Fundo, conta com 11 membros ocupados exclusivamente em atividades não agrícolas, dos 29 das quatro linhas.

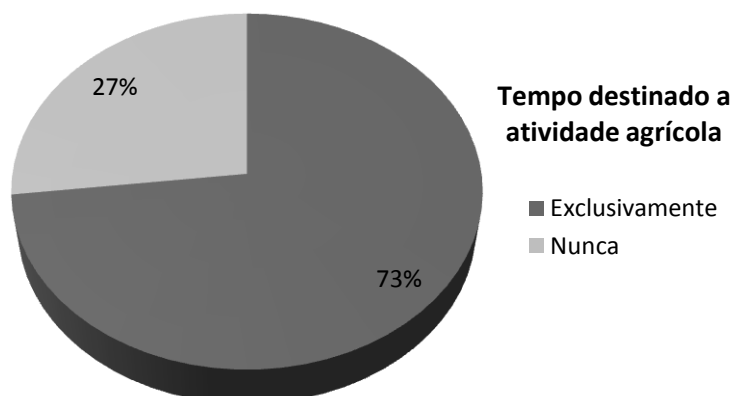


Gráfico 28: Tempo destinado pelos membros da família à atividade agrícola.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

A partir desta análise podemos afirmar que, das 60 famílias entrevistadas, e da ocupação de 82% dos membros na atividade agrícola (gráfico 29), a pluriatividade demonstra as estratégias/resistências de reprodução social e econômica presentes entre os agricultores familiares de Turvo-PR. Mesmo que a atividade não agrícola esteja presente em todas as famílias pluriativas, a tendência é que as famílias continuem desenvolvendo a atividade agrícola, seja de forma exclusiva, ou de forma parcial, como comprovado empiricamente.

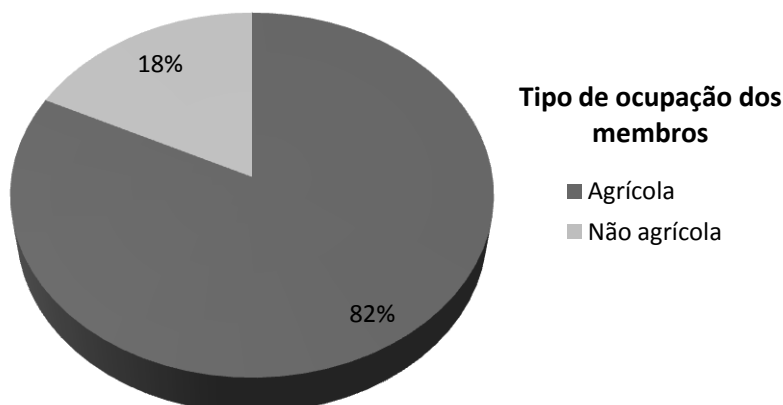


Gráfico 29: Percentual de membros ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

4.2.1. Pluriatividade como estratégia de reprodução social e econômica da agricultura familiar

Nosso principal objetivo nos trabalhos de campo foi investigar o impacto da pluriatividade entre os agricultores da área de estudo, e uma possível tendência ao abandono ou não da atividade agrícola. Desta forma, em todas as entrevistas buscamos identificar se a pluriatividade leva às famílias perceberem a atividade agrícola com descaso e se leva os agricultores a se tornarem assalariados futuramente.

Nossa hipótese inicial, confirmada a campo, era que a pluriatividade não levava ao abandono das atividades agrícolas e que representava uma estratégia de permanência no espaço rural e nas atividades agrícolas. Para alguns agricultores a pluriatividade é um complemento, e para outros, essencial à reprodução socioeconômica.

Segundo IBGE (2006), o maior número de estabelecimentos em Turvo possuem até 20 hectares. Percebemos a campo que a diversificação de atividades é maior entre os menores estabelecimentos (gráfico 30).

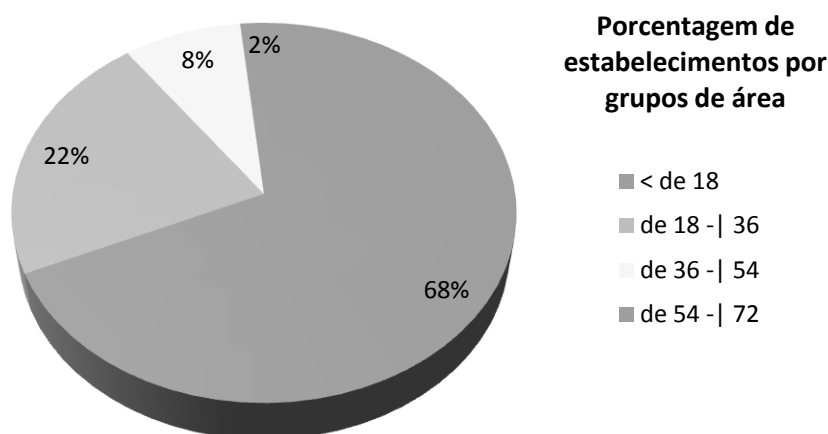


Gráfico 30: Porcentagem dos estabelecimentos da agricultura familiar em relação aos grupos de área.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Das 60 famílias entrevistadas, 41 (68%) delas não tinham mais que um módulo fiscal. Destacamos também as Linhas Colônia Velha Ivaí e Arroio Fundo, que das 15 famílias entrevistadas em cada Linha, 13 não tinham mais que um módulo fiscal. No entanto, o maior destaque é para Linha Ibema, que apesar de existirem 9 famílias com até um módulo fiscal, 5 delas possuíam menos que 1 hectare (1.000 m²). A Linha Ibema, juntamente com a Linha Saudade, possuem o maior número de estabelecimentos com até

2 módulos fiscais (18 a 36 hectares). A Linha Saudade se destaca por possuir o maior número de estabelecimentos com até 3 módulos fiscais (36 a 54 hectares), e um estabelecimento com 4 módulos fiscais (72 hectares). De modo geral, a Linha Saudade concentra os estabelecimentos com maior área, das quatro estudadas (quadro 10).

LINHAS	IVAI	SAUDADE	IBEMA	ARROIO FUNDO	TOTAL
Hectares	174,34	394,7	206,89	166,22	942,15

Quadro 10: Área total dos estabelecimentos de cada Linha analisada.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

A área total dos estabelecimentos das famílias entrevistadas foi de 942,15 hectares. Quarenta e dois por cento (42%) destas estão concentradas na Linha Saudade.

Na Linha Saudade, inserida no sistema de Faxinais, observamos o cultivo da soja em cinco estabelecimentos. Todas as famílias pluriativas da Linha Saudade disseram não ser possível sobreviver apenas desenvolvendo atividades não agrícolas, o que nos leva a concluir que o que condiciona ao abandono ou não das atividades agrícolas é o tamanho e acesso à propriedade, assistência técnica e extensão rural, diversificação agrícola entre outros aspectos.

A Linha Saudade apresentou os melhores resultados na pecuária leiteira e de corte, extração de erva-mate e acesso à assistência técnica (Emater). A principal fonte de renda de 12 das 15 famílias entrevistadas é a agricultura, ou seja, a pluriatividade, nesta linha, resulta um melhor desempenho socioeconômico dos agricultores familiares e não o abandono das atividades agrícolas. Percebemos que as atividades não agrícolas se manifestam mais intensivamente nas linhas onde o tamanho do estabelecimento é pequeno, onde não há acessibilidade, falta assistência técnica e infraestruturas.

Concluimos que a pluriatividade na agricultura familiar é uma estratégia não só de permanência no espaço rural, mas de permanência das atividades agrícolas, pois se não fosse a combinação de atividades, na maioria dos casos não seria possível a família permanecer no campo. Comprovamos, em algumas famílias, que a renda de outras atividades agregadas àquelas do estabelecimento é utilizada no próprio estabelecimento. Então, porque não pensar a pluriatividade também como forma para a diversificação agrícola? Em Turvo, identificamos as diferentes formas de manifestação e motivações da pluriatividade.

4.2.2. Perspectivas futuras da agricultura familiar em meio às novas dinâmicas do espaço rural de Turvo

Observamos em campo tanto a tendência de aumento de famílias pluriativas para os próximos anos, quanto de membros desenvolvendo atividades em tempo parcial. Professores e pessoas com mais de 50 anos dedicam-se apenas a uma atividade, enquanto a população jovem divide-se entre atividades.

Dentre as dificuldades referentes ao desenvolvimento da agricultura relatadas pelos agricultores, podemos citar a falta de lazer e de valorização aos/dos agricultores; e de infraestruturas para educação dos filhos. Segundo os agricultores, estes exemplos são apenas alguns dos “ingredientes” que levam ao envelhecimento da população do campo e ao êxodo rural. Destacaram que, se não fosse à pluriatividade não poderiam continuar no espaço rural. Teriam que ir em busca de emprego, provavelmente no meio urbano.

Do total de 60 famílias entrevistadas, apenas 25 mantiveram-se desenvolvendo as mesmas atividades antes e após 1990. Nosso objetivo era verificar a tendência ao abandono de atividades agrícolas a partir desse recorte temporal. No entanto, como a maior parte das famílias entrevistadas (57%) se formou após 1990, ou residia em outro estabelecimento antes dessa época, fizemos uma síntese dos que se enquadravam. Analisamos a possível tendência de substituição, e não de abandono, da atividade agrícola (quadro 11).

Famílias que permaneceram com as mesmas atividades agrícolas após 1990	7
Famílias que acrescentaram outras atividades agrícolas após 1990	14
Famílias que substituíram atividades agrícolas por outras após 1990	4
Total	25

Quadro 11: Famílias pluriativas analisadas em Turvo-PR que permaneceram, acrescentaram ou substituíram atividades agrícolas após 1990.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Destacamos 14 famílias que após a década de 1990 passaram a diversificar a produção. Até aquele ano predominava o cultivo de milho, feijão e arroz. Dentre as atividades que passaram a serem desenvolvidas após a década de 1990 destacamos a produção de soja, pecuária leiteira e de corte e plantas medicinais. O cultivo de arroz e em menor parte o de feijão perderam espaço para os novos cultivos/criatórios, demonstrando a dinâmica na agropecuária.

Destacamos o relato de um agricultor, referente ao antes e após 1990:

Até a década de 1990 trabalhávamos na agricultura, de forma bem rudimentar, em ‘roças de toco’ (feijão e milho), das quais a produção era destinada para

consumo próprio, e o excedente era comercializado. O extrativismo da erva-mate estava presente também, como uma renda complementar. Hoje em dia temos cultivo de soja e milho (10 alqueires); e cultivo de feijão, hortaliças, bovinocultura de leite e criação de animais para consumo próprio e comercialização. Essa melhora na nossa propriedade aconteceu no mesmo tempo que minha esposa começou a tirar uma renda de fora como professora.

Muitos agricultores familiares pluriativos substituem ou substituíram determinados cultivos por outros. Os motivos são vários: motivação externa (mercado de trabalho); desenvolvimento de atividade não agrícola; aptidão a determinadas atividades (agrícolas ou não agrícolas); dificuldades para o desenvolvimento das atividades em razão da área do estabelecimento; dificuldades no acesso à assistência técnica e orientação de profissionais.

Mesmo assim, atualmente os agricultores tem mais acesso a informação. As Associações que surgiram ainda na década de 1980 em Turvo, e consolidaram-se na década de 1990, são um grande veículo de informações e de troca de experiências entre os agricultores. Os agricultores ainda privilegiam as atividades agrícolas, parcial ou predominantemente, apoiadas, em muitos casos, pelas atividades não agrícolas.

No gráfico 31 destacamos as décadas em que os 80 membros das famílias entrevistadas começaram a desenvolver atividades não agrícolas. Ressaltamos novamente que, através do quadro 9 de tempo/frequência que os membros destinam a cada atividade, foi possível identificar 29 membros com ocupação exclusiva na atividade não agrícola. Dos 80 membros que desenvolvem atividades não agrícolas, 51 deles também desenvolvem a atividade agrícola, seja de forma parcial ou predominante.

No gráfico 31 percebemos a predominância de membros que começaram a desenvolver a atividade não agrícola na atual década de 2010⁶⁴ (38%). Percebemos que, a partir da década de 1990, com 25%, houve um aumento gradativo das ocupações em atividades não agrícolas.

⁶⁴ Até o ano de 2015.

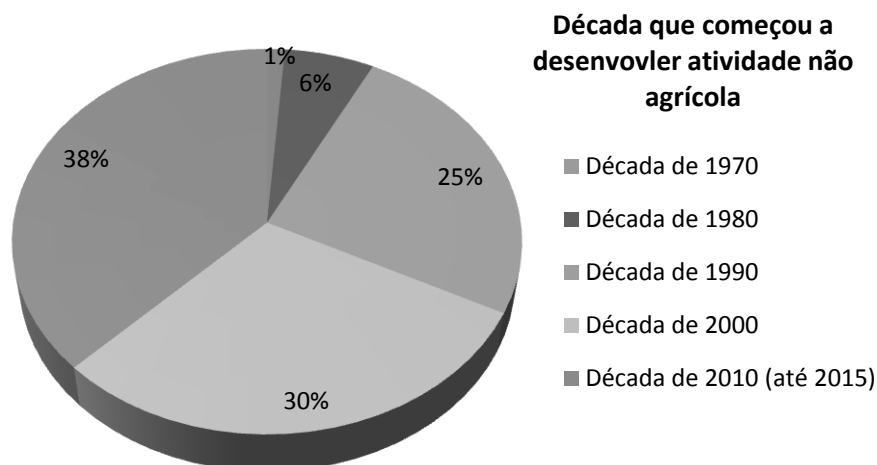


Gráfico 31: Década em que a família começou a desenvolver atividade não agrícola.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Preocupamo-nos em verificar se a tendência de expansão de atividades não agrícolas da década de 2010 permanecerá, ou se ocorrerá abandono de atividades agrícolas. Da mesma forma preocupamo-nos em verificar se nas famílias que já possuem membros ocupados também em atividades não agrícolas não estariam seguindo o caminho do assalariamento. É o que analisamos nos gráficos 32 e 33.

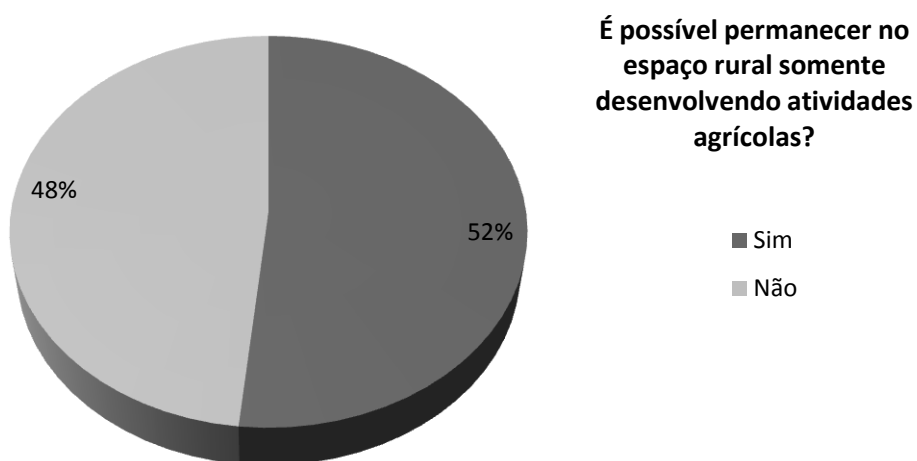


Gráfico 32: Membros das famílias entrevistadas que declararam ser ou não possível permanecer no espaço rural apenas desenvolvendo atividades agrícolas.
Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Chegamos ao final deste capítulo com outro ponto importante a ser destacado. Ao final de cada entrevista aplicamos duas perguntas a fim de se identificar a tendência das famílias em relação a atividade agrícola.

A primeira pergunta consistia em verificar a opinião dos agricultores sobre permanecer no espaço rural apenas desenvolvendo atividades agrícolas: enquanto 52% disseram que sim, outros 48% disseram que não. Aqueles que afirmaram que não é possível permanecer no espaço rural apenas com atividades agrícolas, 48%, afirmaram ser necessário a combinação de atividades agrícolas com não agrícola, destacando desta forma a importância da pluriatividade para estas famílias.

Observamos ainda que os agricultores que afirmaram ser possível permanecer no meio rural apenas desenvolvendo atividades agrícolas, 52%, destacaram que, sem combinar com outras atividades, é extremamente difícil permanecer, sobretudo junto aos estabelecimentos com apenas um módulo fiscal (que correspondem a 68% do total analisados). Assim, seriam consideradas áreas de terras pequenas para as famílias reproduzirem-se socioeconomicamente.

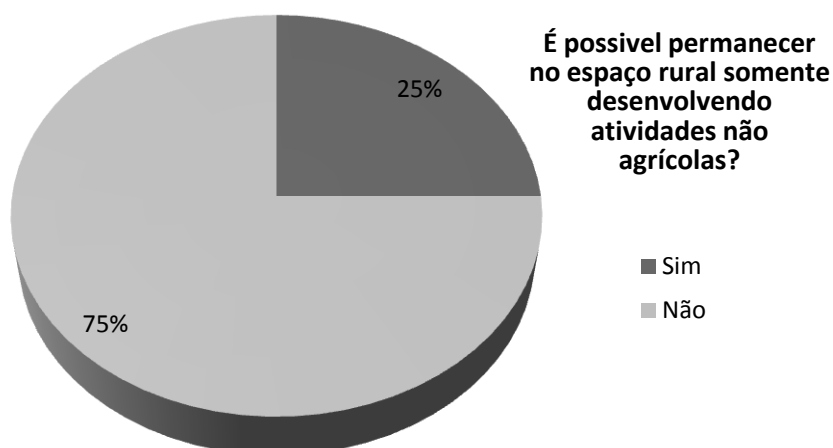


Gráfico 33: Membros das famílias entrevistadas que declararam ser ou não possível permanecer no espaço rural apenas desenvolvendo atividades não agrícolas.

Fonte – Neumann, E. Trabalho de campo (2015-2016).

Por fim, perguntamos aos agricultores sobre permanecer no espaço rural apenas desenvolvendo atividades não agrícolas: identificamos que 75%, ou 45 famílias, responderam não ser possível. Destacaram ainda a importância de combinar as atividades agrícolas e não agrícolas a fim de possibilitar a reprodução socioeconômica das famílias. Os demais 25% ou 15 famílias que disseram ser possível permanecer no meio rural apenas com atividades não agrícolas, destacaram que encontrariam dificuldades para adquirir

alimentos através da renda gerada pelas atividades não agrícolas. Atualmente, a atividade agrícola possibilita a produção de uma fração para o autoconsumo.

Desta forma concluímos que por mais que a pluriatividade seja uma consequência da estrutura agrária brasileira, ela não representa o caminho ao assalariamento do agricultor e muito menos de abandono do espaço rural. Ela representa uma estratégia de permanência, seja por parte daqueles que tem na atividade agrícola a principal fonte de renda, ou por parte daqueles que tem na agricultura apenas um complemento, retirando desta, apenas o necessário para o autoconsumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho com sentimento de dever cumprido. Alcançamos nossos objetivos e respondemos nossas inquietações, surgindo novas pelo caminho, o que indica uma possível continuação.

O objetivo deste trabalho foi analisar características e implicações da pluriatividade na agricultura familiar de Turvo-PR, a partir da análise de dados secundários e primários. Procuramos identificar as atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas pelas famílias pluriativas de cada Linha, bem como verificar alguns impactos sociais e econômicos ocasionados pela pluriatividade entre os agricultores familiares da área objeto de estudo. Buscamos também compreender as causas da pluriatividade no município.

Para alcançar estes objetivos os dados primários obtidos empiricamente foram de extrema importância. Através deles foi possível alcançar todos os objetivos e responder à problemática. Desta forma, tanto a estruturação do trabalho de campo, quanto à sistematização e posterior análise dos dados, foram feitas de forma minuciosa, atentando a não comprometer as informações colhidas.

O desafio da nossa problemática, isto é, perceber se a pluriatividade está ou não contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar de Turvo-PR, foi respondido. A partir dos dados de campo comprovamos que a pluriatividade representa uma estratégia de reprodução social e econômica, e a partir dos resultados das entrevistas (frequência em cada atividade, possibilidade de permanecer no espaço rural apenas com atividades agrícolas ou não agrícolas, razões de desenvolverem a pluriatividade e motivos de não abandonarem as atividades agrícolas) constatamos que ela é uma forma para diversificar as fontes de renda e, em muitos casos, a única alternativa para a permanência no espaço rural.

Destacamos que não tivemos objetivo de comparar famílias pluriativas e monoativas, nos detivemos apenas em compreender o impacto da pluriatividade entre agricultores familiares. Constatamos que a pluriatividade não compromete o desenvolvimento das atividades agrícolas, pelo contrário, há casos em que elas são fortalecidas pelo investimento gerado nas atividades não agrícolas que é drenado para as agrícolas.

No que refere-se à estrutura fundiária do município, os dados do Censo Agropecuário (2006⁶⁵) apontaram para uma forte concentração de terras, destaque para 1.118 estabelecimentos agropecuários (66,45% do total) com menos de 20 hectares de terra, distribuídos em 6.607 hectares (8,39% do total). Há 48 estabelecimentos familiares com até 0,1 hectare (1.000 m²), distribuídos em 3 hectares de terras.

Constatamos a campo que, em 60 famílias entrevistadas, 26 (43% do total) possuíam áreas menores que 20 hectares. Observamos apenas um estabelecimento com menos de 0,1 hectare, especificamente com 0,09 hectare (900 m²), onde o proprietário declarou só ser possível permanecer no espaço rural com a combinação de atividades agrícolas com não agrícolas. Desta forma, comprovamos que, mesmo em estabelecimentos com pequena área de terra a agricultura não é deixada de lado, sendo retirada da mesma, grande parte da alimentação da família. Em oposição identificamos um estabelecimento com 72 hectares, que mesmo com significativa área de terra a família opta por desenvolver a pluriatividade, mesmo declarando ser possível sobreviver apenas da atividade agrícola.

Com relação à diversidade e combinação de atividades agrícolas e não agrícolas nos estabelecimentos das famílias entrevistadas, destacamos que cada uma das quatro Linhas possui uma dinâmica, especificidades e similaridades. De modo geral, as atividades agrícolas revelaram-se desde entre agricultores tradicionais (erva-mate, leite e hortaliças), como faxinalenses desenvolvendo a agricultura para o autoconsumo e comercializando o excedente, até entre agricultores tecnificados inseridos no agronegócio, com cultivos de milho e soja, sobretudo.

A decisão dos membros das famílias pluriativas em optarem ou não pela atividade fora dos estabelecimentos, parte primeiramente de motivações internas, podendo ser, necessidade de diversificação produtiva, estabelecimentos muito pequenos e queda das rendas agrícolas. Há também a influência de fatores externos como os que estão ligados à demanda de serviços na comunidade e arredores.

Assim, na Linha Ivaí e Arroio Fundo a atividade não agrícola é ocupada predominantemente pelo marido. Nestas Linhas duas ocupações se destacam: assalariados na Rio Bonito Embalagens e trabalhadores autônomos (pedreiros, pintores, mecânicos etc.). Já na Linha da Saudade a atividade não agrícola é ocupada predominantemente pela mulher. Isto se explica pelos empregos no setor público, como professoras e agentes de saúde.

⁶⁵ Importante destacar que os dados do Censo Agropecuário serão atualizados em 2016.

Na Linha Ibema, grande parte dos membros das famílias ocupados fora dos estabelecimentos foram os filhos. Os jovens, principalmente, sentem-se atraídos pelas oportunidades de emprego na Ibema Companhia Brasileira de Papel, que oferece, além do benefício salarial, programas exclusivamente aos jovens (bolsas para curso superior e técnico, planos de saúde e auxílio alimentação).

Dentre as razões que levam as famílias a desenvolverem a pluriatividade concordamos com Alentejano (2000), ao afirmar que essa “nova realidade” presente no campo brasileiro é fruto, justamente, do atraso estrutural do campo brasileiro. Ou seja, a falta de estrutura, de valorização da produção, de acessibilidade, de assistência técnica, declínio do valor da produção, alto custo para manter a produção, conflitos com o agronegócio, em resumo, um conjunto de fatores que estimulam os agricultores a buscarem estratégias de reprodução socioeconômica (sejam como principal fonte de renda ou apenas como complementação). No passado, os agricultores recorriam esporadicamente aos trabalhos não agrícolas, visando complementar as receitas do estabelecimento. Atualmente este fenômeno é permanente e representa muito mais do que uma mera suplementação de rendas (SCHNEIDER, 2001).

No que diz respeito aos impactos sociais e econômicos ocasionados pela pluriatividade, conforme a análise dos dados de campo e relacionando-os com o referencial teórico metodológico, é possível afirmar conforme Schneider (2005, 2007 e 2009), que a pluriatividade pode ser considerada como uma prática que não é estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas e que atua, portanto, muito mais como mecanismo de manutenção e dinamização da atividade agrícola, ou das famílias, do que como uma ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola, pois conservam uma ligação produtiva com a agricultura e a vida no espaço rural, evitando o êxodo rural. Ela minimiza os riscos, maximiza as oportunidades e facilita a construção familiar e a permanência na terra (FULLER, 1990).

Compreende-se desta forma que a família como unidade de análise é de extrema importância para os estudos sobre a pluriatividade, onde necessitam escolher seguir por uma via de duas mãos contrárias. Uma que leva ao abandono do espaço rural, e outra que leva a procurar por estratégias de manutenção. A pluriatividade surge assim como uma possibilidade de diversificação de atividades e de rendas. Segundo Fuller (1990, p.367):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes

atividades, além da agricultura familiar [...]. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências).

Entretanto, ao destacarmos a importância da combinação de atividades agrícolas e não agrícolas e, ao analisarmos a importância de cada atividade no contexto das famílias, ambas são importantes. O objetivo deste trabalho foi destacar a importância da combinação das atividades e destacar o papel, tanto da atividade não agrícola que possibilita uma renda complementar ou essencial, quanto a atividade agrícola, que permite, acima de tudo, a segurança alimentar das famílias e, a comercialização do excedente.

Desta forma, concluímos este trabalho, que utilizou-se de discussões bibliográficas e análises de dados secundários e primários. Compreendemos que a pluriatividade é uma estratégia que não leva o agricultor ao puro assalariamento. Constatamos que as dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar de Turvo estão relacionadas à má distribuição de terras, a falta de políticas públicas eficientes, ao alto custo da produção, queda das rendas agrícolas, falta de assistência, ainda sem deixar de mencionar as consequências das transformações do espaço rural discutidas no primeiro capítulo. A pluriatividade continuará sendo estratégica para os agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, 2000.

_____. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. IPEA. Texto para discussão nº 702, Rio de Janeiro, 2000.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

AIMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 1997.

ALVES, G. A. P.; SELEGRIN, E. F. R. A condição de proletariedade: esboço de uma analítica existencial da classe do proletariado. **Mediações**, Londrina, v. 16, n.1, p. 71-90, jan./jun. 2011.

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Editora EDUFPEL, Pelotas, 2003.

_____. **A agricultura familiar em transformação: o caso dos Colonos - Operários de Massaranduba (SC)**. Editora UFPEL/Universitária, Pelotas, 1995.

ALENCAR, M. T; MENEZES, A. V. C. Ação do Estado na produção do espaço rural: transformações territoriais. **Campo-Território: revista de Geografia agrária**, v.4, n.8, p.121-147, ago. 2009.

ALVES, F. D.; LINDNER, M.; RODRIGUES, S. L. Formas de (re) produção familiar no espaço rural: campesinato, agricultura familiar e pluriatividade. **Geo UERJ - Ano 10, v. 2, n. 18, 2º semestre de 2008**. p. 120-140. Disponível em: <www.geouerj.uerj.br/ojs>. Acesso em: 05 jun. 2013.

ARKLETON TRUST. Adaptation des menages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991 – Rapport final du programme de recherche sur les structures et la pluriactivite des menages agricoles. Luxembourg: Commission Européenne, 1992.

BARBOSA, L. C. B. G.; BRANDENBURG, A.; LAGES, A. M. G. As múltiplas obtenções de rendas e pluriatividade na agroecologia como estratégia de desenvolvimento para o ambiente rural: o caso do Núcleo Maurício Burmeister do Amaral, Paraná, Brasil. **Cadernos de Agroecologia**, v. 8, n. 2, nov. 2013.

BARRETO, C. A; RIBEIRO, H. Agricultura e meio ambiente em Rio Verde (GO). **Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** [on-line], vol. 3, n. 1, artigo 5, jan.-abr. 2008.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de Desenvolvimento Territorial e Multifuncionalidade da Agricultura Familiar no Brasil. In.: CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe.; MALUF, Renato S. (Orgs). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BRASIL. LEI Nº 11.326 de 24 de Julho de 2006, Art. 3º. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 27 de jul. 2015.

BRASIL - IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário (2006)**. Pesquisa Agrícola Municipal (PAM — 2009). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar/2015.

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2010-2011 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, 2010. 48 p. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/MAIS%20DESTAQUES/Plano%20Agr%C3%ADcola%20e%20Pecu%C3%A1rio%202010-2011.pdf>. Acesso em: mai de 2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2011-2012 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, 2011. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/Plano%20Agr%C3%ADcola%20e%20Pecu%C3%A1rio/Plano_agricola_e_pecuario2011-12.pdf> Acesso em: mai de 2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2012-2013 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, 2011. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Politica_Agricola/Plano%20Agr%C3%ADcola%202012_2013/PAP2012-2013_livroWEB%20-%20Atualizado.pdf> . Acesso em: mai de 2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2013-2014 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, 2011. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/acs/PAP20132014-web.pdf>. Acesso em: mai de 2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2014-2015 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, 2011. Disponível em:

<<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/05/plano-agricola-e-pecuario-201415-disponibiliza-mais-de-rs-156-bilhoes>>. Acesso em: mai de 2015.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Agrícola e Pecuário 2015-2016 / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. – Brasília: Mapa/SPA, 2011. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/noticias/2015/06/governo-lanca-plano-agricola-e-pecuario-20152016>>. Acesso em: mai de 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Plano Safra 2012/2013. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/plano-safra/arquivos/view/Cartilha_Plano_Safra.pdf>. Acesso em: mai de 2015

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Plano Safra 2014/2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portalmda/sites/default/files/user_arquivos_278/cartilha_0.pdf>. Acesso em: mai de 2015

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Plano Safra 2015/2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/plano_safra/>. Acesso em: mai de 2015

BUAINAIN, A. M.. Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável: **Questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BRAUN, M. B. S. Uma análise da balança comercial agrícola brasileira a guisa de sua evolução histórica recente. **Informe GEPEC**, Toledo, v. 8, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2004.

BRUM, A. J. **Modernização da agricultura no Planalto Gaúcho**. Ijuí: Fidene, 1983.

CALEGARI, E. B.; FORTES, E.; FREIRE, R. H. A.; SILVA, V. R. Quantificação e Qualificação Geoambiental da Paisagem, Geodiversidade e Potencial Turístico do Município de Turvo – Paraná – Brasil. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011, pp. 1-17.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J., **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. v.6. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (orgs.). **O novo rural brasileiro**. Brasília: Embrapa, 7 volumes, 2000.

CANDIOTTO, L. Z. P; CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do Rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de Geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

_____. Desenvolvimento rural sustentável: algumas considerações sobre o discurso oficial do Governo federal. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 2, 2004.

CARNEIRO, E. P. **Territorialidades rurais no espaço local**. Secretaria de Estado da Educação – Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Guarapuava, 2010.

CARNEIRO, F. F.; AGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C (Orgs). Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2015/05/DossieAbrasco_2015_web.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**. p. 70-82, abr. 1997.

CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: **I Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: NEAD/PGDR/UFRGS, 2005.

_____. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998.

_____. Pluriatividade no campo: o caso francês. **RBCS**, n. 32, ano 11, out. 89-101, 1996.

_____. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. n. 11, p.53-75, out. 1998.

_____. O desenvolvimento rural e o “Novo Rural”. GRAZIANO DA SILVA, José et al. (Org). **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA, v. 4, p. 117-148, 2000.

CHANG, M. Y. **Faxinais**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Boletim nº 22. IAPAR. Londrina, PR, 1988, 124f.

COOPAFLORA. Cooperativa de Produtos Agroecológicos, Artesanais e Florestais de Turvo. Disponível em: <<http://www.arvoredobrasil.com.br/coopaflora/>>. Acesso em: 30 mai. 2013.

CONTERATO, M. A. Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15624/000661531.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 nov. 2015.

CONTERATO, Marcelo Antônio; GAZOLLA, Marcio, SCHNEIDER, Sérgio. A dinâmica agrícola do desenvolvimento da agricultura familiar no Alto Uruguai, Rio Grande do Sul: suas metamorfoses e reações locais. IN: TONNEAU, Jean Philippe; SABOURIN, Eric (org.). **Agricultura familiar: integração entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2007.

CORREIA, R. L. **Conflitos territoriais e resistências no Faxinal dos Ribeiros-Pinhão/Paraná**. Guarapuava: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), 2015. (Dissertação de Mestrado).

DEL GROSSI, M.; SILVA, J. G. Movimento Recente Da Agricultura Familiar. **XLIV Congresso da Sober**. Fortaleza. 2006.

DEPONTI, C. M. Teoria social e o lugar da agricultura familiar na sociedade contemporânea: estudo analítico-comparativo das contribuições brasileiras ao debate. In: **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Londrina, 2007.

DURÀN, F. E. **Câmbios en la construcción social de lo rural: de la autarquía a la globalización**. Madrid: editorial Tecnos, 1998.

EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. Projeto: "Manejo Florestal não-madeireiro para comunidades extrativistas de unidades de conservação de uso direto da terra. Acre, 2000. Disponível em: <www.cpaufac.embrapa.br/pdf/mnj_flor_nmade.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2010.

_____. Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 2 ed. EMBRAPA, Rio de Janeiro, 2006, 306 p.

ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; SCARTON, L. M.; CONTERATO, Marcelo. Caracterização da pluriatividade e dos plurirrendimentos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 4, p. 643-668, out./dez. 2014.

FAJARDO, S. **Territorialidades corporativas no rural paranaense**. Guarapuava: Unicentro, 2008.

FAVARO, J. L. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro**. 2014. 380 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

_____. O MST e as Reformas Agrárias do Brasil. **Boletim Dataluta**. dez. 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FULLER, A. M. From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, v. 6, n. 4, p. 361-373, Londres, 1990.

_____. **Part-Time Farming: the enigmas and the realities**. In: SCHWARZWELLER, H. *Research in Rural Sociology and Development*. Connecticut, Jai Press, 1984.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004, 287f.

GAZOLLA, M. e SCHNEIDER, S. AS DUAS “CARAS” DO PRONAF: Produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? *In: XLIII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto – SP. Anais...*, CD, 2005, 21p.

_____. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 1, p. 045-068, Jan/Mar 2013 – Impressa em Abril de 2013.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. **O inquérito: teoria e prática**. Oeiras: Celta, 1997.

GIL, C. A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Editora Atlas S.A.: São Paulo, 5ª Edição, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRZEBIELUKA, D. **Comunidades de Faxinal e suas dinâmicas sócio espaciais: da formação à desagregação de uma tradição**. Disponível em: < [http://200.189.113.123 / diaadia/diaadia/modules/mydownloads_01/viewcat.phpcid=41&min=25&orderby=titleA&show=>](http://200.189.113.123/diaadia/diaadia/modules/mydownloads_01/viewcat.phpcid=41&min=25&orderby=titleA&show=>). Acesso em: 03 jun. 2013.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, 1995.

_____. Part-time Farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWELLER, H. **Research in Rural Sociology and Development**. Connecticut, Jai Press, 1984.

GOMES, M. de F. V. B. **Trajectoria Sócio Ambiental de Guarapuava: Leituras de Paisagem**. 352 f. Tese. (Doutorado em Geografia). Universidade Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente, 2009.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP. IE, 1996a. 217p.

_____. O novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte. 7(1): 43-81 (maio de 1997).

_____. Os desafios das agriculturas brasileiras. **A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas**. Brasília: IPEA, p. 157-183, 2010.

_____. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na agricultura**. São Paulo – SP: Hubitec, 1981.

_____. (org). **O Novo Rural Brasileiro: Políticas Públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000, v. 4, p. 117-148.

_____; BALSADI, Otávio Valetim; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**. v. 11, nº 2, 1997.

_____; DEL GROSSI, M. e CAMPANHOLA, C. O que há de realmente novo no rural brasileiro? **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, jan. - abr., 2002.

_____; DEL GROSSI, Mauro. **O novo rural brasileiro: uma atualização para 1992-98**. Projeto Rurbano <http://www.eco.unicamp.br/projet/urbano.html>, 1999.

_____. A evolução da agricultura familiar e do agrobusiness nos anos 90. In: RATTNER, H. (Org.) **O Brasil no limiar do século XXI**. São Paulo: EDUSP, 2000, p. 139-158.

_____. Ocupação nas Famílias Agrícolas e Rurais no Brasil, 1992/97. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 11, p. 26-52, 1998.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione; NAVARRO Zander (orgs.). **Reconstruindo a agricultura**. ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: editora da UFRGS, 1997.

HAKVOORT, B. **Turvo, no caminho do desenvolvimento sustentável**. Guarapuava, PR: Editora da Unicentro. Gráfica Nunes, 1997.

HAURESKO. C. **Lugares e tradições: as comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros**. Guarapuava: UNICENTRO, 2012.

HAURESKO, C. Entre tradição e modernidade: o lugar das comunidades faxinalenses de Taquari dos Ribeiros (Rio Azul - PR) e Anta Gorda (Prudentópolis - PR). 2009. 225 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/104370>>. Acesso em: 11 de mar de 2015.

HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007, p. 271-287.

HESPANHOL, RAM. Agroecologia: limites e perspectivas. In: ALVES, AF; CARRIJO, BR; CANDIOTTO, LZP (orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

IAF, Instituto Agroflorestal Bernardo Hakvoort. Disponível em: <<http://www.arvoredobrasil.com.br/iaf/>>. Acesso em: 30 maio 2013.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuuario.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=41&search=parana>>. Acesso em: jan. de 2016.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1244&z=t&o=11&i=P>>. Acesso em: jun. de 2015.

_____. **Censo agropecuário 2006: segunda apuração**. SIDRA. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1115&z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: fev. de 2016.

IPARDES, **Primeiros Resultados do Censo Agropecuário 2006 – Paraná**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/nota_tecnica_censo_agropecuário_2006.pdf> Acesso em: 07 de mar. de 2015.

_____. **Caderno estatístico: Município de Turvo - 2015**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85150>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

JORDÃO, A. P. F.; STAMPA, I. T. **Precarização e informalidade no “mundo do trabalho” no Brasil: notas para reflexão**. Universidade Federal do Maranhão – UFMA. São Luiz, 2015.

LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LEITE, S. Estado, padrão de desenvolvimento e agricultura: o caso brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, p. 1-53, 2006.

LOPES, E. S. A. **A pluriatividade na agricultura familiar do Estado de Sergipe**. Territórios Rurais e Agricultura Familiar no Nordeste. São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

LUTHER, A. **Reconfiguração do território: transformações socioambientais em Arroio Grande/Santa Maria – RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

MACHADO, Antonio M. B; CASALINHO, Helvio D. Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária. **Revista NERA**. Ano 13, nº. 17, p. 65-80. jul-dez 2010.

MAIA, K. F. Tensões e contradições do agronegócio no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Encontro das redes de estudo rurais: Desenvolvimento, ruralidades e ambientalização - paradigmas e atores em conflito**. 2012.

MARAFON, G. J. Principais transformações em curso no Espaço rural na atualidade. **Revista Geográfica de America Central**. Número especial. p. 69-84. 2011.

MARCONDES, G. G. **Imigrantes Franceses em Guarapuava**. Guarapuava 1996. (mimeo).

_____. **Colonização nos municípios de Turvo e Pitanga**. Guarapuava 1996. (mimeo).

_____. **Guarapuava: História de Luta e Trabalho**. Guarapuava. Editora da UNICENTRO, 1998. 202p.

MARIN, M. Z. Políticas de Desenvolvimento Rural e Estratégias de reprodução na Agricultura Familiar da Quarta Colônia - RS. (Tese de Doutorado). UFSC. 2010.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, mai./ago. 2004

MATOS, P. F.; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, J. C. de L. ; PESSÔA, V. L. S (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. p. 279-291.

MATTEI, L, F. A reforma agrária brasileira: evolução do número de famílias assentadas no período pós-redemocratização do país. **Estudo Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, 2012: 301-325

_____. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 45, n. 4, p. 1053-1073 out./dez. 2007.

_____. Políticas públicas de fomento à produção familiar no Brasil: o caso recente do Pronaf. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (Sober). Fortaleza (CE), julho de 2006.

_____. **Dez anos de Pronaf**: síntese da produção e do debate acadêmico sobre o programa. Brasília: MDA, 2006a.

_____. A Dinâmica das Ocupações Rurais Não-Agrícolas em Santa Catarina nas Décadas dos Anos Oitentas e Noventas In: CAMPANHOLA, Clayton. SILVA, José Graziano da (org). **O novo rural brasileiro: uma análise estadual**: Sul, Sudeste e Centro-Oeste, v. 3, Jaguariúna – SP: EMBRAPA, 2000, p. 49-79.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 19, jul/dez. p. 95-112, 2002.

MDA. **Agricultura Familiar no Brasil e o censo agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/publicacoes/>>. Acesso em: 03 jun. 2013.

_____. Programa Territórios Rurais. Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Brasília: Secretario de Desenvolvimento Territorial. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/sdt/programas//territoriosrurais>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

MELO, N. de A. Do complexo rural à modernização agrícola brasileira: a modernização da agricultura paranaense e os impactos na vida rural – uma análise do programa vilas rurais no norte do Paraná. **Revista GeoAtos**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.1, janeiro a junho de 2011, p. 58-76.

MELO, F. H. de O crescimento agrícola brasileiro dos anos 80 e as perspectivas para os anos 90. *Revista de Economia Política*, São Paulo, 10(3): p. 22-30, jul./set. 1993.

MINEROPAR - Serviço Geológico do Paraná. **Avaliação do potencial para minerais industriais na região central do Paraná. Relatório Final**. Governo do Estado do Paraná. Curitiba, 2010, p. 40.

_____. Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo. Minerais do Paraná S.A. **Projeto riquezas minerais avaliação do potencial mineral e consultoria técnica no município de Turvo** - Relatório final, Curitiba, 2002, p.76.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In: MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais**: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 15-41.

_____. Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003.

_____. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. Uma visão do papel da agricultura familiar no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 57-88, dez. 2009.

_____. (org.); CARNEIRO, Maria José et al. **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NASCIMENTO, C. A do. **A Política Agrícola Comum da CEE e a ocupação das famílias rurais em atividades agrícolas e não agrícolas**. I Seminário de Desenvolvimento Rural Sustentável, Brasília, 2005.

_____. A pluriatividade das famílias rurais no Nordeste e no Sul do Brasil: pobreza rural e políticas públicas. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 317-348, ago. 2009.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos Avanços**, v. 15 (43), 2001.

NEWBY, H. Presentación: la familia y la explotación agraria, in Arkleton Research, Cambio rural en Europa, Coloquio de Montpellier, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1987, pp. 155-161.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Gilson Batista. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v.5, nº 2, Curitiba, 2002.

PARANÁ. Decreto n. 3.44614 de agosto de 1997. Dispõe sobre as ARESUR – Áreas Especiais de Uso Regulamentado. Diário Oficial do Paraná, Curitiba, 1997.

PESSÔA, V. L. S. Geografia e Pesquisa Qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. In: **Geo UERJ**- Rio de Janeiro, ano 14, nº. 23, v.1, 1º semestre de 2012, p. 4-18. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/3682/2554>>. Acesso em: jul de 2015.

PRIEB, R. I. P. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 195, 2005.

PORTAL DA CIDADANIA. Territórios da Cidadania. Disponível em <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/one-community>>. Acesso em: 19 mai. 2015.

QUEIROZ, D. T.; Vall, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na área da saúde. **Revista Enferm UERG**, Rio de Janeiro, 2007, abr./jun; 12 (2): 276-283.

Romero, J. Lo rural y la ruralidad en América Latina: Categorías conceptuales en Debate. **Psicoperspectivas**, 11(1), 8-31, 2012.

RICCI, Ruddá. **Terra de Ninguém**: Representação sindical rural no Brasil. Campinas: Unicamp, 1999.

ROMEIRO, A. R.; ABRANTES, F. J. Meio ambiente e modernização agrícola. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 43, n. 1, p. 3-45, jan.-mar. 1981.

ROSÁRIO, J. G. do. **A Representação da Produção Leiteira na Região de abrangência da Associação dos Hortifrutigranjeiros de Turvo-PR (2005/2006)**. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, out. de 2006.

REZENDE, G. C. Agricultura e ajuste externo no Brasil: novas considerações. **Revista de Economia Política**, v. 12, dez de 1989. p. 56-72.

RUA, J. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-Território, Revista de Geografia Agrária**. Uberlândia, MG, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

RÜCKERT, Aldomar A. **Metamorfoses do território**: a agricultura de trigo/soja no Planalto Médio Rio-grandense (1930-1990). Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

_____. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 17, p. 79 - 94, 2005.

SAHR, C.L.L.. Os “mundos faxinalenses” da floresta com araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. In: **Terr@Plural**, Ponta Grossa, 2 (2), jul./dez., 2008. p. 213- 226.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAUER, S. Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. **Embrapa Informação Tecnológica**. Brasília-DF, 2008.

SCHMIDT, Lisandro P. **A (re) produção de um espaço desigual**: poder e segregação socioespacial em Guarapuava (PR). 2009. 1 v., 281 f. Tese (doutorado) - Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009a.

_____. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009b, v. 1, p. 132-161.

_____. **Agricultura familiar e industrialização: Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre (RS): Editora da UFRGS, 2003.

_____. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. REDES. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. V.. 9, n.3, p. 75-110, set./dez./ de 2004.

_____. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

_____. **Agricultura familiar e industrialização**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 1999.

_____. (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2006.

_____. Rurbanização e Pluriatividade: o mercado de trabalho não agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais (um estudo de caso). In: CARVALHO, F.; GOMES, M. M.; LIRIO, V. S. (Org.). **Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária**. Viçosa, 2003, p. 151-188.

SCHNEIDER, S; CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo E.M. (orgs.). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, S.; FIALHO, M. A. V. Atividades não agrícolas e Turismo Rural no Rio Grande do Sul. In: ALMEIDA, J. A. , RIEDL, M (orgs) **Turismo Rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. 1ª ed. Bauru : EDUSC, 2000, p. 14-50.

SCHUSTER, Wladimir T.; CUNHA, Luis A. G. **Faxinais do Centro-Sul do Paraná: Temporalidades e territorialidades**. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

_____; SAHR, C. L. L. **O faxinal do passado e o faxinal do presente: transformações no uso da terra no Faxinal Saudade Santa Anita – Turvo-PR.** Ponta Grossa: UEPG, 2009.

SILVA, D. O.; HESPANHOL, R. A. M. Ruralidade nos territórios: o exemplo do Estado do Paraná. **Formação.** Presidente Prudente, v. 2, n. 13, p. 173-180, 2006 (edição especial).

SILVA, Márcia da. Territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná. 2005. 263 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2005.

SILVA, Mauren Fronza da; ALMEIDA, Joaquim Anécio. Turismo rural: família, patrimônio e trabalho. In: RIEDL, Mario; ALMEIDA, Joaquim Anécio; VIANA, Andyara Lima Barbosa (orgs.). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SILVA, Henry Willians Silva da. Discursos do conflito entre os diferentes agentes mediadores dos movimentos envolvidos no caso Eldorado de Carajás: novas tendências e práticas políticas. 2011. 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SILVA, Roberto A. da.; MACIEL, Luciana S. C. da.; MOREIRA, Márcia F. de. Zoneamento Ambiental – Um Estudo De Caso Do Processo De Uso E Ocupação Do Solo No Município De Uberlândia. **Revista GEOGRAFIA EM ATOS.** Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 13, v.1, janeiro a junho de 2013, p. 66-87.

SILVA, Iby Montenegro de. **A Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política.** 2013. 157 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - Instituto de Ciências Humanas e Sociais.

SILVEIRA, L. B.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, V. F dos. **Pluriatividade na Agricultura Familiar: as diferentes visões teóricas.** Aracaju, Sergipe, 2004.

_____. **Influência da Pluriatividade nos Estabelecimentos Familiares Rurais em São Vicente do Sul – RS.** Porto Alegre: 2009.

TURVO. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TURVO-PR. Estatuto, 2015.

TURVO. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: Dados preliminares.** Turvo, 2013, 18 p.

_____. Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: Dados preliminares.** Turvo, 2009.

TURVO. Prefeitura Municipal. **Cidade dos Pinheirais**: Dados estatísticos. Turvo, Paraná. 1987.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, out.2000.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. 2001. Disponível em: <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/desenvolvimento-agrario/texto-29-a-ruralidade-no-brasil-moderno.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2015

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. p. 2-3, out. 1996.

WILKINSON, John. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ANEXOS



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO CEDETEG
 SETOR DE CIÊNCIAS AGRARIAS E AMBIENTAIS
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Questionário Aplicado no Município de Turvo-PR

Responsável: Mestrando Estevão Neumann **RA:** 0511311
Orientador: Prof.º Dr.º Sergio Fajardo **Coorientador:** Prof.º Dr.º Mario Zasso Marin
TÍTULO DA PESQUISA: Pluriatividade na Agricultura Familiar de Turvo-PR

IDENTIFICAÇÃO PESSOAL

1. Idade: _____
2. Localidade: _____
3. Sexo: _____ () Masculino () Feminino

ASPECTOS DA FAMÍLIA

4. Qual a sua identificação com o meio rural? () Agricultor () Pecuarista () Faxinalense () Produtor Rural () outro _____
5. Participa de alguma instituição sindical ou associação? () sim () não
 Qual? _____ Qual a importância? _____
6. Qual o número total de membros da família?
 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5

CARACTERÍSTICAS DO ESTABELECIMENTO

7. Área total do estabelecimento ha/al? _____
8. Área destinada à agricultura ha/al? _____. Área destinada à pecuária ha/al? _____
9. O estabelecimento é: () Próprio ha/al: _____. () Arrendado ha/al: _____ () Arrendamento familiar/herança ha/al: _____ () Outros: _____ ha/al: _____.
10. Qual o número de moradores do estabelecimento?
 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5
11. Quantas pessoas da família trabalham na propriedade?
 () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5
12. Quantos membros da família já saíram do estabelecimento?

() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5
 Para onde foram? _____

13. Há quantos anos mora no estabelecimento:

() menos de 5 anos () entre 5 e 10 anos () entre 10 e 15
 () 15 e 20 anos () mais de 20 anos () sempre morou aqui

Local de residência anterior:

DADOS SOCIOECONÔMICOS

14. Recebe algum auxílio governamental?

() Aposentadoria () Bolsa Família () Projovem () Não recebe
 () outros: _____

15. Quais atividades agrícolas (de origem vegetal e/ou animal) desenvolvem no estabelecimento?

16. Alguém da família desenvolve atividades fora do estabelecimento ou atividade não agrícola dentro?

() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5 () mais de 5 Onde? () na
 localidade () na área rural () na área urbana () outros: _____

Se sim, quais atividades? quem desenvolve? quando começou a desenvolvê-las?
 E quais motivos levam a desenvolver? (histórico da atividade, sobretudo se for não agrícola)?

17. Qual a principal fonte de renda da família?

() atividades agrícolas dentro do estabelecimento () atividades não agrícolas
 dentro do estabelecimento () atividades fora do estabelecimento
 (Onde?) _____

18. Realiza o extrativismo da Erva-Mate? () sim () não

19. Quem realiza a retirada da erva-mate?

() própria família () própria família com a ajuda de vizinhos () empreiteiro

20. Realiza o extrativismo do Pinhão? () Sim () Não

21. Desenvolve a pecuária leiteira? () Sim () Não () apenas para o consumo
 próprio () apenas para comercialização () para comercialização e consumo próprio

22. Desenvolve a pecuária de corte? () Sim () Não () apenas para o consumo
 próprio () apenas para comercialização () para comercialização e consumo próprio

ASPECTOS DE UMA POSSIVEL MANUTENÇÃO NO CAMPO

23. É possível sobreviver/permanecer no campo apenas com o desenvolvimento de atividades agrícolas? () Sim () Não Por quê? Refletir sobre avanços e barreiras na produção, comercialização transformação, assistência técnica (o que há de positivo e negativo?)
-
-

24. É possível sobreviver/permanecer no campo apenas com o desenvolvimento de atividades não agrícolas? () Sim () Não Por quê? Refletir sobre avanços e barreiras na produção, comercialização transformação, assistência técnica (o que há de positivo e negativo?)
-
-

FAMILIA - N°

Composição da família (considerar todos os membros que compõe a família tanto os que residem dentro como fora do estabelecimento).

Membros da família (por exemplo: Pai, mãe, irmãos)*	Idade	Reside dentro do estabelecimento ou fora?	Desenvolve a atividade agrícola (predominantemente, parcialmente, exclusivamente ou nunca)	Desenvolve a atividade não agrícola (predominantemente, parcialmente, exclusivamente ou nunca)

*Colocar em ordem: primeiro o chefe do estabelecimento, esposa, filho, filha.

Tipos de cultivos agrícolas*		Tipos de atividades não agrícolas*	
Até a década de 1990	Pós década de 1990	Até a década de 1990	Pós década de 1990

*Desconsiderar para esta análise famílias formadas pós 1990, bem como famílias que residiam em outro estabelecimento antes de 1990.